

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

VERÔNICA LIMA FERNANDO

A CIDADE E O PATRIMÔNIO: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO
URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ/AM

TEFÉ – AMAZONAS

2021

VERÔNICA LIMA FERNANDO

**A CIDADE E O PATRIMÔNIO: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO
URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ/AM**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.
Orientadora: Dra. Marília de Jesus da Silva e Sousa.

TEFÉ – AMAZONAS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

F363c Fernando, Verônica Lima
A cidade e o patrimônio : O velho e o novo no contexto urbano e patrimonial de Tefê/AM / Verônica Lima Fernando. Manaus : [s.n], 2021.
139 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - PGSS - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

Inclui bibliografia

Orientador: Marília de Jesus da Silva e Sousa

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação. 3. Interesses e conflitos. 4. Cidade. 5. Tefê/AM. I. Marília de Jesus da Silva e Sousa (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A cidade e o patrimônio

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

Sumário

Sumário	4
Lista de Figuras	8
Lista de Siglas	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A CIDADE E O PATRIMÔNIO: MODERNIZAÇÃO URBANA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	26
1.1 O espaço da cidade: dinâmicas, conflitos e modernização	26
1.1.1 Modernização do espaço urbano: a construção de novas formas para a cidade	31
1.2 Preservação patrimonial: trajetórias e a problemática do contexto urbano	35
CAPÍTULO 2: UMA CIDADE NO INTERIOR DO AMAZONAS: O PASSADO E O PRESENTE DE TEFÉ	50
CAPÍTULO 3: PATRIMÔNIO MATERIAL EDIFICADO EM TEFÉ/AM: INVENTÁRIO, MEMÓRIAS E REFLEXÕES	71
3.1 Velhas memórias: o passado de Tefé a partir das edificações	73
3.2 A Igreja atuante no Médio Solimões: Tefé como ponto de partida para outras regiões	75
3.3 O passado além da Igreja Católica: edificações do passado, utilizações no presente	97
CAPÍTULO 4: NOVAS MEMÓRIAS PARA A CIDADE: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ	109
CONSIDERAÇÕES	132
REFERÊNCIAS	135

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço à Universidade do Estado do Amazonas, especialmente ao Centro de Estudos Superiores de Tefé, sem a existência do qual não poderia ter iniciado a vida acadêmica.

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) pelo auxílio prestado no encaminhamento de documentos e demais necessidades referentes ao andamento do curso. Agradeço a Deus por me dar forças e me permitir chegar até a etapa final do mestrado.

À minha família: minha irmã Joelma Lima, nossos companheiros de quatro patas e especialmente à minha mãe Francisca Eva por sempre acreditar em mim, dando apoio desde o início de minha formação acadêmica, apoio sem o qual eu não teria sequer iniciado a graduação.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Marília de Jesus da Silva e Sousa, pela paciência, conselhos e orientações para que eu pudesse desempenhar minhas atividades. Ao meu companheiro e amigo Willian Funke, pelo apoio e por acreditar em mim, estando do meu lado nos bons e maus momentos; espero compartilharmos muitos mais.

Agradeço também aos meus colegas de turma pelas experiências trocadas e pelas discussões, algumas acaloradas, mas que possibilitaram adquirir conhecimentos.

Aos meus professores da graduação, especialmente ao Prof. Yomarley Lopes e Luciano Teles que me permitiram realizar as atividades do estágio junto com seus alunos da graduação, me possibilitando uma experiência docente enriquecedora.

Agradeço a Israel Mendonça pela importante ajuda prestada no momento da qualificação, cedendo seu espaço para que esta ocorresse. Ao meu colega de graduação e importante sujeito da pesquisa Anderson Oliveira, por me apresentar o Arquivo da Prelazia e pelas trocas importantes de conhecimentos.

À própria Prelazia de Tefé pela possibilidade de acesso aos documentos em seu acervo. Aos meus queridos amigos, Rosanny, Adilai e Luiz pelos bons momentos compartilhados, que foram de extrema importância para que eu seguisse firme nos meus objetivos. Todos estão em meu coração!

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui, e àqueles que irão ler este trabalho, espero que traga contribuições para o estudo do patrimônio cultural em Tefé.

Dedico esta dissertação a minha querida mãe
Francisca Eva Lima da Silva, sem a qual nada
teria sido possível.

Lista de Figuras

Figura 1: Construções históricas de Tefé. Em sequência: Matriz de Santa Tereza, Catedral da Saudade, Seminário São José, Edifício Dom Joaquim e Prédio Histórico da Capitania Fluvial	14
Figura 2: Mapa feito à mão da cidade de Tefé em 1942.	50
Figura 3: Vista aérea da cidade de Tefé atualmente.	51
Figura 4: Trajetória histórica da consolidação da Vila de Ega.	57
Figura 5: Província do Grão Pará em 1822 e Província do Amazonas após o desmembramento respectivamente.	63
Figura 6: Olaria da Missão	66
Figura 7: Vista parcial de Tefé já ao final da década de 1960.	68
Figura 8: Convento da Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria.	68
Figura 9: Catedral ou Igreja de Santa Tereza de Ávila.	77
Figura 10: Localização espacial da Catedral da Matriz.	78
Figura 11: Gravura representando a Igreja Matriz com cruz à frente, autor desconhecido.	79
Figura 12: Cruz localizada na Matriz, com novo design.	81
Figura 13: Praça da Matriz, com igreja ao fundo, após reformas realizadas, foto de 2020.	81
Figura 14: Evento cultural realizado na Praça da Matriz, ao fundo Edifício Dom Joaquim.	82
Figura 15: Edifício Dom Joaquim.	83
Figura 16: Localização espacial do Edifício Dom Joaquim.	84
Figura 17: À esquerda emblema de Dom Joaquim e à direita, logotipo da Rádio Educação Rural.	86
Figura 18: Alterações na parte frontal do Edifício Dom Joaquim, realizadas em 2020.	88
Figura 19: Alterações na área lateral do Edifício Dom Joaquim.	89
Figura 20: Localização espacial do Seminário São José, prédio sede da Prelazia de Tefé.	90
Figura 21: Palácio da Prefeitura Apostólica, primeira parte construída.	91
Figura 22: Seminário São José visto do Lago Tefé, fotografia de 1935.	92
Figura 23: Vista do Seminário São José a partir do Lago Tefé.	93
Figura 24: À direita Praça do Seminário em foto da década de 1930- , circundado em vermelho estão construções que já não existem atualmente. À esquerda, Praça do Seminário em 1975.	93
Figura 25: Reformas no Seminário São José.	95
Figura 26: Catedral da Saudade com detalhe para a cruz.	98
Figura 27: Ritual realizado no Dia dos Finados em frente à Catedral da Saudade.	99
Figura 28: Prédio onde hoje funciona a Capitania Fluvial.	100
Figura 29: Mercado Municipal de Tefé/AM em 1983.	101
Figura 30: Localização espacial do Mercado Municipal.	102
Figura 31: Estrutura do Mercado Municipal de Tefé atualmente.	102
Figura 32: Palácio Bertholletia Excelsa, sede da Câmara dos Vereadores, atualmente.	105
Figura 33: Localização espacial do Palácio Bertholletia Excelsa, prédio da Prefeitura Municipal, ao lado direito o novo espaço gastronômico da cidade.	106

Figura 34: Vista lateral do Palácio Bertholletia Excelsa.	107
Figura 35: Palácio Bertholletia Excelsa, em foto da década de 90.....	108
Figura 36: Prédio da ALCAT aproximadamente no final do século XIX e na década de 30, respectivamente.	110
Figura 37: Detalhe da antiga construção onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé.	112
Figura 38: Publicação realizada em setembro de 2011 em Jornal online da cidade a respeito da ALCAT.	113
Figura 39: Hotel e Galeria Stylo's Hall, construído onde ficava uma das construções mais antigas de Tefé.	114
Figura 40: Trecho retirado do Programa de despesas por função do ano de 2016.....	117
Figura 41: Dotação de despesas para o ano de 2018.	118
Figura 42: Dotação de valor para gastos com a pasta da Cultura para o ano de 2019. .	119
Figura 43: À direita detalhe dos boxes de venda e da área livre da Praça Alcindo Roberto, à direita detalhe do Palácio Bertholletia Excelsa.....	121
Figura 44: Detalhe da Praça Alcindo Roberto à noite, vista de cima.	121
Figura 45: Praça Tulio Azevedo, 2019.	123
Figura 46: À esquerda, Palácio Bertholletia Excelsa, à direita Praça de alimentação Alcindo Roberto, vistos de cima.	125
Figura 47: Contraste entre o novo e o velho: À esquerda, Seminário São José e à direita, estrutura da nova feira municipal Eduardo Sá.....	126
Figura 48: Antes de depois do projeto de revitalização da área frontal da cidade em 2019.	127

Lista de Siglas

ALCAT	Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEB	Movimento de Educação de Base

RESUMO

Esta pesquisa analisa o patrimônio cultural material em Tefé através de uma perspectiva interdisciplinar que une história, arqueologia, antropologia e geografia cultural na busca por compreender as nuances que envolvem a questão patrimonial em contextos urbanos. O principal objetivo é investigar a relação entre o patrimônio cultural material e a cidade, considerando as transformações no espaço urbano da cidade de Tefé/AM e sua influência no patrimônio edificado da cidade. O espaço urbano de Tefé abriga elementos da cultura material que se expressam em construções antigas com valor histórico e social, que estão sujeitas às dinâmicas da vida urbana e interesses, principalmente econômicos, existentes na cidade. Tais interesses influenciam diretamente no olhar e nas ações realizadas sobre o patrimônio edificado em Tefé.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural. Preservação. Interesses e conflitos. Cidade. Tefé/AM.

ABSTRACT

This research analyzes the material cultural heritage in Tefé, in the state of Amazonas, through an interdisciplinary perspective, putting history, archeology, anthropology and cultural geography in dialogue to understand the nuances that involve the heritage issue in urban contexts. The main objective is to investigate the relationship between material cultural heritage and the city, considering the transformations in the urban space of the city of Tefé and its influence on the built heritage of the city. The urban space of Tefé houses elements of material culture that are expressed in old buildings with historical and social value, which are subject to the dynamics of urban life and existing interests in the city, especially the economic ones. Such interests directly influence the look and actions performed on the built heritage in Tefé.

Keywords: Cultural heritage. Preservation. Interests and conflicts. City. Tefé/AM.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural diz respeito a tudo aquilo que possui importância histórica e cultural para um povo e mantém uma estreita ligação com suas memórias e identidades. Pode ser dividido em patrimônio imaterial – festas, saberes e ofícios, manifestações populares, culinária, dentre outros -, e patrimônio material, como construções, monumentos, sítios arqueológicos e outros bens de caráter tangível (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

O patrimônio cultural oficial de uma região é definido pelo Estado, porém, muitos bens reconhecidos pela população como parte de suas identidades e memórias muitas vezes são alvo de perspectivas patrimoniais que não os contemplam. Dentro do contexto das cidades, esses objetos estão ainda sujeitos às diversas forças atuantes no espaço urbano, que colocam o patrimônio em um jogo de interesses que envolvem questões sociais, culturais, econômicas e políticas (CANCLINI, 1997).

Este é um estudo sobre o patrimônio cultural material edificado no contexto da cidade de Tefé, que se apoia em discussões da história, geografia cultural, arqueologia e antropologia, no qual busca-se analisar o patrimônio edificado em conjunto com as dinâmicas do espaço urbano. Por sua vez, considera-se o patrimônio cultural material para além dos pressupostos oficiais da gestão pública, isto é, do que se é reconhecido oficialmente enquanto bens materiais com valor histórico e cultural para a cidade.

Por muito tempo, a ideia de patrimônio foi orientada pelo viés da cultura europeia tendo como referência os grandes monumentos com beleza arquitetônica e em grande parte associados à Igreja Católica ou à grandes personagens da história Europeia. Essa perspectiva de patrimônio, apesar de menos utilizada atualmente, ainda se faz presente, especialmente quando se trata da identificação, valorização e preservação de vestígios do passado (FUNARI e PEREGRINI, 2009).

Geralmente tende-se a valorizar e preservar grandes edificações que seguem a perspectiva Ocidental de patrimônio de que falam Funari e Pelegrini em seu livro Patrimônio Histórico e Cultural, isto é, bens ligados a história das elites, de grandes episódios e bens de beleza excepcional (FUNARI e PEREGRINI, 2009), o que não é diferente em Tefé, onde os bens reconhecidos pela população e pelo poder público estão relacionados especialmente a história da Igreja Católica na região.

Nessa concepção, a própria identificação do patrimônio e das ações a ele direcionadas tem seguido um viés que exclui e marginaliza diversos grupos e privilegia outros. As ações são desenvolvidas de forma unilateral, sem levar em conta os contextos sociais onde esse patrimônio se situa e nem os sujeitos aos quais esses vestígios agora pertencem. Na tentativa de superar esse cenário de exclusão e entendimento unilateral, parte-se das discussões que estão sendo desenvolvidas no campo patrimonial, que apresentam novas perspectivas para o patrimônio cultural que vão além do conceito tradicional de patrimônio e apresentam outras manifestações e objetos para compor o panorama patrimonial (FUNARI e PEREGRINI, 2009; BEZERRA, 2011; BERTAGNOLLI, 2015).

A pesquisa, realizada a partir dessa perspectiva, possibilita trazer à cena edificações que carregam memórias relacionadas a diversos âmbitos da vida social. A partir dessa perspectiva, mapeou-se as dinâmicas que envolvem a cidade e o patrimônio material, que são dinâmicas que perpassam por um jogo de memórias e interesses sociais e econômicos. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de um olhar sobre o patrimônio que o compreenda para além da questão material, articulando questões sociais, culturais, econômicas e políticas para uma melhor compreensão das dinâmicas que envolvem a questão patrimonial.

Esta pesquisa investigou o patrimônio histórico de Tefé, partindo da situação atual das edificações históricas para refletir acerca da modernização urbana e a influência desta na preservação e valorização patrimonial em Tefé. Tendo como fio condutor e pressuposto central, discutir acerca do patrimônio material em contextos urbanos.

Para tanto, levou-se em consideração o espaço urbano onde está inserido o patrimônio edificado, especialmente as construções históricas, bem como buscou-se compreender as transformações pelas quais este patrimônio tem passado, esclarecendo os interesses sociais envolvidos na modernização do espaço urbano e na questão patrimonial.

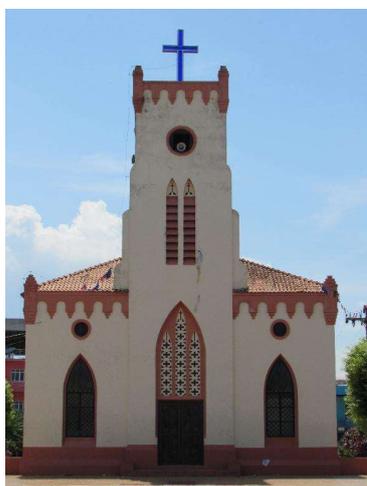
O espaço urbano de Tefé abriga elementos da cultura material que se expressam em construções antigas com valor histórico e social. No centro da cidade são encontradas várias edificações¹ que, mesmo que ainda não tenham sido tombadas em nenhuma instância, configuram-se como expressões do patrimônio cultural da cidade, que

¹ Construções que remetem ao passado da cidade, desde sua constituição enquanto Vila de Ega no século XVIII.

representam um valor simbólico importante aos moradores, remetendo-os ao conhecimento sobre seu passado histórico (FERNANDO, 2018).

Contudo, algumas construções históricas têm sido preteridas em prol de um ideal de patrimônio e outras têm surgido e assumido destaque no cenário urbano de Tefé, levando a novas identificações e relações com os objetos culturais. Além disso, as construções históricas mais reconhecidas pela população, como o Seminário São José, Igreja Matriz, Edifício Dom Joaquim (Figura 01), não tem recebido ações de valorização e preservação, estando sujeitas à ação natural e humana.

Figura 1: Construções históricas de Tefé. Em sequência: Matriz de Santa Tereza, Catedral da Saudade, Seminário São José, Edifício Dom Joaquim e Prédio Histórico da Capitania Fluvial.



Fotos: Verônica L Fernando/Prefeitura de Tefé

Na Amazônia, assim como em outras regiões da América Latina, os contextos são bastante diferenciados. As cidades têm suas especificidades históricas e culturais que acarretam em relações diferenciadas com os objetos culturais. Além disso, algumas cidades têm passado por um intenso processo de modernização que vem produzindo modificações no espaço urbano e tem influenciado, direta ou indiretamente, na preservação do patrimônio material. As novas possibilidades de identificação que vão surgindo na cidade, permitidas pelo processo de modernização, trazem também à tona conflitos entre o novo e o antigo que se refletem nas ações voltadas ao patrimônio.

No interior do estado do Amazonas, os estudos sobre cidade e patrimônio tem ganhado força e se tornado cada vez mais necessários, visto que muitas construções históricas tem sido negligenciadas por parte do poder público, acarretando em sua desvalorização, deterioração e até completa destruição (FERNANDO, 2018; CORREA, et al., 2016; MAGALHÃES, 2013). A utilização dos objetos com vistas a atender demandas econômicas, tem transformado as construções em meros artigos de contemplação, sem levar em consideração o valor simbólico dos objetos para a população local.

A cidade de Tefé, que está localizada no interior do estado do Amazonas, Médio Rio Solimões, é um exemplo de como os patrimônios culturais materiais têm sido negligenciados, com ausência de políticas públicas de valorização patrimonial, ou ao menos políticas efetivas de preservação e valorização do patrimônio material (CORREA, et. al., 2016; FERNANDO, 2018).

Com uma população estimada em 61.453 habitantes (IBGE, 2010), área territorial de 23.692,223 km², com 21,1% das vias públicas urbanizadas, PIB per capita de R\$ 15.530,32 e população de maioria católica, a cidade de Tefé é resultado da interação entre os povos indígenas que nela habitavam e os que passaram pela região ao longo do tempo, deixando uma diversidade expressa nos traços culturais, sociais, políticos e econômicos. Além de um legado intangível, a pesquisa mostra os traços físicos deixados pela sociedade do passado, expressos em construções com valor histórico e cultural, localizadas principalmente no centro da cidade.

O município de Tefé tem passado por intensas transformações na sua paisagem, apresentando vários problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço urbano, como falta de saneamento, políticas sustentáveis para o desenvolvimento da cidade e ausência de políticas em relação ao trato com os bens culturais (CORREA et al, 2016). Assim como muitas cidades amazônicas, Tefé tem crescido de forma desordenada e vem

passando por um processo de transformação urbana, que em certa medida, não tem levado em consideração a preservação do patrimônio cultural, contribuindo, em parte, para a desvalorização ou até mesmo para a sua destruição.

Na cidade, algumas edificações de valor histórico e social sofreram modificações na sua estrutura, perdendo algumas características e sendo agregadas a elas elementos da contemporaneidade, e algumas até foram destruídas. A escolha das construções a serem apresentadas e discutidas neste trabalho foi feita a partir de pesquisas realizadas pela própria autora (FERNANDO, 2017;2018) e por Silva (2016), onde foram identificadas as construções com valor histórico e social a partir das narrativas da própria população de Tefé.

A análise das Leis Orçamentárias Anuais dos anos 2016 a 2019 e do Plano Diretor do município apontam para a quase total ausência de ações voltadas para políticas de valorização e salvaguarda por parte do poder público, em relação ao patrimônio cultural material da cidade.

Nas leis orçamentárias do município acessadas, por exemplo, não são previstas a utilização de verbas para a manutenção de estruturas históricas. A destinação de verbas para cultura se destaca principalmente no apoio a festividades tradicionais e a manutenção da própria Secretaria de cultura de município.

Além disso, as construções antigas que carregam a história da cidade não passaram por processos de tombamento, isto é, não houve a solicitação pelo poder público ou por outras entidades ou sujeitos para o IPHAN para que se iniciasse os procedimentos relacionados ao tombamento das edificações. Somente o Seminário São José se encontra em processo de instrução no IPHAN, aguardando análise histórica e de valor cultural do bem.

Dessa forma, a ausência de políticas, somada a outros fatores inerentes a interesses econômicos e sociais sobre o uso dos bens culturais e do espaço, tem influenciado tanto na desvalorização como no desconhecimento da história contada através desses vestígios materiais, principalmente pela população mais jovem de Tefé.

Ademais, o processo de modernização urbana observado, pelo qual a cidade vem passando, especialmente entre anos de 2017 a 2020, tem alterado o cenário urbano no qual essas imagens da memória histórica de Tefé estão situadas. Nesse sentido, é importante questionar como a questão patrimonial tem sido abordada no município de Tefé pelos gestores públicos ao longo dos anos, bem como refletir sobre o processo de

crescimento e modernização que tem adicionado novos elementos e tem coexistido com a memória histórica de Tefé.

A invisibilidade de ações do poder público para a valorização e preservação dos bens culturais, e o atual processo de modernização pelo qual a cidade têm passado mais intensamente nos últimos quatro anos, levou a hipótese de que o único interesse em relação ao patrimônio cultural em Tefé está voltado para a questão econômica e não há interesse pela preservação patrimonial. Além disso, supõe-se que o processo de transformação do espaço urbano tem figurado como uma das causas da destruição do patrimônio cultural no município e tem afetado as identificações em relação às construções históricas, em razão das novas imagens possibilitadas pelo processo de modernização.

OS CAMINHOS PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO EM TEFÉ

A escolha deste tema de pesquisa parte de uma reflexão sobre a questão patrimonial de Tefé iniciada no ano de 2016 durante minha pesquisa de graduação, realizada entre os anos de 2016 a 2018, com os temas **“As relações e os significados do patrimônio arqueológico na cidade de Tefé, AM”** e **“Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico”**, respectivamente, onde desenvolvi um levantamento acerca das percepções de moradores de Tefé sobre o patrimônio histórico e arqueológico² (FERNANDO, 2017; FERNANDO, 2018).

Neste estudo procurei identificar o patrimônio a partir da percepção dos próprios sujeitos locais, proposta de pesquisa e ação que tem sido defendida pela Arqueologia Pública³, e vem modificando a abordagem da pesquisa no campo do patrimônio cultural com a inserção das pessoas no processo de investigação. Durante a realização dessa pesquisa identifiquei que a questão patrimonial em Tefé/AM tem sido alvo de poucos trabalhos e reflexões.

² Esta pesquisa foi realizada sob orientação do Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda (CEST/UEA) e em parceria com o Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

³A Arqueologia Pública pode ser entendida como uma forma de praticar a Arqueologia que vai além de intervenções realizadas para o público, são ações pensadas a partir das percepções dos indivíduos sobre a cultura material e realizadas com a participação direta ou indireta dos mesmos, ou seja, interage e dialoga com a sociedade.

Das produções bibliográficas sobre esse tema é oportuno destacar as de Silva (2016) e de Fernando (2017; 2018), realizadas no contexto dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM⁴-OS), cuja a questão central consistiu na compreensão dos significados do patrimônio histórico e arqueológico para a população de Tefé.

Na cidade de Tefé é possível encontrar várias construções e vestígios que podem ser considerados patrimônio cultural material, identificados pelos trabalhos de Correa, et. al. (2016), Silva, (2016) e Fernando, (2017). Os referidos estudos também indicam que o crescimento e a transformação do espaço urbano em Tefé/AM têm se apresentado como uma das causas das modificações desse patrimônio.

Apesar do desejo dos moradores locais em prol da preservação dos vestígios que representam a história e a memória do município, em sua percepção não há propostas do poder público nesse sentido, ou ao menos estas não são visíveis, sentindo-se uma omissão com relação a valorização e preservação patrimonial na cidade (FERNANDO, 2018).

Em ocasião da destruição de um dos símbolos da história antiga de Tefé, o prédio da Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé, houve a mobilização por um pequeno grupo de sujeitos, formado principalmente por professores locais, como mostra o estudo de Silva (2016). Contudo, o protesto e mobilização não conseguiu obter sucesso e a construção foi demolida. Com exceção desta ação conjunta em prol da preservação de uma estrutura histórica, desconhece-se outras ações por parte da população, no sentido de buscar, junto aos órgãos competentes, a garantia da salvaguarda da história antiga de Tefé refletida nessas edificações.

Nesse sentido, é importante compreender a relação entre o patrimônio material e a cidade, investigando as transformações no espaço urbano de Tefé e como estas influenciam na questão patrimonial, mapeando o conjunto de interesses que envolvem a modernização do espaço urbano e a preservação dos bens culturais no município. Tal reflexão também é fundamental para fortalecer a discussão sobre a questão urbana e patrimonial no município e identificar as formas de uso e apropriação dos espaços e do patrimônio cultural.

⁴ O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/OS é uma unidade de pesquisa ligada ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTIC) que atua na Amazônia brasileira, desenvolvendo ações em prol da conservação da fauna e flora, como da melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas.

Cumpra salientar que a questão patrimonial no Brasil tem sido alvo de intensas discussões que tem mostrado o potencial das análises acerca das relações entre cidade e patrimônio para o próprio entendimento de conflitos sociais, culturais e até de identidade que ganham vida no cenário das cidades (KNARCK, 2007).

Quando se fala em patrimônio material, pensa-se de imediato em vestígios antigos, de épocas passadas, estáticos no tempo e em alguns casos no espaço. Mas o patrimônio não é estático e nem imutável. Por ser fruto das escolhas dos indivíduos, ele está sujeito a constantes reinterpretações e reinvenções que podem até não modificar a estrutura física, mas modificam o seu significado. Como aponta Barth (1995), não há estagnação nos materiais culturais, sejam quais forem.

Ainda que estejamos nos referindo a um patrimônio de natureza imóvel, ele é constantemente gerado e interpretado de maneiras diversas nas mentes das pessoas. Dessa forma, na dinâmica da cidade, as ações em torno do patrimônio e do espaço que este ocupa envolvem demandas e interesses diversos, acarretando por vezes em conflitos entre os segmentos sociais que podem alterar os cenários onde se encontram os patrimônios culturais.

Nesse sentido, o espaço da cidade comporta uma dinâmica que envolve interesses variados que podem ser de ordem econômica e social, de modo alternado e/ou concomitante, produzindo alterações constantes na paisagem urbana. As novas demandas que surgem nesses espaços necessitam de atuações e políticas que modificam a paisagem urbana e extraurbana (SOUZA e BASTOS, 2011).

No jogo de interesses por uso do espaço, resultante das novas demandas apontadas acima, as antigas edificações, que são espaços de memória, estão sujeitas às forças atuantes na cidade e podem continuar existindo na paisagem, serem ressignificadas ou até destruídas. Se forem consideradas como um entrave ao progresso econômico, por exemplo, as edificações históricas podem acabar sendo demolidas para que outras, mais modernas, sejam construídas em seu lugar⁵ e atendam as demandas locais. Assim, a transformação do espaço urbano se dá através da substituição ou aniquilação de edificações e espaços principalmente para atender novas demandas.

⁵Um exemplo desse jogo de interesses é apresentado no trabalho de Fernando (2018), onde uma antiga estrutura na cidade de Tefé, antiga Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé - ALCAT, com valor histórico e social, foi demolida para que se construísse um prédio moderno com vistas a atender demandas econômicas. Essa configuração não é exclusiva de cidades como Tefé, diversos trabalhos têm mostrado a influência da questão econômica sobre os patrimônios culturais (KNARK, 2007; MAGALHÃES, 2013).

Nesse sentido, os estudos sobre a cidade, a partir da perspectiva patrimonial, levam a um entendimento mais assertivo acerca da dinâmica urbana e sua relação com os patrimônios culturais. O estudo da cidade é importante também para entender o próprio desenvolvimento da sociedade na atualidade, levando em consideração o intenso crescimento das áreas urbanas que envolvem um conjunto de fatores que podem estar tanto em diálogo como em conflito, especialmente na Amazônia, onde as transformações socioespaciais são constantes e a produção do espaço passa “[...] pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários agentes sociais [...]” (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

Dessa forma, compreender a questão patrimonial a partir da reflexão sobre a cidade, levando em consideração os diferentes grupos, valores e usos do patrimônio é importante para entender a questão da modernização urbana, preservação e os interesses que caracterizam os conflitos existentes quando se trata da questão cultural em Tefé.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa que busca uma compreensão profunda de um fenômeno social. De acordo com Silveira e Córdova (2009) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (CÓRDOVA, 2009, p. 32), ou seja, não se preza a representatividade numérica, mas sim a compreensão de um grupo social, práticas sociais, organizações, sem ter a pretensão de quantificá-los e sem buscar uma ordem ou lei para os acontecimentos sociais, como pretendia o pensamento positivista. A representatividade dos dados na pesquisa qualitativa se dá a partir da “[...] capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a ‘descrição densa’ dos fenômenos estudados em seus contextos [...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 50).

A partir do método qualitativo, este estudo foi realizado por meio de três tipos distintos de procedimentos de pesquisa, mas que se complementaram para o entendimento e alcance dos objetivos da pesquisa. Assim, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que visaram a coleta de dados que permitiram compreender a questão urbana e patrimonial em Tefé.

Todo trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica que permite ao investigador conhecer o que se já tem discutido acerca do seu objeto de estudo. Nesse

sentido, o primeiro passo da investigação foi a realização de um levantamento em fontes bibliográficas acerca do tema da pesquisa. Esta revisão bibliográfica possibilitou um aprofundamento sobre questões que envolvem o patrimônio cultural, processos de transformação da paisagem e modernização dos espaços que embasaram as discussões dos dados coletados.

Além disso, a pesquisa bibliográfica possibilitou o acesso a uma gama de informações que possibilitaram compreender o processo de constituição da cidade Tefé, tanto de seu espaço urbano como das formas que o compõem, permitindo compreender aspectos relacionados às memórias e escolhas do que é considerado patrimônio em Tefé e às dinâmicas que influenciam a questão patrimonial em contextos urbanos.

Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa documental em arquivos da gestão pública e da Prelazia⁶ de Tefé, a qual se tornou imprescindível para o andamento da pesquisa, visto que a etapa de campo referente a realização de entrevistas encontrou algumas restrições, que serão apresentadas mais à frente. A utilização de documentos em pesquisas, segundo Sá-Silva, et. al (2009) “[...] possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.” (SÁ-SILVA, et.al, 2009, p. 03) e ainda, possibilita a observação da maturação ou mudança de grupos, comportamentos, práticas, entre outros aspectos.

A pesquisa documental se vale de documentos primários que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento para extrair informações que possam ser úteis ao entendimento do objeto de pesquisa de acordo com os objetivos propostos. Na pesquisa documental, o documento é o objeto de investigação e, ao contrário da pesquisa bibliográfica, vai além do texto escrito,

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões [...] (SÁ-SILVA, et.al 2009, p. 05).

Nesse sentido, a pesquisa documental realizada não se restringiu a documentos escritos, como as Leis Orçamentárias Anuais e o Plano Diretor do município, mas se estendeu a fotografias e publicações jornalísticas digitais. Para que a pesquisa documental

⁶ A Prelazia de Tefé é uma circunscrição eclesial da Igreja Católica no Brasil.

traga resultados para o investigador, é preciso proceder com a escolha dos documentos que contém as informações relevantes ao entendimento do objeto de estudo.

Dessa forma, o primeiro passo da pesquisa documental foi a realização de um processo de “garimpagem”, que foi desenvolvido a partir da busca por documentos que fornecessem informações sobre a questão patrimonial de Tefé. Estes documentos foram consultados em arquivos do poder público e da Prelazia de Tefé.

Para desenvolver o trabalho analítico, o foco principal incidiu sobre os documentos que tratassem da atuação do poder público a respeito do patrimônio cultural material e modernização dos espaços públicos. A análise documental proporcionou informações que tornaram mais compreensível as transformações no espaço urbano e no próprio patrimônio material em Tefé.

A análise realizada se deu a partir da organização do material encontrado durante o processo de seleção dos documentos. A primeira etapa se configurou da organização dos documentos de forma a torna-los inteligíveis de acordo com o objetivo de investigar como a questão patrimonial tem sido abordada pelo poder público em Tefé e as mudanças no cenário urbano e patrimonial. A organização do material foi realizada de acordo com critérios da análise de conteúdo, comportando técnicas como fichamento e levantamento quantitativo e qualitativo de termos correntes.

Assim, para cada documento foi criada uma ficha de leitura com o título do documento, local em que foi encontrado, resumo do que se trata o documento, ano de produção e trechos que poderiam ser utilizados posteriormente. Para desenvolver a análise, além da organização documental e produção de fichas de leitura, foram constituídos quadros com palavras-chaves cuja frequência de presença foi averiguada nos documentos. Do ponto de vista qualitativo foi examinada as influências que promovem determinadas posições a respeito do patrimônio.

Como terceiro passo da investigação, foi realizada pesquisa de campo, visando a coleta de dados que permitissem entender, em conjunto com a pesquisa documental, a situação patrimonial na cidade de Tefé. A pesquisa de campo se caracteriza por ser realizada junto a pessoas, saindo do gabinete e adentrando na realidade pesquisada, isto é, pode utilização da investigação bibliográfica e documental, mas vai além destas (SILVEIRA e CÓRDOVA 2009).

Nesse sentido, a fase da pesquisa de campo foi realizada a partir do contato direto com a realidade investigada. Em primeiro lugar se procedeu a identificação das

construções antigas com valor histórico e cultural e registro fotográfico das mesmas para em seguida situá-las dentro do contexto histórico de Tefé.

Nesta etapa, foi necessária a atenção ao familiar, para que não houvesse barreira na identificação de objetos e se pudesse enxergar a realidade para além do que se costuma vivenciar, percebendo na paisagem pontos que passariam despercebidos a um olhar naturalizado pela vivência constante no lugar. Entretanto, a vivência no lugar foi um aspecto importante da pesquisa. Fatos por mim presenciados, assim como por outros moradores, puderam ser descritos e analisados como parte da experiência do viver na cidade, tomando o cuidado para que não houvesse uma naturalização dos acontecimentos.

Para identificação das construções tomou-se por base a metodologia de inventários participativos proposta pelo IPHAN (FLORENCIO, et al, 2016) e na metodologia INBI-SU, desenvolvida pelo mesmo órgão. A metodologia INBI-SU é uma metodologia de inventário de sítios urbanos já tombados, que parte de três abordagens que se inter-relacionam: a pesquisa histórica, o levantamento físico-arquitetônico e as entrevistas com usuários dos bens e moradores locais. Apesar do objeto de estudo se constituir de bens não tombados, a metodologia INBI-SU guiou, juntamente com a metodologia de inventários participativos, ao caminho que se devia percorrer.

Com o apoio dessas metodologias, foi possível iniciar o inventário panorâmico das construções históricas existentes no centro de Tefé. Contudo, no decorrer desta etapa, alguns problemas foram encontrados e infelizmente não puderam ser contornados de forma satisfatória: a pandemia de Covid-19, que assola o mundo desde o início de 2020, trouxe alguns impedimentos para o transcorrer da pesquisa. Parte do inventário consistia em entrevistas com os usuários das edificações e moradores da cidade, contudo o cenário de pandemia e a gravidade da situação no município prejudicou a realização de entrevistas com os moradores.

Em um momento de flexibilização das medidas tomadas pelo Estado, foi possível conversar com poucos usuários de algumas construções, fato que levou à focar mais na pesquisa documental. Além disso, as medidas das construções não puderam ser realizadas presencialmente, para contornar esta situação foi utilizado o programa Google Earth, desenvolvido pela Maxar Technologies, que utiliza de imagens feitas via satélite e possibilitou uma medida aproximada das construções antigas de Tefé e sua localização no espaço urbano.

Dessa forma, obteve-se mais sucesso com a coleta de informações gerais acerca das construções, informações estas que foram retiradas de documentos contidos no

Arquivo da Prelazia de Tefé, de trabalhos já realizados no âmbito do espaço urbano da cidade, como o de Santos (2016), e de conversas com alguns usuários das mesmas. A análise de fotografias possibilitou a comparação entre a paisagem do passado e do presente, permitindo observar características físicas, alterações e condições de conservação das estruturas e dos espaços. Pouco sucesso obtivemos com as entrevistas, devido ao quadro apresentado acima.

A realização de entrevistas com o poder público, visando entender os discursos a respeito da questão patrimonial e de modernização do espaço urbano, encontrou outro problema: no ano de 2020 também se vivenciava as eleições municipais. Nesse contexto, as tentativas de conversa com os representantes municipais encontram entraves diante do contexto eleitoral que dificultou conciliação de agendas. Com isso, foi possível fazer o contato com apenas um representante do poder público da então gestão municipal. Assim, foi utilizada entrevista semiestruturada seguindo um roteiro com questões predefinidas para nortear a conversa, mas que possibilitaram a liberdade para levantar outras questões no decorrer da entrevista.

O registro das entrevistas foi feito através de áudio, com a autorização prévia dos entrevistados. Para análise das mesmas foi utilizada análise de conteúdo e a análise do discurso, que configura um campo de conhecimento a respeito da linguagem, permitindo que se compreenda o que está por trás do que é falado. De acordo com Orlandi (2009)

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que se estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2009, p. 10).

O primeiro procedimento para análise das entrevistas foi a transcrição das mesmas, feita manualmente sem auxílio de software de transcrição, iniciando pela identificação do sujeito entrevistado, que será mantida no anonimato, a data, tipo e duração da entrevista. O segundo procedimento se configurou de uma primeira leitura da entrevista e, a partir daí, utilizando-se da análise de conteúdo, foi realizada a codificação do material a partir de categorias, onde foram agrupados os temas-chave tratados na entrevista, dividindo-se em: patrimônio, modernização e preservação.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O Capítulo I foi desenvolvido de forma mais conceitual visando discutir a questão do patrimônio material no contexto das cidades, onde o patrimônio material é (re)apropriado e (re)significado de

acordo com as experiências do viver na mesma. Dessa forma, o capítulo discute a cidade a partir da perspectiva da geografia cultural, encarando-a como espaço de produção e reprodução social.

O Capítulo II apresenta uma contextualização histórica da cidade de Tefé e evidencia os processos que levaram a sua constituição e as ações de determinadas instituições na construção do espaço da cidade e de formas que perduram até a atualidade. O Capítulo III discute a questão patrimonial em Tefé a partir de um levantamento que levou em consideração as memórias presentes nesses patrimônios, bem como o estado atual em que se encontram dentro do contexto urbano da cidade.

Por fim, o capítulo IV se dedica a discutir o processo de transformação do espaço urbano da cidade que se dá a partir de projetos modernizadores que visam especialmente a higienização e o embelezamento de determinadas áreas, e como essa transformação dialoga ou exclui as antigas formas. Além disso, apresenta alguns interesses relacionados ao uso dos espaços e da cultura material que influenciam sobre sua manutenção dentro do espaço urbano.

CAPÍTULO 1: A CIDADE E O PATRIMÔNIO: MODERNIZAÇÃO URBANA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 O espaço da cidade: dinâmicas, conflitos e modernização

O estudo da cidade é um tema que interessa não somente pesquisadores, mas também planejadores, políticos, ativistas e, é claro, os próprios habitantes, que fazem do espaço da cidade o palco de numerosas relações. Pensar cidade e a dinâmica que a compõe, possibilita compreender diversos interesses e conflitos que surgem em seu espaço, que envolvem objetos situados no mesmo e as relações com eles estabelecidas.

De acordo com Correa, (1989) a cidade é o lugar onde está concentrada a maior parte da população e é o local que recebe maiores investimentos financeiros, seja para as atividades nela desenvolvidas ou para o próprio espaço urbano. É nela também que está concentrada a maior oferta de serviços, de vários tipos, e que comporta os mais variados fluxos e atividades humanas, e por essas características, ela é também o principal palco de conflitos de ordem social, ideológica, econômica, política ou cultural.

Nesse sentido, a cidade pode ser entendida como um espaço geográfico que é reflexo das formas de ocupação do espaço urbano, dos sistemas de produção, da circulação e oferta de serviços, do comportamento cultural e também palco de conflitos sociais (CORREA, 1989; MAGALHÃES, 2013).

Dessa forma, segundo Carlos (2007), o sentido da cidade está para além de sua delimitação em um mapa e abarca também a prática socio-espacial, que lhe dá forma e conteúdo. É o conjunto de relações que são estabelecidas que produzem o espaço da cidade; relações estas que não são apenas de produção e circulação de mercadorias, mas também relações que envolvem a produção do homem em seu sentido mais amplo, isto é, o da realização da própria vida humana (CARLOS, 2007).

Esta perspectiva de olhar sobre a cidade não enxerga separação entre o espaço e a sociedade; a produção do espaço está, nesse sentido, profundamente vinculada com a sociedade, visto que as relações por ela estabelecidas é que produzem, reproduzem e transformam o espaço, dando-lhe sentido. A cidade é assim, construção humana, produto histórico-social,

Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana (CARLOS, 2007, p. 20).

Nesse sentido, a cidade é composta pelo passado, visto que a produção do seu espaço abarca um processo histórico-social, mas também se compõe das novas possibilidades, permitindo inventar, criar, replanejar, aderir ao novo, ainda que esse novo simule o já existente. “A produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática socio-espacial, evidenciando a vida na cidade” (CARLOS, 2007, p. 20). Isto é, não há separação entre o espaço e a sociedade porque o primeiro se produz a partir da reprodução das relações sociais, das práticas que se estabelecem no espaço da cidade.

De acordo com Carlos (2007), a análise da cidade deve levar em conta a articulação entre três planos: o econômico, o político e o social. No plano econômico, a cidade é produzida como condição para a produção do capital; o âmbito político produz a cidade como espaço de dominação por parte do Estado, através da delimitação e normatização dos espaços da cidade; já o âmbito social define a cidade como local de reprodução da vida humana, isto é, local de práticas socio-espaciais.

Os três planos, econômico, social e político revelam uma tendência de generalização da sociedade urbana, como se a sociedade tendesse sempre ao urbano, isto é, tendesse a ser uma sociedade urbanizada. Tal extensão do urbano produz novas formas sem que as antigas tenham desaparecido, tomando forma de uma contradição entre as persistências – o antigo -, e o que aparece como novo dentro do contexto de transformações do espaço urbano.

Essas transformações são consequências do processo de modernização, que traz novas possibilidades no âmbito do espaço e da vida social. Contudo, nesse movimento pode ocorrer também um processo de degradação de formas e relações sociais, levando a um triplo movimento: preservação/degradação/transformação. É este triplo movimento que caracteriza o processo de reprodução da cidade (CARLOS, 2007).

Esta é uma perspectiva que considera, para a análise da cidade, o processo de expansão do capitalismo no mundo. Segundo esta perspectiva, é neste momento de expansão que há a redefinição da cidade, passando a se constituir enquanto patamar (CARLOS, 2007). Nesse contexto, o urbano aparece como uma tendência, uma realidade concreta, mas também uma virtualidade, um abstrato, que tem a ver com a generalização

da urbanização e com a imposição de um modo de vida, constituindo o que se chamaria de plano global.

No âmbito local, a cidade é marcada pelos modos de apropriação do espaço, que tem a ver com as relações sociais que nele são praticadas. São essas práticas que produzem um espaço em que o uso deste se mostra como modo de reprodução da vida. Dessa forma, a cidade se apresenta como lugar do concreto, da troca, da informação, cultura e poder (LE GOFF, 1998), mas também como lugar do possível, de novas possibilidades para o urbano e para as relações sociais nele estabelecidas.

A produção do espaço da cidade articula as relações sociais que são realizadas em um tempo e lugar específicos, ou seja, as relações de trabalho e as ações que estão para além das atividades produtivas, isto é, relações que abarcam a vida privada, o lazer, o habitar, etc. Nesse sentido, o espaço é resultado da ação humana; um “[...] conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais.” (SANTOS, 1988, 71).

Assim, esse processo de produção se compõe de diversos elementos articulados entre si e que abarcam não somente os planos econômico, político e social, mas também o plano cultural. Nesta perspectiva, a análise do urbano vai além da esfera do trabalho, passando a abordar a própria vida cotidiana

[...] a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção stricto sensu (a da produção de mercadorias) envolvendo momentos dependentes e articulados para além da esfera produtiva (CARLOS, 2007, p. 23).

Dessa forma, a cidade, enquanto espaço produzido, ganha sentido de acordo com os modos com que o ser humano se apropria desta, tendo por objetivo principal a produção da vida.

De acordo com Correa (1989) muitas são as forças que agem na cidade, sendo a lógica capitalista - da produção e comercialização de mercadorias - a que tem caracterizado as sociedades modernas e a que mais tem refletido no espaço urbano e produzido mudanças sobre este. Segundo o autor,

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de

concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas que servem para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano [...] (CORREA, 1989, p. 07, Grifo do autor).

Apesar de fragmentado nessas diferentes composições e usos da terra, o espaço urbano é também articulado, pois cada uma de suas partes está em constante interação com as demais, a partir de relações espaciais. Tal articulação ocorre a partir do fluxo de pessoas que transitam entre um ambiente e outro, e através das relações de compra, venda, circulação de decisões e investimentos, mercadorias, etc. Essas relações integram as diferentes partes da cidade “[...] unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade” (CORREA, 1989, p. 08).

Assim, o espaço urbano reflete a complexa estrutura social influenciada pelas classes e é também reflexo não só das ações realizadas no presente, mas também daquelas que foram realizadas no passado. Nesse sentido, ele é desigual e passível de mudanças, pois é o lugar de representação dos diversos segmentos sociais e é onde estes vivem e se reproduzem.

Esta reprodução envolve crenças, mitos, preceitos, entre outros aspectos, que são projetados através das diferentes relações sociais e das diversas formas existentes no espaço, como os monumentos, por exemplo. Assim, o espaço e as formas nele existentes assumem distintos significados de acordo com quem interage com ele e de acordo com as forças que agem sobre o mesmo.

O espaço se diferencia da paisagem, ainda que estas duas categorias se complementem, por se configurar como movimento. A paisagem, de acordo com Santos (1988), está no domínio daquilo que a vista pode alcançar e no domínio da percepção, isto é, abarca também o que se pode sentir e comporta um processo seletivo de apreensão de determinada realidade visual.

A paisagem “[...] é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia” (SANTOS, 1988, s.p.). Espaço e paisagem se complementam e ambos estão imbuídos de relações, formas e movimentos com a sociedade que são tanto superficiais quanto profundos.

Pode-se considerar dois tipos de paisagem: a natural e a paisagem artificial. Debatida pela geografia cultural, essa diferenciação entre paisagens traz à tona os objetos

culturais. O homem, a partir de sua ação sobre a natureza, mantém com esta uma relação cultural, isto é, a produção do espaço se dá na medida em que o homem age sobre o próprio espaço, através de objetos naturais e artificiais, modificando a paisagem natural e transformando-a em paisagem artificial.

De acordo com Santos (1988, s. p.) “A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano”. Santos (1988, s. p.) afirma ainda que “Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais.”. De fato, é quase impossível encontrar uma paisagem natural na atualidade, desde muito as paisagens e espaços são modificados pela ação humana. Já desde o desenvolvimento do homo sapiens o temos modificando constantemente a paisagem; estudos arqueológicos mostram que tal modificação de fato vinha sendo praticada desde os tempos pretéritos em diversas partes do mundo.

Desde então, a atuação humana sobre a paisagem não diminuiu, a modificação desta e a produção de novos espaços tem se dado de maneira constante e em alguns casos até agressiva, se pensarmos na intervenção descontrolada do homem sobre o meio natural. Dessa forma, a paisagem se mostra como um conjunto heterogêneo de formas naturais e também de formas artificiais, visto que é composta por ambas as partes, como afirma Santos (1988)

A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos adentramos a um mundo artificial (SANTOS, 1988, s. p.).

Dessa forma, os acréscimos constantes à natureza, tornam por vezes difícil distinguir entre o que é natural e o que é artificial, aproximando o homem muito mais de um mundo artificial, com domínio das técnicas e de instrumentos de trabalho - que se constituem como meios necessários à produção -, do que de um mundo natural. Os acréscimos à natureza tendem, então, a ser acréscimos com vistas a atender demandas de produção, isto é, construções de estradas, portos, prédios, fábricas, são exemplos de acréscimos que visam atender a demandas de produção.

A cidade, de acordo com Santos (1988), seria ao melhor exemplo de acréscimo ao natural. Ela abarca as questões mencionadas acima e ainda mais, bancos, escolas, áreas de lazer, ruas, estradas, prédios administrativos, comércios; lugares por onde circula a

produção e também lugares que comportam diversas relações que abarcam as relações de produção, mas que vão além destas. Dessa forma, a paisagem, assim como o espaço, é passível de mudança, graças às forças que atuam sobre eles, forças estas que podem ser políticas, econômicas, culturais e sociais.

Segundo Correa (1989)

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORREA, 1989, p. 11).

Assim, tanto mais complexa a ação dos agentes sociais sobre o espaço, maior as alterações que serão realizadas sobre este, e afetarão não somente a infraestrutura da paisagem, mas também a dinâmica social, econômica e até política dos espaços. Santos (1988) aponta duas formas de mudanças ou variações que podem ocorrer na paisagem: as mudanças estruturais e as mudanças funcionais.

As mudanças ou variações funcionais na paisagem se dão de acordo com a variação funcional de determinado espaço; uma praça, por exemplo, funcionará de forma diferente dependendo do horário, dias da semana, dias de eventos, etc. Até construções antigas e prédios históricos podem sofrer mudanças na sua funcionalidade de acordo com os interesses em jogo.

Já a mudança estrutural, que nos interessa mais profundamente na discussão a ser realizada ao longo deste trabalho, se dá a partir da mudança das formas, isto é, alterações de antigas estruturas para atender novas demandas. Veremos no tópico abaixo como essas alterações estão ligadas a processos como modernização dos espaços e envelhecimento das formas.

1.1.1 Modernização do espaço urbano: a construção de novas formas para a cidade

Vimos que a cidade é um fenômeno multifacetado, composto de diversas dimensões: social, econômica, política e cultural. Essas dimensões estão interligadas e abarcam relações que modificam constantemente as formas físicas que compõem o espaço urbano. Tendo em vista este aspecto, no conjunto de relações que envolvem o uso do espaço e na dinamicidade de que é composta a cidade, as antigas formas presentes no

espaço urbano figuram uma das questões em torno da qual circulam interesses e conflitos que podem levar à sua alteração ou destruição. Nesse contexto, especialmente as antigas formas que representam a história das cidades e por isso podem ser consideradas como patrimônio cultural das mesmas, estão sujeitas aos diversos interesses que abarcam o uso espaços e das formas materiais.

Os interesses que circundam os espaços e as formas que o compõem contribuem para delimitar o uso dos mesmos, isto é, tem importante papel na definição dos fins de uso e o público que se beneficiará destes. Nesse sentido, os interesses por uso dos espaços e do patrimônio estão constantemente influenciando as escolhas por locais a seres preservados e aqueles que devem dar lugar a novas formas.

Os novos projetos e novas formas pensadas para a cidade fazem parte do processo de modernização urbana. Esse processo tem como objetivo renovar as feições da cidade e, para isso, utiliza de diversos meios para atingir tal objetivo, sendo um deles a destruição de antigas formas para a reconstrução de acordo com novos padrões. Nesse sentido, o processo de modernização urbana possibilita a renovação da cidade, mas ao mesmo tempo exclui aquilo que não se deseja ter no novo cenário planejado, e isto inclui não somente objetos e construções, mas também segmentos sociais.

Estando ligadas especialmente à Belle Époque, período entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX em que se acreditava que o progresso material era a resposta para os problemas da sociedade, as transformações no espaço das cidades decorriam da necessidade da existência de um lugar para se desfrutar dos confortos e inovações possibilitados pela modernidade. Assim, a cidade, enquanto espaço privilegiado para o desfrute das inovações, precisava estar em sintonia com as mesmas, isto é, necessitava renovar o seu espaço para se mostrar moderna assim como os serviços que dispunha (FOLLIS, 2004).

Dessa forma, a modernização urbanística se inaugura em meados do século XIX, tendo como paradigma inaugural a grande reforma urbana de Paris promovida por George Haussmann e que modificou a antiga estrutura medieval de Paris, com seus problemas sanitários e organizacionais, transformando-a em um local de fácil locomoção e impressionante beleza.

Ainda que projetos de modernização já viessem ocorrendo, essa reforma tornou-se um modelo de planejamento que foi seguido por diversas cidades do mundo, inclusive no Brasil. Os projetos de modernização urbanística, partiam do anseio das elites por melhoramentos e por novos serviços e tinham como pressupostos principais três questões:

1) higienização; 2) embelezamento; e 3) racionalização do espaço urbano (FOLLIS, 2004).

Para lidar com o problema da insalubridade do espaço urbano e com as consequentes doenças provocadas pela falta de saneamento, era preciso higienizar os ambientes. Contudo, notou-se que as leis sanitárias não eram suficientes para resolver o problema, pois estes estavam ligados ao próprio espaço construído. Dessa forma, era preciso reorganizar as cidades, replanejá-las de forma a garantir a melhor organização do espaço, higiene e beleza.

Para se construir novos espaços era preciso primeiro se desfazer dos antigos, aqueles que não contribuía para o ideal de cidade moderna que se queria construir. Dessa forma, em várias cidades, ruas e construções antigas foram desapropriadas e demolidas; no Brasil, muitos dos prédios coloniais foram alvos da política de modernização, sendo demolidos para abrir espaço para os projetos que representariam o moderno.

De acordo com Follis (2004), no Brasil, os grandes exemplos de modernização foram o Rio de Janeiro e São Paulo, cujos projetos de melhoramento tinham claras influências da Paris de Haussmann, com as construções realizadas aos moldes da Belle Époque. A partir do exemplo desses dois grandes centros, outras cidades do país também passaram por processos de modernização, inclusive cidades que não se configuravam como grandes centros urbanos. Assim, do final do século XIX em diante, processos de modernização se tornaram mais intensos nas cidades brasileiras, alguns realizados através de planos elaborados por profissionais do urbanismo moderno e outros não.

As transformações no espaço urbano das cidades partiam tanto da necessidade de melhoria da infraestrutura, como também estavam ligadas à mentalidade, ideologias e necessidades que se apresentavam no contexto das cidades. Além disso, como já mencionado, parte destas transformações, estavam ligadas diretamente às necessidades e exigência das elites, que buscavam novos serviços e admiravam os moldes europeus de vida e de cidade advindos da Belle Époque (FOLLIS, 2004).

O espaço da cidade, enquanto espaço que abrigava boa parte das transformações tecnológicas e econômicas, tornou-se espaço de busca por desfrute e conforto e, conseqüentemente, demandou por melhoramentos na infraestrutura urbana, visto que o grande contingente de pessoas na cidade e as antigas estruturas, desorganizadas e em péssimo estado, acarretaram em uma série de problemas, principalmente de caráter sanitário. Nesse sentido, era preciso repensar a infraestrutura da cidade, processo que se

deu especialmente a partir dos três pressupostos já mencionados: higienização, embelezamento e racionalização.

Os processos de modernização, embasados por esses pressupostos, modificaram o espaço urbano de muitas cidades - desde os grandes centros até as pequenas e médias cidades -, mas não somente a estrutura física, alteraram também a sua composição social, varrendo dos novos centros modernos os sujeitos sociais que não se encaixavam no projeto modernizador, colocando-os nas periferias onde o saneamento básico, a rede de água e esgoto, a iluminação e as próprias políticas públicas eram insuficientes ou nem existiam (FOLLIS, 2004). Tal fato aponta para o espaço da cidade enquanto palco de conflitos sociais que visam o direito tanto à cidade quanto aos bens e serviços de que ela dispõe.

Assim, a modernização urbana se apresenta em duas faces: 1) a melhoria do espaço urbano, que comporta o movimento de destruição e reconstrução; e 2) a exclusão de determinadas camadas sociais e suas representações. É preciso ressaltar que os processos de modernização partem de ideologias, daquilo que se pensa e se quer reconstruir, renovar, e demanda escolhas que partem da mentalidade daqueles interessados ou responsáveis pelos projetos modernizadores.

Nesse sentido, as escolhas do que manter e do que destruir para dar lugar às novas formas, estão sujeitas às ideologias dos grupos responsáveis pelos projetos de modernização, que em sua maioria são compostos por representantes públicos e da elite econômica dominante, que imprimem no espaço seus ideais de vida e cidade.

Dessa forma, os ideais se refletem no espaço urbano da cidade e, dentro do contexto de modernização urbanística, acarretam na mudança estrutural da paisagem, alterando antigas formas para atender novas demandas, que podem ser de ordem econômica, social, política e cultural.

Assim, dentro desse processo, antigas formas, especialmente aquelas que refletem o passado histórico, podem ser alvo de ações visando a construção de uma nova imagem de cidade. Nesse sentido, casas antigas, construções históricas e objetos que representam a memória antiga da cidade podem vir a sofrer alterações em suas formas originais ou até ser destruídos em prol do novo ideal moderno.

Além disso, as mudanças estruturais das formas, sejam elas ruas, praças, construções antigas e históricas podem acontecer em decorrência do processo de envelhecimento que pode ser físico ou social, e é este envelhecimento que pode abrir caminhos para a alteração das antigas formas, seja apenas em seu uso, seja na própria

estrutura física ou até alterações em ambas. De acordo com Santos (1988, s. p.) “As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais, já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas”.

Nesse sentido, praças, prédios antigos, monumentos históricos, podem ser alvo de alterações em seus usos ou em suas estruturas físicas, dando lugar a novas formas que buscam atender determinadas demandas. No espaço da cidade, que comporta relações e interesses diversos, o patrimônio, por exemplo - a história contada através de construções antigas, monumentos e outras obras de natureza material que remetem à ancestralidade, memórias, vivências e experiências sociais -, é uma das formas em que constantemente circulam interesses e especulações sobre seu uso e sobre uso do espaço que ocupam dentro da cidade.

Diversas construções antigas, por exemplo, sofrem tanto do envelhecimento físico quanto do envelhecimento social. Muitas estão em péssimo estado de conservação e caem no desuso e conseqüentemente são alvo de desvalorização. Assim, acabam por se tornarem formas que, na lógica capitalista, não contribuem para o desenvolvimento econômico e nem social da cidade, gerando uma especulação sobre sua utilidade e a possibilidade de que uma nova forma surja em seu lugar.

Nesse sentido, no contexto dinâmico das cidades, composto por diferentes formas de produção e reprodução do espaço urbano, as estruturas que representam o patrimônio da cidade estão sujeitas a múltiplos interesses que constantemente entram em conflito, especialmente quando se discute modernização do espaço urbano. Tais interesses e demandas podem levar a destruição das antigas formas, o que levanta a preocupação pela preservação das mesmas.

Dessa forma, a preservação patrimonial em contextos urbanos e especialmente naqueles que tem passado por intensos processos de modernização tem figurado um desafio a ser enfrentado. Para tanto, faz-se necessário refletir acerca das relações que são estabelecidas com as antigas construções e objetos que representam o patrimônio no contexto das cidades, pensando os possíveis interesses no uso do espaço e da cultura material que refletem diretamente nas ações tidas para com essas formas.

1.2 Preservação patrimonial: trajetórias e a problemática do contexto urbano

A preservação patrimonial em contextos urbanos tem se mostrado um importante desafio, em parte porque o novo contexto das cidades possibilita outras identificações (CANCLINI, 1997), isto é, novas formas, acarretando em conflitos entre o antigo e o novo; de outro lado, o processo de modernização do espaço leva à especulações por uso dos espaços e das antigas construções.

Por sua vez, a ideia de patrimônio é uma ideia ainda em aberto, constantemente levando a discussões especialmente no âmbito da identificação de novos bens patrimoniais. O que deve ser considerado como patrimônio? Quais bens são amparados por lei, garantindo seu tombamento e proteção? Essas são questões que muitas vezes levantam questionamentos no que tange a proteção de determinados bens, levando à preservação de uns em detrimento de outros.

A trajetória do conceito de patrimônio, ainda que passe por pontos de mudança importantes (FUNARI e PELEGRINI, 2009), leva a uma concepção patrimonial muito restrita. Na teoria, ou seja, nas leis de reconhecimento e proteção de bens patrimoniais, a imagem é uma, porém a prática se mostra de forma diferente. Muitas manifestações e construções que, na teoria, são passíveis de preservação, na prática sofrem o descaso do poder público e o conseqüente envelhecimento físico e social.

A ausência de preservação é muitas vezes guiada pelo questionamento do valor simbólico e caráter de antiguidade das construções, que as elevaria a categoria **oficial** de patrimônio e também por interesses diversos que conscientemente anseiam a utilização do espaço ocupado pelas antigas construções para darem lugar a novas formas.

Ainda que por muito debatido entre arqueólogos, antropólogos culturais, historiadores da cultura e demais cientistas que tem se dedicado a estudar a questão patrimonial, o conceito/categoria de patrimônio traz algumas problemáticas especialmente no que diz respeito a identificação de bens patrimoniais, tendo reflexo direto na escolha dos bens a serem preservados, podendo levar à preservação de uns em detrimento de outros.

A trajetória do conceito de patrimônio é longa e sua origem remonta à época do Império Romano, referindo-se a herança familiar ou pertencente ao patriarca que, na Roma Antiga, possuía o direito de propriedade. Assim, do latino *patrimonium*⁷, o patrimônio estava primeiramente restrito ao âmbito privado, e ligado diretamente aos interesses individuais e aristocráticos da elite romana (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

⁷ www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/ (Acesso em 17/05/18).

De acordo com Choay (2017, p.11) “Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.”. Por esta característica, a ideia de patrimônio ainda aparece muitas vezes vinculada à riqueza material, como os bens materiais que possuem valor econômico ou afetivo e aqueles que dizem respeito à herança familiar.

Assim, patrimônio traz em si a ideia de legado, algo que é passado adiante, como uma herança, seja ela genética, histórica, espiritual, natural ou monetária. Essas características estão mais associadas ao patrimônio como algo individual, pertencente a um indivíduo, e é este quem decide o que é importante de ser resguardado. Contudo, patrimônio também possui uma conotação coletiva, porém ela foi ganhando espaço aos poucos, à medida que o mundo antigo foi se transformando.

A difusão do cristianismo, a partir dos séculos IV-V acrescentou à noção de patrimônio uma característica mais coletiva e não tão aristocrática: o caráter religioso. Tal caráter, enfatizado especialmente nos séculos VI-XV durante a chamada Idade Média, trazia à cena os sentimentos religiosos como valores sociais compartilhados, expressados em formas materiais ou imateriais, como por exemplo a valorização das relíquias consideradas sagradas, lugares ou dos rituais que eram compartilhados entre os praticantes da religião (FUNARI e PEREGRINI, 2009).

Apesar dessa nova característica, que apresentava uma face mais coletiva para a ideia de patrimônio, o caráter aristocrático se mantinha, ainda que novas interpretações populares acerca de patrimônio começassem a ganhar espaço. As novas leituras de patrimônio, feitas pelas pessoas comuns, como a valorização de sentimentos religiosos e relíquias, ainda estavam ligadas as concepções aristocráticas, mas começavam a fugir ao controle das elites. Nesse sentido, a monumentalização de igrejas e construções de grandes catedrais - que figuravam um patrimônio coletivo, mas de caráter aristocrático -, vieram como uma reação das elites às novas leituras populares dadas ao patrimônio (FUNARI e PEREGRINI, 2009) e passaram a ocupar a paisagem de forma imponente.

A partir daí a noção de patrimônio começou aos poucos a se ampliar. Já não se pensava em patrimônio apenas como algo pessoal, legado pela família, mas também em monumentos e sentimentos compartilhados entre grupos de indivíduos, ou seja, pela coletividade. O Renascimento, ocorrido na Europa por volta do século XIV e que viria a influenciar a trajetória do patrimônio por todo o mundo, trouxe uma importante mudança de perspectiva - embora o caráter aristocrático do patrimônio ainda se fizesse presente (Op. Cit).

Deu-se início a uma luta pelos valores humanos e um combate ao domínio da religião em vários âmbitos, o que levou a mudanças de paradigmas e abandono de vários dogmas difundidos pela Igreja; nessa luta o humanismo, difundido durante a Renascença, buscou se inspirar na Antiguidade grega e romana e, para isso, seus estudiosos buscavam ler obras antigas e colecionar vestígios dessa Antiguidade.

É da prática dos humanistas, de estudo, coleta e catalogação do que fosse considerado vestígio dos antigos, como pedras, moedas, inscrições, vasos de cerâmica, etc. que surge aquilo que ficaria conhecido como Antiquariado. Tal prática se difundiu por toda a Europa e perdura até a atualidade manifestado na forma de colecionadores de antiguidades (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

O caráter aristocrático e privado do patrimônio, ainda mantido no Renascimento, foi gradualmente transformado a partir do surgimento do Estados Nacionais na Europa, que trouxe uma mudança não somente para a sociedade moderna, mas transformou também a própria concepção de patrimônio. Foi a partir de 1789, com a Revolução Francesa, que se desenvolveu o conceito moderno de patrimônio,

[...] A França era um reino de direito dividido, conhecida como Filha Primogênita da Igreja, por sua ligação com a hierarquia católica. [...] No reino, falavam-se diversas línguas e os súditos espalhavam-se não apenas pela Europa [...]. Havia uma plethora de estatutos jurídicos que separavam os súditos (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 15).

A Revolução Francesa traz uma mudança nesse cenário, a República que se formava a partir daí cria um ideal de igualdade que passa a se refletir em vários âmbitos da vida social francesa. Desejosa de criar uma nação que compartilhasse língua, valores e costumes comuns, a República utilizou da escola para difundir uma língua nacional e uma origem em comum entre as pessoas. “O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território [...]” (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

A busca pela invenção de uma cultura nacional se apoiou também em bases materiais, ou seja, o patrimônio nacional. É dessa forma o conceito atual de patrimônio vai se desenhando ganhando um âmbito público, envolvendo todo o povo em uma rede de compartilhamento de uma cultura. O patrimônio começou a ser entendido como um monumento, edifício ou objeto que possuía valor tanto material quanto simbólico, pois era a representação material dos valores comuns compartilhados entre os indivíduos da nação.

A Revolução Francesa levantou também a preocupação em se proteger o que era considerado parte da história da nação francesa. Segundo Choay (2017), ela contribuiu para que as primeiras ações legais que visavam a proteção do patrimônio histórico fossem pensadas, criando-se atos jurídicos visando o tombamento do patrimônio, transferência da posse de bens patrimoniais do clero para a Nação, e comissões que desenvolveriam ações de conservação e preservação, voltadas para o patrimônio material.

Tais ações tinham por objetivo “[...] proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura.” (FUNARI e PELEGRINI, 2009), visto que em meio aos conflitos da revolução, os monumentos estavam sujeitos à destruição. Essas ações configuraram os primeiros passos em direção à uma legislação de proteção do patrimônio e que teria repercussão no restante do mundo.

Contudo, apesar da importância das ações realizadas durante o contexto da Revolução Francesa, a primeira lei de proteção do patrimônio francês foi criada apenas em 1887 e complementada em 1906 por uma legislação mais abrangente, que só se tornou possível a partir da ampliação da noção de patrimônio. Tal ampliação permitiu que leis mais abrangentes fossem compiladas, visando contemplar e proteger todos os tipos de patrimônio. As ações de proteção patrimonial na França figuraram um passo importante na proteção do patrimônio, contribuindo para que se pensassem ações em torno do mesmo em todo o mundo.

O patrimônio até aqui era entendido como um bem concreto, ou seja, bens de caráter material, como monumentos, construções e objetos com valor simbólico. Isso porque “Parte-se do pressuposto de que há valores comuns, compartilhados por todos, que se consubstanciam em coisas concretas.” (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 20). Nessa concepção, outras manifestações, como as imateriais, não eram contempladas pela definição de patrimônio. É possível perceber que essa concepção tem raízes profundas até hoje, muitas manifestações de importância simbólica para sociedades, por vezes encontram embates ao seu reconhecimento, por não se enquadrarem em uma ideia pré concebida de patrimônio.

A ideia de patrimônio estava voltada para o que era considerado de grande beleza, excepcional e ligado à nacionalidade. Acrescido à essas características do patrimônio nacional, foram criadas as instituições patrimoniais, como os museus, figurando uma forma de administração e proteção do patrimônio que contou com profissionais de diversas áreas para administrar tais instituições e cuidar dos objetos sob sua guarda.

As duas guerras mundiais, impulsionadas pelos nacionalismos, contribuíram para o ápice do patrimônio nacional. Nesses contextos, até vestígios mais distantes no tempo e espaço foram assimilados como parte da construção da chamada identidade nacional. Em contextos como o da Alemanha nazista, os vestígios do passado foram utilizados para reivindicação de territórios e invasões militares, pois se usou do discurso de que os vestígios dos germanos - que podiam ser encontrados em territórios de outros países - vistos como antepassados dos alemães justificavam as invasões territoriais realizadas pelos alemães (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

O contexto pós-guerra possibilitou abordagens menos restritivas de cultura e consequentemente do que se considerar como patrimônio de um povo, ou seja, patrimônio cultural. O fim da Segunda Guerra e criação da ONU e UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 1945, trouxe a superação do nacionalismo, que enfatizava um patrimônio homogêneo, e abriu portas para novas abordagens de cultura, dando espaço para o reconhecimento e abrangência da diversidade patrimonial.

As mudanças trouxeram ainda a diferenciação entre monumento histórico e patrimônio histórico. De acordo com Choay (2017)

A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. [...] todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, público e privados, santuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas, das estações, dos alto fornos [...] Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de casas, bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades [...] (CHOAY, 2017, p. 12. Grifos do autor).

Isto é, a adição de novas formas, ainda que nos primeiros momentos extremamente marcada pela arquitetura erudita e pela arqueologia, contribuiu para uma visão um pouco menos restritiva de patrimônio ao se reconhecer construções menores, edificadas sem a ajuda de arquitetos, como até então se compunha a maior parte dos bens patrimoniais. Além disso, a expansão do quadro cronológico permitiu o reconhecimento de edificações artefatos construídos a partir do século XX, o que anteriormente se limitava ao século

XIX, abrindo espaço para a expansão da noção de monumento histórico e difundindo as práticas de conservação e proteção para além da Europa.

O contexto pós Segunda Guerra Mundial, também possibilitou que entrassem em cena novos agentes sociais, como indígenas, negros e mulheres, e a ideia de unidade nacional, com uma só cultura, língua e etc., foi perdendo força no âmbito das lutas sociais que se fortaleciam (FUNARI e PELEGRINI, 2009). Os novos agentes sociais que ganhavam espaço, traziam consigo diversos interesses e buscavam, além de várias outras pautas, o reconhecimento da diversidade em vários âmbitos e, nesse sentido, geravam conflitos dentro dos países que se pretendiam homogêneos.

Dessa forma, as lutas promovidas pelos novos atores sociais mostravam como os modelos nacionalistas, que eram a base da ideia de patrimônio nacional, estavam em declínio e contribuíram para o reconhecimento não somente da diversidade de expressões, ideias, movimentos, manifestações, culturas, como também abriram espaço para o reconhecimento da diversidade patrimonial (HALL, 2014; FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Além das diversas lutas sociais, a interação entre diferentes nações, possibilitada pelo contexto de globalização, também permitiu a dissolução de conceitos nacionalistas, trazendo outras possibilidades de patrimônio para além do nacional. Dessa forma, a noção de patrimônio começou a se expandir e passou a contemplar outras questões, como o próprio meio ambiente e grupos sociais, que anteriormente não eram pensados como constituindo o patrimônio. De acordo com Funari e Pelegrini, (2009) “Já no fim da década de 1950, a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade” (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Portanto, a ênfase na diversidade possibilitou que uma variedade de patrimônio fosse reconhecido e fosse contemplados por leis de proteção. A ampliação do patrimônio trouxe também uma outra contribuição importante: a maior participação das pessoas na gestão dos bens patrimoniais, que deixaram de ser preocupação somente do poder público e passaram a envolver uma maior parte da sociedade em prol da preservação patrimonial.

O reconhecimento da importância da diversidade patrimonial trouxe a preocupação com a necessidade de uma definição oficial do que poderia ser considerado como tal. A conferência geral da Unesco de 1972 foi a primeira convenção a tratar do patrimônio mundial, cultural e natural e declarou alguns sítios como patrimônio da humanidade, isto é, foram considerados como pertencentes a todos os povos do mundo.

Tal conferência definiu o patrimônio como sendo composto por monumentos, conjuntos de construções, esculturas, pinturas e vestígios arqueológicos, além de formações físicas, geológicas, fisiográficas e biológicas, além de sítios produtos da ação humana ou natural com valor científico, histórico, etnológico ou portadores de beleza natural (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

As ações da Unesco se dirigiram especialmente à países da Ásia e árabes, onde podiam ser encontrados muitos objetos e construções com valor histórico, mas também foram realizadas ações em países da América Latina, inclusive no Brasil, em 1988, com vistas a proteger as missões jesuíticas. As ações desenvolvidas mostram uma tendência à valorização e preservação de grandes construções e obras ligadas a atuação religiosa, tendência que, de certa forma, perduram até a atualidade.

O objetivo das campanhas de salvaguarda realizadas pela Unesco era proteger os sítios patrimoniais ameaçados, tendo como foco a proteção do meio ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade e às populações tradicionais (Op. Cit.). Uma das principais ações realizadas foi a catalogação de sítios ameaçados, principalmente aqueles que sofriam com o tráfico ilícito de bens culturais, prática muito comum em países com rico acervo de bens culturais, como países da Ásia e o Egito por exemplo, onde diversas tumbas foram saqueadas e seus tesouros furtados para venda ilegal.

O reconhecimento de bens culturais pela Unesco como patrimônio mundial figura uma via de mão dupla: ao passo que o reconhecimento de bens possibilita sua preservação e os torna atrativos culturais e econômicos, ele também está sujeito aos interesses de quem detém sua posse, ou seja, pode haver o predomínio de determinados interesses em detrimento de outros.

Dessa forma, a tendência foi, e ainda permanece, mesmo que velada, a valorização de patrimônios ligados diretamente às elites e à história de grandes personagens e episódios, além da predominância de interesses econômicos. De acordo com Funari e Pelegrini, (2009), enquanto organização, a Unesco é afetada por dois motivos

Em primeiro lugar, cada Estado Nacional membro representa seu país, e muitas vezes, por diversos motivos, não reconhece a diversidade cultural de outro. Nesses casos a Unesco não tem como intervir [...] Uma segunda característica da organização consiste no predomínio do interesse das potências econômicas e na valorização do patrimônio ligado às elites, em geral, e à Europa em particular. Isso significa que as grandes civilizações do passado recebem mais atenção do que as sociedades que não dominaram outros povos nem deixaram construções monumentais (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Ora, não é novidade que a história se construiu por muito tempo de cima para baixo, ignorando os grupos subalternos e exaltando seus opressores, e tal fato se reflete diretamente no patrimônio. A maior parte dos bens tombados tem ligação direta com a história das elites, da Igreja e de grandes episódios e a maior visibilidade, quando se trata da questão patrimonial, está em países da Europa e naqueles que possuem complexos arquitetônicos, ou onde as sociedades do passado deixaram grandes construções. Indígenas e negros, por exemplo, parecem ter pouco a contribuir com a questão patrimonial.

No Brasil, poucos patrimônios reconhecidos e tombados estão ligados diretamente à história de negros e indígenas, pois somente a partir dos anos 70 é que se começa a proteger patrimônios que diferiam do caráter de excepcionalidade e do ideal de identidade nacional que se pretendia criar para o país (LINS, 2010). O complexo do Pelourinho, em Salvador (BA), é um dos poucos exemplos de valorização da história negra expressa no patrimônio, e ainda assim, está marcada pela atuação da elite branca que invadiu e conquistou as Américas.

Esta é uma realidade que tem sido combatida por novas perspectivas patrimoniais, contudo ainda é possível perceber os entraves quando se trata do reconhecimento de bens pertencentes à povos subalternizados, e bens que não são de grande interesse econômico. Também não se pode negar que, ainda que exista uma via de mão dupla, a atuação da Unesco foi e é de extrema importância na proteção de bens patrimoniais, especialmente na atualidade, onde ameaças de conflitos bélicos, que podem vir a destruir vidas e expressões da cultura, são cada vez mais preocupantes.

No contexto da América Latina, os debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades têm buscado a valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos, dado que estes centros são a representação da diversidade de que é composta a própria cidade. Seguindo essa premissa a reabilitação dos centros históricos tem figurado uma forma de fortalecer a identidade coletiva de grupos sociais e preservar os bens culturais a eles pertencentes. Entretanto, além do fortalecimento de identidades, a preservação e revitalização de patrimônios localizados em centros urbanos tem se apresentado como um fator potencial para o desenvolvimento econômico e social, cujo maior exemplo está na utilização dos bens patrimoniais pelo setor turístico (Op. Cit.).

Funari e Pelegrini (2009) apontam que as políticas de proteção do patrimônio são recentes, especialmente na América Latina, onde surgem a partir do reconhecimento, pela

Unesco, de alguns bens culturais como patrimônio da humanidade. Esse configurou o primeiro passo para que se desenvolvesse políticas de proteção e recuperação de patrimônios e centros históricos na América Latina, mas tais políticas só adquirem maior força a partir das discussões levantadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno que passou a pensar, de forma interdisciplinar, a cidade e o urbano.

Nesse contexto, passou-se a refletir sobre o aumento da densidade populacional e o crescimento industrial entre os séculos XIX e XX, que legitimaram reformas urbanas e consequentemente demolições de áreas históricas para atender as demandas surgidas da industrialização e da demografia.

O crescimento desenfreado das cidades e a destruição de áreas históricas levantaram diversas questões, entre elas o desenvolvimento de alternativas para o crescimento das cidades que mais tarde embasariam novas teorias urbanistas e as teorias modernas de restauro. A destruição dos monumentos, seja pelas guerras, seja em favor do crescimento industrial, chamou atenção também para a conscientização acerca dos valores identitários presente nas estruturas antigas, enquanto lugares que carregam significados e que são repletos de vivências e experiências sociais e vestígios da cultura material de sociedades do passado refletidas no presente.

Nas últimas décadas do séc. XX o debate acerca da questão patrimonial e da preservação de bens considerados possuidores de valor histórico e cultural para as sociedades, foram ganhando mais ênfase, ao passo que a própria noção de patrimônio ia se expandindo ainda mais, de histórico para patrimônio cultural, isto é, a noção de patrimônio passou a abarcar não só edificações e artefatos, mas também outros tipos de produções naturais e humanas.

No Brasil essa ampliação se deu através do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...] (BRASIL, 1988).

Até então, o conceito de patrimônio no Brasil era orientado por duas questões principais: a construção de uma identidade nacional brasileira e o caráter de excepcionalidade dos bens culturais. Tais questões orientaram as ações de reconhecimento e proteção de bens no Brasil, porém eram reflexo do que vinha acontecendo na Europa desde o século XIX, com os movimentos para construção de identidades nacionais.

No Brasil, a busca pela construção de uma identidade nacional ganha força a partir dos anos 30 e, nesse processo, elimina outras identidades que divergiam do ideal homogêneo que se pretendia. Para esse projeto foram valorizados bens com o caráter de excepcionalidade e aqueles com ligação direta com estruturas do poder político, econômico e religioso, os bens pertencentes a outros grupos foram negligenciados e eliminados pois se buscava valorizar os que sempre estiveram no poder (LINS, 2010). A tendência, no que diz respeito ao reconhecimento de bens para a categoria de patrimônio, não só do Brasil, mas mundial, pautava-se especialmente em episódios marcantes da história, grandes personagens e vestígios da atuação da Igreja, assim, poucos eram os bens reconhecidos que fugiam a esse padrão.

Nesse sentido, o reconhecimento através de leis de outras manifestações, projeto que começa a ganhar espaço a partir dos anos 70 com a gradativa ampliação do conceito de patrimônio, permitiu que se saísse de uma perspectiva reducionista, pautada em episódios militares e grandes personagens, para abranger outros sujeitos sociais, possibilitando que se passasse a definir o patrimônio a partir dos referenciais culturais das comunidades.

A partir dessa nova visão, construções menos prestigiadas também foram reconhecidas como patrimônio, além de se reconhecer também o patrimônio de caráter intangível, representado nos saberes, ofícios e modos de fazer que são passados de geração a geração, além de celebrações, formas de expressão e práticas culturais coletivas, que antes não seriam contempladas e reconhecidas como importantes de serem preservadas. (SILVA, 2016; FUNARI e PELEGRINI, 2009).

As primeiras iniciativas para preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro surgiram a partir de 1916. Entre as iniciativas está a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, que possibilitou o desenvolvimento de ações voltadas a preservação do patrimônio cultural (FUNARI e PELEGRINI, 2009). As ações desenvolvidas pelo IPHAN no Brasil, tem contribuído para a valorização e

preservação do patrimônio no país, especialmente no contexto dos grandes centros urbanos, onde o patrimônio está sujeito às diversas forças atuantes na cidade.

Tal contexto é marcado pela dinamicidade, possibilitando múltiplas identificações, e “As identidades coletivas encontram cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo. [...]” (CANCLINI, 1997, p. 288), isso porque se tem um processo de globalização que traz inúmeras possibilidades e torna as relações de identificação mais fluidas e até contrastantes.

Nesse sentido, as manifestações e os objetos de memória, que representam a história antiga da cidade, coexistem com outras possibilidades de identificação, ocasionadas pela dinâmica da vida urbana e especialmente pelos processos de modernização, e são alvo de diversos interesses econômicos e sociais que podem acarretar até mesmo na perda do valor simbólico do patrimônio (BORTOLOZZI, 2008).

Em relação ao patrimônio material, as antigas estruturas passam a existir em contraste com novos projetos advindos do processo de modernização dos espaços, e os novos projetos que surgem podem coexistir sem impasses ou entrar em conflito com os já existentes. Os projetos cada vez mais intensos de modernização, acarretam em mudanças na configuração do espaço e nos objetos nele situados, conduzindo a diferentes formas de uso para os bens culturais e diferentes identificações para com estes. Para o patrimônio imaterial a questão não é muito diferente, as novas possibilidades da modernidade por vezes tornam manifestações culturais e saberes tradicionais obsoletos devido as novidades tecnológicas.

Canclini (1997) discute acerca dos usos modernos e pós-modernos do patrimônio e das novas relações que podem se apresentar no contexto das cidades contemporâneas. O patrimônio material por exemplo, especialmente as grandes construções e monumentos, tem sido geralmente visto como imutável, no sentido de que os objetos e construções não sofrem alterações em seus significados, sendo apropriados pelas pessoas da mesma forma em qualquer ocasião.

Contudo, Canclini (1997), através das análises realizadas a partir do patrimônio histórico no México, mostra que até as memórias mais sólidas sofrem transformações e as iconografias tradicionais, no novo contexto das cidades, são resignificadas de diversas formas e ganham novos significados para os sujeitos que delas se apropriam. O significado da cultura não será o mesmo para todos os sujeitos e, sendo assim, ela será apropriada por eles de maneiras diferenciadas, mas que não deixam de ser legítimas.

As manifestações culturais, saberes e ofícios também podem sofrer alterações nesse contexto. As novas tecnologias possibilitam que as festividades tradicionais utilizem novos efeitos, adereços e etc. e ganhem uma nova roupagem; os ofícios tradicionais são também afetados pelas novas possibilidades tecnológicas e podem resistir, adaptar-se a essas novidades ou tornar-se obsoletos.

Dessa forma, o patrimônio passa a coexistir com outras formas de expressão que surgem nas cidades, fazendo parte de uma disputa por uma nova cultura visual. As manifestações e os monumentos abertos à dinâmica da vida urbana, como as construções históricas, facilitam a interação da memória com a mudança, possibilitando novas formas de olhar e se apropriar dos objetos da cultura (CANCLINI, 1997), que as vezes destoam de seu sentido original.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é (re)apropriado e (re)significado de acordo com as experiências do viver na cidade. As novas linguagens e expressões, que representam as principais forças atuantes na cidade, inserem os objetos culturais na vida contemporânea, através das novas interpretações da memória que abarcam diferentes interesses. Tais interesses que circundam o patrimônio são diversos, especialmente no espaço urbano das cidades que abarca diversas demandas de ordem social, econômica ou cultural e que possui amplas possibilidades de identificação.

Um dos interesses que embasam as relações com o patrimônio está relacionado ao seu caráter de herança histórica e cultural. Sabemos que o patrimônio possui uma série de mensagens que dizem respeito à história e cultura de uma sociedade e por isso desempenha um papel na construção das identidades e manutenção das memórias da coletividade. Por ter esse papel, ele é considerado como importante para os sujeitos como componente de sua história e herança do passado, levantando o interesse por sua manutenção (BEZERRA, 2011; FERNANDO, 2017; GOMES et. al, 2014).

Tal disposição se mostra especialmente através do discurso da preservação, que chama a atenção para as modificações, esquecimentos e destruições sofridas pelo patrimônio e que busca a manutenção e fruição do mesmo. Ou seja, interesse por parte de segmentos da sociedade pelo desenvolvimento de ações que neutralizem a deterioração dos bens culturais e garantam a continuidade de manifestações culturais como festividades e ofícios, para que estes continuem existindo e transmitindo as mensagens que carregam consigo; não somente as mensagens originais, mas também os novos significados e apropriações dados pelos atores sociais para os objetos e manifestações.

Nesse sentido, em relação ao patrimônio material, levando em consideração o caráter de herança cultural e de ressonância, a revitalização de centros históricos e patrimônios materiais têm figurado em uma forma de desenvolvimento, tanto econômico quanto social, para algumas cidades da América Latina (FUNARI e PELEGRINI, 2009). Nessa perspectiva, “A cidade foi laboratório de uma concepção que uniu a proteção ao patrimônio e o planejamento à solução de demandas sociais, procurando-se manter práticas sociais próprias da área abrangida.” (RODRIGUES e TOURINHO, 2017, p. 352-353).

Assim, passou-se a pensar não só o aspecto cultural, mas também o econômico em conjunto com o social, tendo como enfoque a preservação dos espaços de memória, a questão econômica, de desenvolvimento do setor turístico e desenvolvimento social, visto que muitos espaços ocupados por construções históricas também comportavam dinâmicas específicas da vida social que não poderiam ser ignoradas.

Contudo, o interesse turístico aliado ao interesse social nem sempre tem se mostrado possível. Muitos centros históricos são revitalizados sem se levar em consideração o entorno da edificação, gerando conflitos de ordem social e que afetam o desenvolvimento sustentável das cidades. O turismo, em muitos desses contextos, se desenvolve de forma que as construções históricas se limitam a objetos de consumo do mercado; um turismo desconectado do sentido educativo e que não leva em consideração os conhecimentos locais.

Além disso, ainda que a utilização do patrimônio para fomentar a economia seja um interesse do poder público das cidades, muitas vezes os objetos culturais não recebem o financiamento necessário para sua manutenção e preservação e as festividades tradicionais não recebem apoio do poder público para sua execução. No caso do patrimônio material, o restauro e demais ações para preservação muitas vezes ficam a cargo de outros órgãos que não o poder público (CORREA et al, 2016; FERNANDO, 2018).

Levando em consideração a importância de se pensar a questão patrimonial em conjunto com a urbana, dado as dinâmicas existentes no espaço das cidades e que influenciam diretamente as ações sobre os objetos culturais, buscaremos compreender essa relação dentro do contexto de uma cidade do interior do estado do Amazonas, tentando mostrar que as dinâmicas da cidade e os processos de modernização não influenciam somente o patrimônio de grandes centros urbanos, mas que também é

possível vislumbrar essas relações nas pequenas e médias cidades, especialmente naquelas em desenvolvimento.

CAPÍTULO 2: UMA CIDADE NO INTERIOR DO AMAZONAS: O PASSADO E O PRESENTE DE TEFÉ

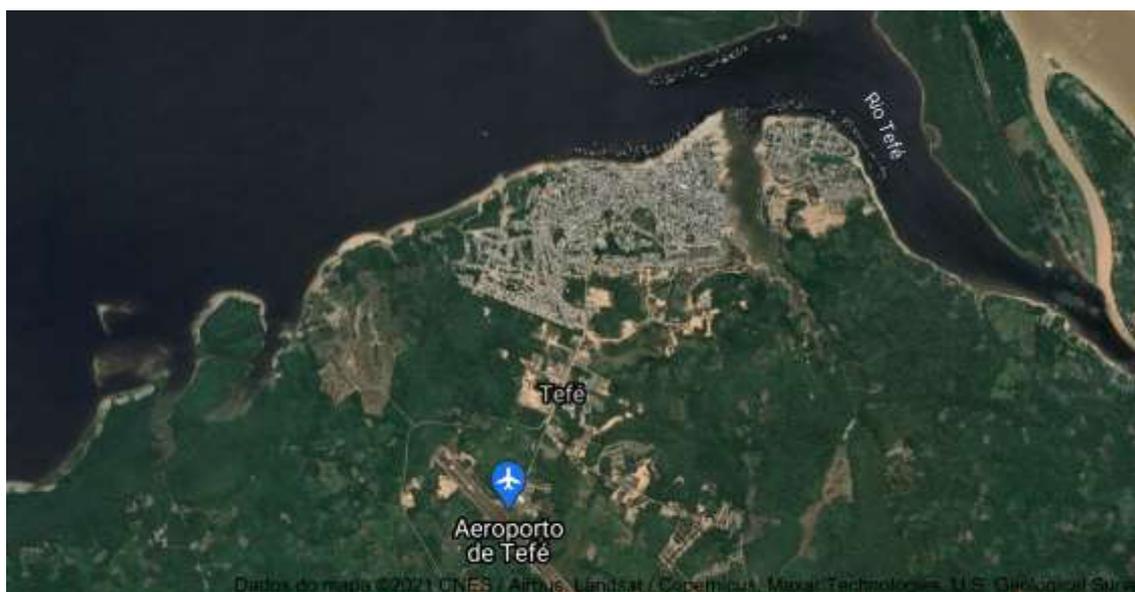
A cidade de Tefé, está localizada no interior do estado do Amazonas, médio rio Solimões, à margem direita do Rio Tefé, abrigando uma população urbana e rural que vive tanto da pesca, agricultura, como de um variado comércio de produtos naturais e industrializados. Em seus primórdios, seu território era habitado por povos indígenas e, assim como outras regiões da Amazônia, esteve em meio a constantes conflitos e disputas territoriais entre portugueses e espanhóis desde o período colonial que influenciaram na produção do espaço da cidade.

Figura 2: Mapa feito à mão da cidade de Tefé em 1942.



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé.

Figura 3: Vista aérea da cidade de Tefé atualmente.



Fonte: Google Maps. Acesso em: 12/01/2021.

A cidade de Tefé surge a partir de um processo que ocorreu em boa parte da Amazônia: as aglomerações coloniais surgidas a partir do século XVII com fins militares e religiosos (SANTOS, 2016). Muitas dessas aglomerações posteriormente se tornaram vilas e depois foram elevadas a categoria de cidade, já no decurso do século XIX (SANTOS, 2016).

O primeiro passo desse intenso processo foi a valorização do território da Amazônia através da disputa territorial entre Espanha e Portugal que culminou no início do estabelecimento de aldeias missionárias jesuíticas na região do Alto e Médio Solimões durante os anos de 1689 e 1691, cuja figura principal desse processo de fundação foi o padre Samuel Fritz, designado pela coroa espanhola para representá-la (QUEIROZ, 2015; SANTOS, 2016).

De acordo com Santos (2016) durante o processo de estabelecimento das missões, levantou-se a necessidade de defesa das fronteiras entre portugueses e espanhóis, dessa forma, a medida adotada foi o envio de missionários para atuarem na região do Solimões, na tentativa de conter a livre atuação dos portugueses no território que mais tarde seria a Amazônia.

Nesse sentido, o padre jesuíta Samuel Fritz foi importante figura dentro desse contexto; visando garantir as terras para o domínio espanhol principalmente, Samuel Fritz buscou conseguir mais missionários para atuarem na região do Solimões visando frear o

avanço português. Em conjunto a isso, evangelizava e batizava os indígenas da região; projeto cujo objetivo era trazer as populações indígenas à “luz da civilização”, convertendo suas almas ao cristianismo e aos moldes de vida europeus. Tal processo de conversão facilitaria o domínio do território e conseqüentemente a exploração de seus recursos.

De acordo com Queiroz (2014)

Os jesuítas organizaram em nome do Estado a organização do espaço e a divisão social do trabalho. A capacidade de organização e de construção de uma autossuficiência das missões proporcionou aos jesuítas impor vários tipos de exploração tanto de recursos naturais [...] assim como a exploração de recursos humanos [...] (QUEIROZ, 2014, p. 50).

Assim, verifica-se que os objetivos da ação missionária na região estavam para além da evangelização dos povos indígenas, pois continha um forte interesse pelo domínio do território em nome de determinadas coroas e exploração de seus recursos. Dentro deste cenário, atuações como a do padre Samuel Fritz foram fundamentais na consolidação desses interesses.

A atuação do Padre Samuel Fritz e dos demais missionários sobre seu comando obteve bastante sucesso na região, chegando a constituir missões que abarcavam aldeias com mais de 6000 índios, o que representou um grande empecilho à Portugal, que considerava as terras do Solimões como estando sob sua posse (SANTOS, 2016). Fritz fundou pelo menos cinco missões no Solimões, que estavam situadas em pontos estratégicos mostrando que as missões espanholas foram planejadas desde o início, sendo fácil se deslocar de uma missão a outra (QUEIROZ, 2014; SANTOS, 2016).

De acordo com Santos (2016), como resposta à atuação espanhola, foram enviadas tropas portuguesas, em 1708, para expulsar os missionários jesuítas à serviço da Espanha da região. Após a expulsão dos espanhóis, as missões jesuíticas passaram para as mãos dos missionários carmelitas portugueses, que passaram a atuar na região. Contudo, os conflitos não findaram e em 1709, um ano depois, os jesuítas, acompanhados de tropas sob o comando da Espanha, conseguiram reaver novamente as missões, expulsando os portugueses.

Em 1710 houveram novos confrontos, culminando com a derrota dos espanhóis e a consolidação da ação carmelita na região do Solimões, passando Portugal a ser mais presente na região e a atuar mais livremente. Nesse contexto entra em cena o frei André da Costa que passou a tomar conta das missões deixadas por Samuel Fritz e fundou outros

aldeamentos missionários; o aldeamento que posteriormente se tornaria a cidade de Tefé, aldeia de Santa Tereza de Jesus, foi um dos fundados pelo frei durante o período colonial.

Frei André restaurou, aumentou as missões deixadas pelos jesuítas e alterou-as buscando locais mais apropriados estrategicamente. De acordo com Santos (2016) a aldeia missionária de Santa Tereza de Jesus foi fundada em 1718 pelo Frei André da Costa – que também foi seu primeiro administrador -, e permaneceu como sede das missões carmelitas no Solimões até 1897. Contudo, a trajetória que levaria à fundação dessa aldeia tem início em 1712, quando o frei reorganizou a antiga Missão de Tefé dos Aisuares na entrada do Lago Tefé – antes localizada no local que atualmente corresponde à Vila Bastos – e mudou o nome desta para Missão de Santa Tereza dos Aisuares.

As condições do novo lugar possibilitaram os meios para a sobrevivência dos índios, que há muito buscavam refúgio nessa região da entrada do Lago Tefé; mais tarde, o lugar se tornaria Vila de Ega. Tal lugar possuía boas condições naturais, visto que continha abundância de alimentos e estava também bem posicionado estrategicamente, o que possibilitava a defesa contra ataques inimigos. Para Santos (2016),

A partir daí, as relações sociedade-natureza produziram as condições favoráveis para a produção do espaço da aldeia que se organizou em função da Igreja e dos ditames do processo de colonização (SANTOS, 2016, p. 51).

Nesse sentido, a atuação da Igreja esteve fortemente vinculada à produção do espaço da aldeia e reflete até os dias atuais a sua importância em decorrência das ações que desenvolveu na região ao longo do tempo.

Próximas a missão de Santa Tereza de Jesus, foram fundadas duas outras missões pelos missionários carmelitas; as missões de Nogueira e de Alvarães. Os Carmelitas incentivaram a prática da agricultura e do extrativismo e foram os responsáveis pela produção econômica e também social, desenvolvendo importante papel na região.

Sob a responsabilidade dos Carmelitas, começaram-se a erguer as primeiras estruturas na aldeia, sendo uma delas a Igreja Matriz de Santa Tereza, cuja primeira forma foi construída pelo missionário carmelita Frei José de Santa Tereza de Jesus, que administrou a já então aldeia de Tefé, de 1730 a 1753. A igreja foi edificada pelo Frei no meio da povoação e além de sua construção, Frei José abriu também as primeiras ruas e ampliou o espaço até então utilizado através da ampliação dos quarteirões existentes (SANTOS, 2016).

Em 1755 foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, uma Capitania Real que englobava os atuais estados de Roraima, Amazonas e Amapá além das divisas com Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guianas. Tal capitania foi criada devido as dificuldades para se prosperar economicamente graças a grande extensão que era o estado do Grão Pará e Maranhão e à distância da administração pública que ficava ora em São Luiz do Maranhão, ora em Belém, tardando as decisões a chegarem às regiões mais distantes.

Dessa forma, iniciou-se uma nova política administrativa da região instauradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e sob o governo de Mendonça Furtado. Marquês de Pombal implantou uma política de modernização com o objetivo de transformar o quadro político e administrativo do estado do Grão-Pará e Maranhão.

Tal medida trouxe intensas transformações na administração dos povoados, que passou da responsabilidade dos padres para a dos diretores civis, isto é “[...] a tutela do índio passava do missionário para o diretor do povoado” (SANTOS, 2016, p. 55). Até então o território havia se desenvolvido com base nas atividades decorrentes da atuação missionária na região. De acordo com Queiroz (2014)

Os jesuítas, indubitavelmente, concretizaram o que várias outras ordens religiosas e o Estado possuíam como objetivos a serem alcançados no trato com os índios, no controle territorial e na exploração dos recursos disponíveis no vale amazônico. Por conseguinte, conseguiram o desafeto do Estado e a rivalidade dos colonos proprietários em meio a uma economia que não produzia excedentes significativos para uma boa margem de lucro, tudo que se podia estruturar era uma economia de subsistência amplamente baseada no trabalho escravo indígena, que era cada vez mais valorizado [...] (QUEIROZ, 2014, p. 51).

Pensava-se a Amazônia como parte integrante do processo colonizador, tendo como principal fim a catequização dos indígenas e exploração econômica da região. Nesse sentido, a atuação dos missionários teve papel fundamental na catequização de índios e na transformação de padrões de vida locais, influenciando no comércio e conseqüentemente se favorecendo do mesmo; os jesuítas, por exemplo, enriqueceram com as atividades econômicas desenvolvidas (QUEIROZ, 2014). O enriquecimento e grande influência dos jesuítas na região trazia insatisfações a muitos lados, especialmente aos representantes da coroa portuguesa, o que culminaria posteriormente na expulsão definitiva dessa ordem religiosa da região (Op. Cit).

Os novos modelos de organização política e administrativa trazidos pelas reformas pombalinas trazem a modernização da sociedade, constituindo o início das características regionais atuais, “Os ventos pombalinos não apenas arrancaram os mercadores jesuítas, mas também levaram para o vale amazônico outros mercadores. [...]” (QUEIROZ, 2014, p. 55). Um dos novos mercadores que entravam em cena e foram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região foi a Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, que era a única a manter relações comerciais com o exterior.

Nesse novo contexto, na Capitania de São José do Rio Negro os povoados passaram a novas categorias se tornando vilas e lugares. A criação de vilas, durante o governo de Marquês de Pombal, tornou-se fundamental para a transformação do espaço, que se deu a partir da ação de oficiais da justiça e militares. Santos (2016), afirma que a elevação dos povoados à categoria de vilas e lugares também tinha como objetivo o estabelecimento de fronteiras entre territórios pertencentes aos portugueses e territórios pertencentes aos espanhóis, portanto, a fixação de guarnições militares era fundamental.

Dentro desse contexto, surge a Vila de Ega, que posteriormente seria elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de Tefé. Inicialmente, como já mencionado, a região era a aldeia missionária de Santa Tereza de Jesus, fato que reflete na escolha da padroeira da cidade.

O antigo aldeamento que, através do trabalho missionário, reuniu indígenas das regiões próximas ao Lago Tefé, foi elevado à categoria de Vila com relações diretas com o Grão-Pará a partir da criação da Capitania de São José do Rio Negro. O ato de elevação foi assinado pelo então governador da Capitania, Joaquim de Mello e Póvoas, sendo a nova categoria de fato implantada em 1759.

De acordo com Santos (2016)

[...] a criação da Vila estava inscrita no rol da geopolítica e visava a conquista ampliada do território, a expansão do sistema capitalista colonial e foi sendo construída sobre um único modelo, o de povoamento, marcado pela exploração econômica das drogas do sertão e pela expansão do cristianismo. A vila foi *locus* desse processo (SANTOS, 2016, p. 13).

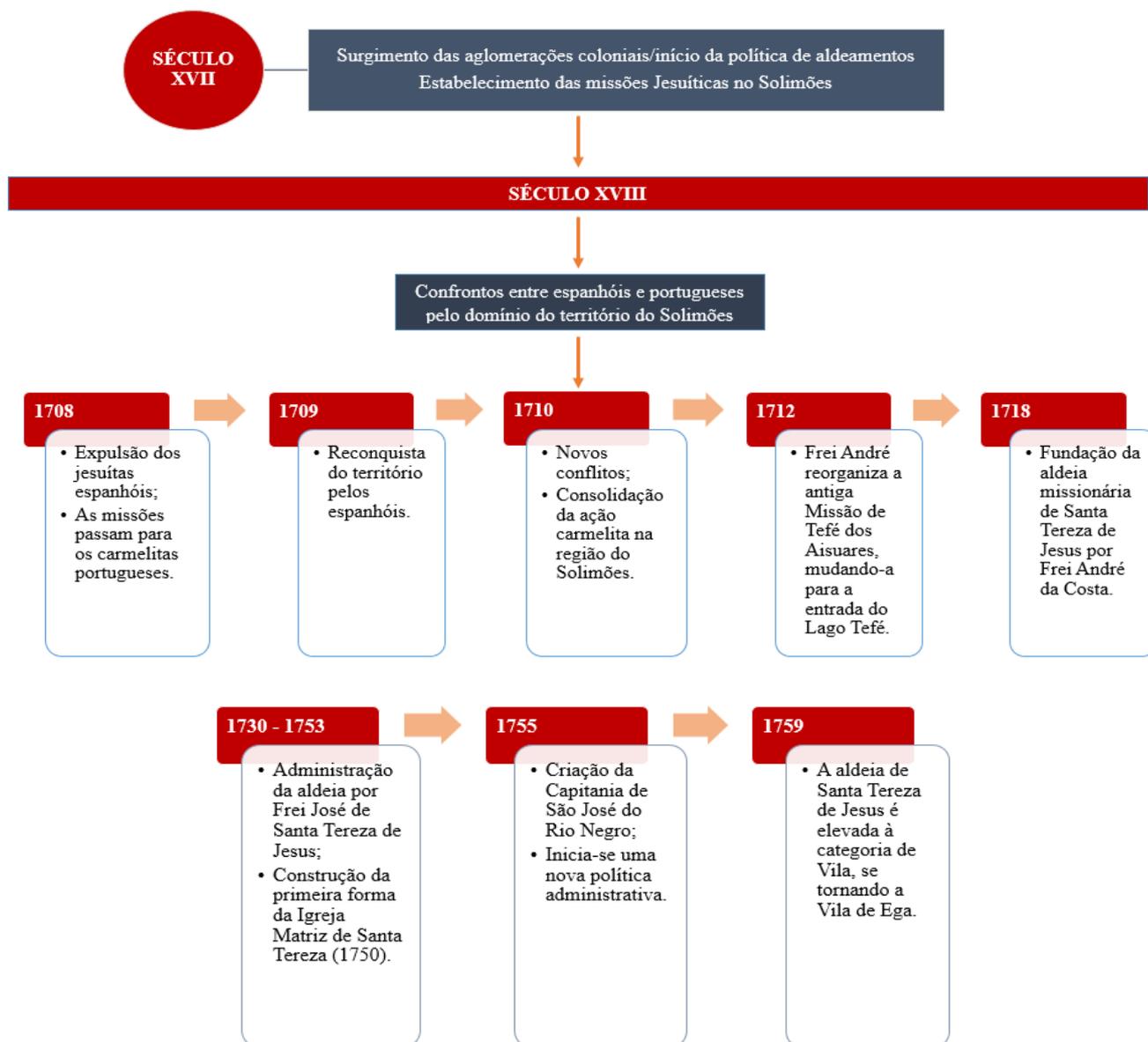
E ainda:

A vila de Ega era territorialmente posicionada no centro do rio Solimões no Alto Amazonas, na confluência do Japurá com o Tefé, atraindo interesses governamentais que enxergavam nesta vila uma localização estratégica potencial, tanto relacionada à defesa quanto a presença, posse e uso do território frente aos interesses castelhanos na região e aos interesses econômicos da Coroa portuguesa (QUEIROZ, 2014, p. 45).

Assim, tendo em vista os objetivos supracitados pelos autores, a Vila de Ega se apresentava como uma posição estratégica, visto que estava localizada na região central do rio Solimões, o que atraía interesses diversos quanto ao bom posicionamento, do ponto de vista militar, e também seu potencial na exploração de recursos naturais e expansão do cristianismo para outras regiões, fatos que levaram a região a ser fortemente utilizada como ponto de expansão da ação missionária. Dessa forma, vemos que a implantação da Vila de Ega está intimamente relacionada com ações da Igreja e do Estado, tornando-a base missionária e militar com vistas a atender as demandas do projeto colonizador.

De modo geral, podemos resumir a trajetória histórica que leva à consolidação da Vila de Ega na seguinte linha temporal:

Figura 4: Trajetória histórica da consolidação da Vila de Ega.



Fonte: Elaborado pela autora

Como visto, a implantação da Vila de Ega foi resultado de um processo histórico cujo motor principal era a colonização: conversão dos índios, ocupação do território e exploração dos recursos humanos e naturais. Tal processo se deu através tanto do uso da força quanto de arranjos entre os colonizadores e os próprios indígenas que ocupavam a região, tendo a Igreja Católica, para tanto, um papel fundamental.

A elevação da aldeia à condição de vila permitiu que se recebesse uma Câmara Municipal, destacamento militar e uma escola, ainda que estes funcionassem de forma

limitada (QUEIROZ, 2014). Antes de sua elevação à categoria de vila, a então Ega possuía muitos habitantes mestiços, frutos da política implantada em 1757 – Diretório dos Índios, que determinava o casamento entre índios e brancos (QUEIROZ, 2014; SANTOS, 2016). Tal fato denota que parte da população que reside atualmente na área correspondente a Vila de Ega no pretérito, é descendente desses arranjos feitos no passado entre índios e brancos, carregando traços da cultura de ambos os grupos que estão expressos no modo de vida local, na produção do espaço e nos objetos que nele se situam.

De acordo com Santos (2016) com a elevação à categoria de Vila, também foi atribuída a aldeia o título de Paróquia de Santa Tereza de Jesus. Com isso, foram enviados seminaristas para a Vila de Ega com vistas a exercer a atividade missionária na região; a Igreja, nesse contexto, passa a ter novamente um papel fundamental na então vila, tanto social quanto no que se refere ao processo de espacialização da mesma, visto que se adquiriram muitas terras que deram espaço a freguesias e paróquias.

Devido ao seu caráter estratégico – localização, paisagem natural, topografia do terreno entre outros aspectos, a Vila de Ega tornou-se um importante ponto dentro da região do Solimões. “Apesar da pouca infraestrutura, Ega tornava-se um núcleo institucionalizado, concentrava a instalação de um aparelho jurídico, político, militar e religioso que se traduzia num tripé – poder, força e importância [...]” (SANTOS, 2016, p. 60).

Nesse sentido, a Vila de Ega detinha certa importância estratégica em relação às demais vilas e aglomerações da região, assumindo responsabilidade territorial e sendo ponto de passagem tanto de missionários, pesquisadores, como de funcionários do Estado. Estes aspectos, movimentava um certo comércio dentro dos limites da Vila, além do já mantido com o Grão-Pará (QUEIROZ, 2014).

Durante sua existência enquanto Vila de Ega, o lugar passou pela administração tanto de portugueses como de espanhóis; estes últimos tiveram importante papel na vila, contribuindo para seu desenvolvimento espacial e crescimento econômico. Especialmente durante o processo de demarcação de fronteiras, que no Solimões se iniciou em 1782, muitos conflitos entre representantes de ambas as Coroas eclodiram na região, atingindo a Vila de Ega, que passou a ter residindo em seu território representantes da Coroa espanhola, para o fim de demarcação das fronteiras territoriais das duas Coroas.

O território correspondente ao Solimões foi reconhecido oficialmente como pertencente à Coroa portuguesa. Contudo, com a suspensão das demarcações e a retirada dos portugueses de Ega, os espanhóis, que haviam permanecido na Vila, iniciaram ações

buscando garantir seu domínio no Solimões. Foram construídos diversos estabelecimentos, feitorias, a agricultura e o comércio da farinha foram incentivados, cultivaram bananas, café, algodão, construíram casas e foi executado um plano para urbanizar a vila com base na arquitetura militar espanhola (SANTOS, 2016).

A atuação espanhola possibilitou o crescimento da vila e atraiu negociantes para a região permitindo uma certa dinâmica comercial e crescimento da Vila. De acordo com Santos, (2016).

A exploração dos recursos naturais foi, durante dois séculos, a base econômica de Ega que se consolidou como polo comercial para onde desciam os produtos coletados de diversas partes dos rios (SANTOS, 2016, p. 65).

Os recursos naturais explorados ao longo do rio e levados até Ega eram geralmente comercializados com o Pará, por outro lado, a presença de negociantes na Vila de Ega permitia também a comercialização de produtos locais e a aquisição de mercadorias vindas da Europa.

Dessa forma, a permanência espanhola em Ega, através do comércio, possibilitou um crescimento que até então não havia acontecido; pensava-se a construção do espaço de Ega com vistas a torna-la sede de um governo espanhol, portanto o planejamento de uma forma urbana e o desenvolvimento comercial se fazia necessário. Contudo, a atuação dos espanhóis em Ega não durou muito, os portugueses retomaram a posse do território de Ega em 1784, expulsando os espanhóis da região e consolidando o domínio português.

O século XIX foi marcado pela presença de diversos viajantes em Ega, estes passaram pela região com motivos diferenciados, sendo a sua maioria estudar a região do Solimões em seus aspectos naturais e sociais. Os relatos deixados por esses viajantes têm ajudado pesquisadores a entender o contexto da região durante o século XIX e é graças a eles que se pode ter uma visão da transformação da Vila de Ega até se tornar a cidade de Tefé.

De acordo com Santos (2016) foi a morfologia da vila, que possibilitou as condições para que esta fosse elevada à categoria de cidade. No início do século XIX, de acordo com o estudo realizado pela autora, a vila de Ega possuía uma rua paralela ao Lago Tefé, com casas dispostas ao longo de tal rua formando praças livres, além de uma igreja, e a casa do comandante. Segundo os relatos de Spix e Martius (2019),

A Vila de Ega, chamada de Tefé pelos índios, está situada na margem oriental desse alargamento em forma de lago do rio Tefé, justamente no ponto em que apresenta sua maior largura [...] As casas da vila de Tefé, numa rua ao longo da margem, são todas de um pavimento só e construídas de taipa, com venezianas de madeira às janelas em vez de vidraças, e cobertas de folhas de palmeira. Só pelo tamanho e pelas fechaduras das portas é que se diferenciam das choças que tínhamos visto em muitas aldeias de índios. Elas formam uma rua irregular, ao longo da margem do lago, algumas viradas de lá pra dentro e formando praças livres em volta da igreja e da casa do comandante militar, a única que tinha uma varanda como as casas de campo do Pará (SPIX e MARTIUS, 2019, p. 700).

Dessa forma, a vila cresceu em torno da faixa do lago com casas construídas na extremidade da rua, dispostas de forma desalinhada dada a irregularidade do solo. A ocupação da faixa do lago na vila de Ega pode ser comprovada, além dos relatos de viajantes, pelos vestígios materiais que ainda podem ser encontrados no lugar⁸, mesmo que a área já tenha passado por intensas transformações causadas tanto pela erosão do solo, devido a sazonalidade, como pelas transformações humanas.

A organização espacial da vila e o próprio processo de ocupação do espaço da mesma, através da construção de moradias, se deu de acordo com os modelos proporcionados pela arquitetura portuguesa colonial. De acordo com Santos, (2016, p. 69) “A forma inicial que se projetava espacialmente na vila, organizou-se na ausência de planejamento. [...]”. Isto é, não havia planejamento nem para o espaço, nem para as construções, os portugueses reproduziram para a região amazônica o mesmo padrão de construção utilizado por eles em outras vilas brasileiras.

Nesse sentido, as construções e padrões de ocupação não levavam em conta o contexto social, cultural e natural da região, apenas se pretendia implantar moldes pré-existentes e adaptar a população local, a maioria indígena, aos novos padrões de construção. Uma clara tentativa de europeização dos costumes.

⁸No ano de 2015 iniciou-se o Projeto Arqueologia Urbana na Cidade de Tefé, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá e coordenado pelo arqueólogo Anderson Márcio Amaral. O objetivo deste projeto consistia identificar antigos assentamentos humanos na área urbana da cidade de Tefé e sua distribuição na paisagem, visando a sistematização da pesquisa arqueológica no contexto urbano e buscando compreender aspectos relacionados a padrões regionais de apropriação da paisagem e desenvolvimento humano na Amazônia brasileira nos períodos pré-colonial e colonial. As varreduras, prospecções e tradagens, das quais participei como integrante do projeto até então, possibilitaram identificar vestígios materiais em diversos pontos da área urbana de Tefé, sendo um desses pontos, a faixa ao longo do Lago Tefé onde atualmente é popularmente conhecido por Mangueiras, onde foram encontrados vestígios materiais referentes à época colonial, comprovando a existência de um assentamento e de moradias estabelecidas às margens do Lago Tefé.

A falta de planejamento acarretou na precarização das moradias e construções, a principal igreja de Ega no século XIX, a Igreja Matriz por exemplo, ainda que fosse a principal da povoação, não passava de uma estrutura pobre que se edificava muito lentamente (SANTOS, 2016), dispondo de um órgão de tubos de taboca que poderia ter sido deixado pelos carmelitas no início de suas missões no Solimões (GRUYTERS, 2010).

Apesar de apresentar uma estrutura simples, a igreja e o espaço que se configurou ao seu redor, detiveram grande importância dentro da vila, pois em suma eram locais onde as pessoas da vila, comerciantes e viajantes se reuniam, socializam, prestigiavam. O local ao redor da Igreja, ao qual passou-se a chamar Praça da Matriz, não só reunia as pessoas como também posicionava a igreja no centro da vila, constituindo um movimento de centralização.

De acordo com a autora,

[...] a Igreja e a praça se constituíam na centralidade da Vila, pois eram nesses espaços, tornados públicos, onde ocorriam atividades religiosas. Os festejos da padroeira eram celebrados com muito gosto pelos habitantes e marcava o tempo da vazante. Nesse sentido, o espaço da praça aproximava as relações humanas, carregadas de significado simbólico e cultural expressadas pelas dinâmicas e costumes. Demarcavam, assim, o conagraçamento e a afirmação da vida naquele espaço que ia se produzindo no interior da Amazônia e que marca a passagem da vila à cidade (SANTOS, 2016, p. 73).

Dessa forma, apesar da ausência de planejamento e precariedade das construções, na primeira metade do século XIX a Vila de Ega detinha grande importância em relação aos demais povoados do Solimões, na verdade, desde sua organização enquanto povoado, o local em que estava localizada a vila apresentava-se como um ponto estratégico na região, dado tanto os recursos naturais como a própria posição geográfica do lugar. De acordo com Queiroz (2014),

Ega possuía uma infraestrutura aquém para o papel que realmente desempenhava em virtude de sua funcionalidade comercial, social e política à região. Era uma vila adaptada, pobre e ao mesmo tempo exercia uma liderança e um porto seguro como o lugar mais bem estruturado do Solimões [...] (QUEIROZ, 2014, p. 73).

De acordo com o autor, a posição geográfica e as próprias características naturais possibilitaram à vila de Ega estabelecer uma relação com as demais povoações do Solimões, que se encontravam em piores situações se comparadas a Ega, e se estabelecer

enquanto centralidade na região. Em uma breve análise, Queiroz (2014) afirma que a situação contemporânea da região do Solimões se assemelha à da primeira metade do século XIX, sendo marcada pela baixa densidade demográfica e problemas logísticos de locomoção devidos às distâncias e falta de investimentos. Deste modo, o autor indica que exista um atraso no desenvolvimento atual da região estudada.

É fato que as características naturais da região amazônica, da qual o Solimões faz parte, se diferem das do restante do Brasil, impossibilitando projetos que diminuiriam as distâncias, ou melhor, o tempo de locomoção entre um lugar e outro, como por exemplo construção de pontes entre cidades. Contudo, muito já se tem avançado especialmente na questão de locomoção entre as cidades amazônicas, visto que na atualidade se dispõe de diversos meios de transporte possibilitados pelas inovações tecnológicas. É preciso, antes de qualquer comparação, despir dos padrões de vida atuais das cidades de outras regiões do Brasil e pensar nas especificidades locais e modos de vida constituídos ao longo do tempo na região amazônica.

Como visto, a cidade de Tefé surge a partir de vários processos históricos. Inicialmente um aldeamento, passa à condição de vila, sob o nome de Ega, e posteriormente cidade de Tefé. Observa-se que esse processo se deu a partir de interesses econômicos, políticos e de estratégia militar, dada a favorável localização e condições naturais do lugar em que foi constituída a povoação. De acordo com Spix e Martius (2019),

Ega é o empório comercial da parte alta do Solimões e de todos os seus afluentes. Negociantes ingleses e brasileiros do Pará estabeleceram sucursais aqui, para a venda de mercadorias europeias e para compra, em primeira mão, dos produtos locais. Encontram-se aqui as mercadorias de maior procura: estampados, e tecidos de algodão riscados, alguma seda, chapéus, linhos, panos, artigos de ferro, aço, latão e cobre, louça de pó de pedra, vidros, porcelanas, vinho, aguardente, etc. em quantidade e variedade suficiente. [...] Os artigos naturais que seguem rio abaixo, vindos de Ega são: cacau, salsaparrilha, manteiga de tartaruga, pirarucu seco, algum café, algodão, óleo de copaíba, favas de pixurim, castanha-do-maranhão, carajuru urucu e madeiras de construção (SPIX E MARTIUS, 2019, p. 702).

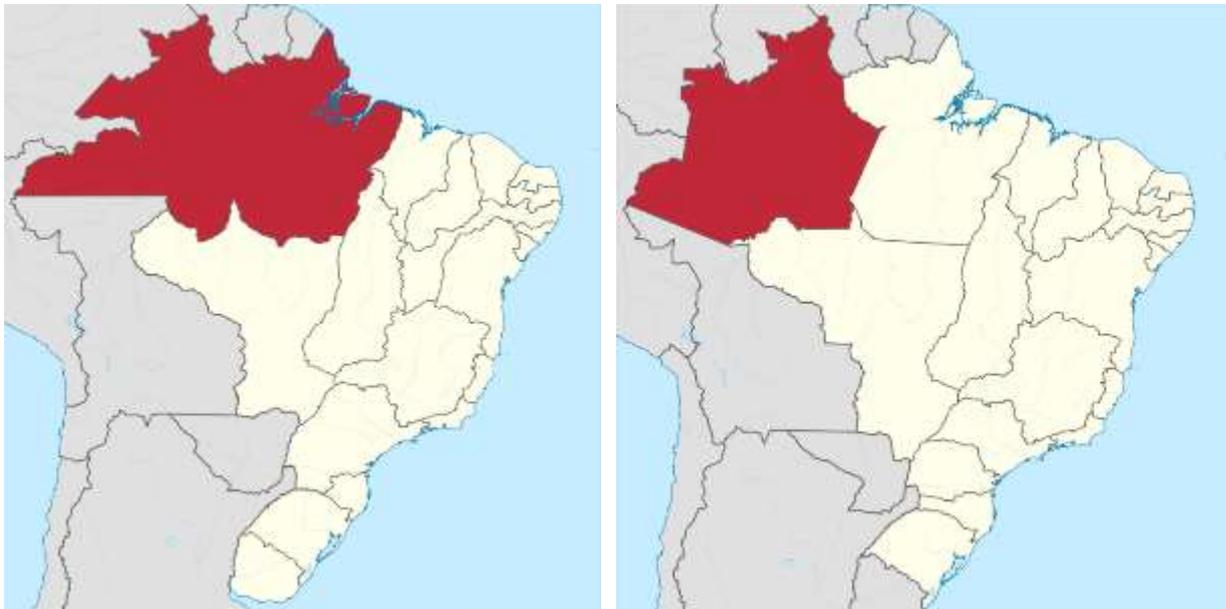
Neste sentido, Ega se configurava como entreposto comercial no Solimões, recebendo produtos de fora e também escoando seus produtos para vilas vizinhas. A relação de Ega com as demais vilas e povoações ao redor estabeleceu a mesma como centralidade no Solimões, sendo entreposto comercial e principal local de administração política e de justiça no Solimões; essa própria condição se deu a partir dos processos de

ocupação e graças a posição geográfica estratégica que a vila de Ega ocupava em relação às demais.

Com a instalação da Província do Amazonas, no período imperial, que configurou em seu desmembramento do Pará, era preciso se dirigir frequentemente à Barra do Rio Negro – atual Manaus -, estabelecida como capital da província para tratar de assuntos relacionados à administração da justiça. A dificuldade de locomoção, somada aos perigos da viagem e à distância a ser percorrida, traziam insatisfações às autoridades de Ega, cujas reclamações chegaram ao Presidente da Província do Amazonas, resultando na instalação da Comarca de Tefé em 1855.

Essa medida desanexava a Vila de Ega da Barra do Rio Negro, tornando possível que a administração da justiça fosse feita pelas próprias autoridades da vila, sem a necessidade de deslocamento até a Barra; era resultado das estratégias de poder que estruturaram a vila que serviu como base no processo de colonização (QUEIROZ, 2014; GRUYTERS, 2010; SANTOS, 2016).

Figura 5: Província do Grão Pará em 1822 e Província do Amazonas após o desmembramento respectivamente.



Fonte: Autor desconhecido⁹.

De acordo com Queiroz (2015), a Comarca de Tefé era amplamente vasta, abrangendo diversos municípios atuais, que se desmembraram ao longo do tempo da

⁹ Disponível em Wikipedia.

mesma. A Comarca de Tefé foi oficialmente estabelecida à condição de cidade a partir da Lei nº 44 de 15 de junho de 1855, pois já se acreditava que esta teria condições de assumir responsabilidades de uma cidade. A vila de Ega, na segunda metade do século XIX – já elevada à categoria de cidade sob o nome de Tefé -, se comparada às outras regiões, apresentava-se melhor estruturada possuindo ruas (chão batido que permeava as casas), escolas primárias, uma igreja, casa paroquial, olaria, algumas casas de alvenaria, cemitério e Câmara Municipal para administração da vila.

A elevação à categoria de cidade trouxe mudanças nas formas de construção de moradias na antiga Ega. Se antes ainda podia-se encontrar casas de barro cobertas de palha, a partir da segunda metade do século XIX esse quadro começa a mudar, dando mais ênfase a construções de tijolos e ao uso de telhas (SANTOS, 2016).

Tal mudança foi possibilitada pela implantação de uma olaria em 1775, que permitiu o aumento da produção de tijolos, tornando possível a modernização das moradias. Contudo, essa mudança não atingiu todos os moradores, e acabou por se tornar um marco de separação da condição social dos mesmos. Isto é, os brancos passaram a construir suas casas de tijolos ou alvenaria, enquanto índios e mestiços permaneceram com casa de barro cobertas por palha (Op. Cit.).

A aérea urbana da cidade e o número de casas se expandiu à medida que se aumentava o número de habitantes. De acordo com a autora, em 1884, o Governo Provincial determinava “[...] a verba de 18:300\$000 réis para a Câmara Municipal fixar as despesas das obras públicas da cidade, na perspectiva de viabilizar uma proposta urbanística capaz de modificar a sua forma e estrutura” (SANTOS, 2016, p. 87). Iniciava-se assim, uma série de mudanças na infraestrutura de Tefé e na funcionalidade do centro da cidade, que passou a exercer a maior parte das funções urbanas, fato que permanece até a atualidade, ainda que comece a se apresentar uma tímida descentralização das funções e serviços urbanos.

Dentro desse contexto, foi realizada a limpeza e melhoria dos espaços públicos com a instalação de iluminação pública, reformas e construção de novas formas dentro do espaço urbano, como o Cemitério Catedral da Saudade, inaugurado em 1893, e a capela de Bom Jesus, construída por Cel. Hermelindo Contreiras e concluída em 1907 e que funcionou como igreja paroquial até 1935, sendo o prédio doado posteriormente para a Marinha do Brasil em 1989 (GRUYTERS, 2010; SANTOS, 2016).

Ainda no período de 1884 foram realizadas outras alterações no espaço da cidade com vistas a modificar a estrutura da mesma, garantindo a infraestrutura mínima para a

cidade. De acordo com Santos (2016, p. 88) “Outra intervenção ocorrida na mesma época foi a continuação do aterro do Igarapé da Intendência na frente da cidade. O objetivo era iniciar a modificação da morfologia da cidade criando às condições favoráveis à sua expansão.

A área do aterro ficou conhecida como Remanso do Boto [...]”. Posteriormente foi construída nessa área a praça pública Remanso do Boto, tal praça existe até hoje, contudo passou por modificações em sua estrutura, como a demolição da arquibancada que fazia parte do Anfiteatro erguido na praça. A demolição descaracterizou o espaço da praça, deixando um vácuo entre a parte calçada da mesma e o anfiteatro; a ausência de bancos para os transeuntes tornou a praça um grande vazio, sendo preenchida apenas por barracas de lanches que hoje ocupam as extremidades da mesma, figurando o motivo maior da circulação de pessoas na praça.

A partir do final do século XIX, a Igreja passou novamente a agir mais enfaticamente dentro da cidade de Tefé, graças a presença dos missionários da congregação do Espírito Santo, que se estabelecem na cidade com vistas a iniciar trabalhos pastorais na região. De acordo com Schaecken (1997), a atuação espiritana na Amazônia se iniciou com a chegada dos irmãos da Congregação do Espírito Santo em Belém do Pará em 1855, dando início aos trabalhos evangelísticos na região. Em 1897 Monsenhor Le Roy, então Superior Geral da Congregação do Espírito Santo, autorizou o padre Francisco Xavier Libermann a abrir uma casa espiritana em Manaus.

Com a autorização de Monsenhor Le Roy, o padre Xavier Libermann, acompanhado de outros irmãos da congregação, saíram de Lisboa e chegaram à Manaus em 23 de maio de 1897 e a partir daí se dedicaram a catequese dos índios. O início da missão espiritana em Manaus criou expectativas em relação ao interior da região, pensando-se a expansão das ações missionárias para lugares como Tefé (GRUYTERS, 2010; SCHAEKEN, 1997).

Dessa forma, em 10 de junho do mesmo ano, Libermann subiu o rio Solimões acompanhado de padre Louis Berthon, Tito Kuster e Donaciano Hoffmann, chegando a Tefé - cujo pároco era o Cônego Noberto Dupuy -, e sendo recebido pelas autoridades municipais que lhes deram apoio, em forma de terras, para o estabelecimento da congregação na cidade (SCHAEKEN, 1997).

Assim, inicia-se um período de ação missionária espiritana em Tefé que legou à cidade parte das construções históricas presentes tanto no espaço urbano quanto rural, evidenciando a importância que a congregação detinha dentro da região. Em 1897, os

espiritanos fundaram a Missão, localizada atualmente distante do espaço urbano de Tefé, e que foi ponto de irradiação missionária no Solimões. A Missão foi responsável também pelo fornecimento de materiais que possibilitaram a construção da infraestrutura da cidade, pois contava com serraria, carpintaria e olaria que possibilitavam a produção de tijolos e telhas e a madeira necessária para construção de casas e igrejas.

Figura 6: Olaria da Missão



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé

Os Espiritanos tiveram papel não somente na catequese dos índios, sua atuação se pautou também em uma ação assistencialista e na educação e instrução profissional. De acordo com Schaecken (1997), os irmãos Espiritanos, em conjunto com as irmãs franciscanas missionárias de Maria, preocuparam-se com o desenvolvimento integral dos indivíduos, buscando desenvolver atividades educacionais na cidade e entorno. Algumas das atividades desenvolvidas tiveram reflexos longos, fazendo parte do contexto atual de Tefé. Este é o caso da Rádio Educação Rural de Tefé que surgiria anos mais tarde com o objetivo de auxiliar na comunicação entre as paróquias e a população do interior, além de fornecer programas educativos para a população (SCHWAMBORN, 2013).

Em 1906 Mons. Dupuy foi exonerado de seu cargo como pároco de Tefé e retornou a França, país do qual havia saído para executar a obra missionária. Dele, a congregação do Espírito Santo comprou três casas, sendo uma delas a casa paroquial que mais tarde cederia lugar ao hoje conhecido como Seminário São José (GRUYTERS, 2010).

Em 1910, a Paróquia de Tefé tornou-se sede de uma Prefeitura Apostólica e em 16 de agosto do mesmo ano a Santa Sé nomeou o francês Espiritano Mons. Alfredo Michael Barrat para Prefeito Apostólico de Tefé e o cargo de pároco foi para o Padre Augusto Cabrolié (GRUYTERS, 2010; SCHAEKEN, 1997). Dessa forma, os Espiritanos precisariam implantar as estruturas físicas e eclesiásticas da Prefeitura apostólica, e por essa demanda, abandonaram a fundação de novas missões que objetivavam a catequização dos índios (GRUYTERS, 2010).

Sendo assim, na Prefeitura Apostólica de Tefé e nas áreas a ela confiadas, os padres buscaram construir igrejas ou capelas, casas paroquiais e escolinhas que mais tarde se tornariam conventos e escolas que existiriam por muito tempo, algumas das quais abrigariam outras instituições posteriormente. Monsenhor Barrat, durante sua estadia na comunidade da Missão, decidiu construir a casa da Prefeitura Apostólica na cidade de Tefé onde era uma das casas do Cônego Dupuy, que haviam sido vendidas aos espiritanos na ocasião de seu retorno à França.

Assim, iniciou-se em 1913 a construção de um prédio de grande estrutura e beleza arquitetônica que viria a ser concluído somente em 1919. Graças à presença da marcenaria e olaria instaladas anos antes na Missão, foram transportadas para Tefé madeiras e as telhas que cobririam a construção da Prefeitura Apostólica. Em 1920 foi fundado um espaço para a formação de sacerdotes dentro do Palácio da Prefeitura Apostólica, o Seminário, cujo primeiro diretor foi o padre Manuel de Alencar. A estrutura da Prefeitura Apostólica, com seus posteriores adicionais ficaria conhecida popularmente em Tefé como Seminário São José.

Dessa forma, a Igreja Católica havia novamente consolidado sua importância dentro da cidade de Tefé e nas demais regiões próximas a ela. Tão importante foi a Igreja na construção do espaço da cidade que o terreno da mesma era dividido entre a Igreja e aqueles que se apropriaram dos melhores lotes de terra localizados no centro. A Igreja Católica, em especial, detinha boa parte dos terrenos, onde já havia construído, ao longo de décadas de forte atuação, o colégio Santa Tereza, o convento das irmãs Franciscanas, o Seminário São José, e capelas ao longo do centro da cidade.

Assim, pode-se afirmar que o espaço da cidade se construiu, desde seus primórdios e em especial no século XIX e XX a partir da ação tanto do Estado quanto da Igreja, que modificaram o espaço graças à instalação de aparelhos urbanos: modificação do espaço público, reformas de ruas e construção de uma cadeia municipal, iluminação pública, construção de capelas, escolas, praças, e etc.

Figura 7: Vista parcial de Tefé já ao final da década de 1960.



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé.

Figura 8: Convento da Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria.



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé.

Observa-se que a atual cidade de Tefé, teve em sua trajetória histórica a participação de diferentes grupos que imprimiram na produção do espaço seus diferentes interesses. Composta por cerca de 61.453 habitantes, a maior concentração populacional está na área urbana de Tefé, sendo o restante dividido entre a área rural e as comunidades do entorno. Os dados levantados pelo IBGE em 2010 mostram que cerca de 35.482 tefeenses se declaram católicos, outros 20.742 se declaram evangélicos e 156 se reconhecem espíritas. Evidente que esses números podem variar para mais ou para menos, visto que os dados disponíveis no IBGE se referem ao levantamento realizado no último censo, em 2010¹⁰, uma década atrás.

A grande maioria católica representa um reflexo do intenso trabalho da Igreja Católica na região desde seus primeiros momentos de constituição. Sendo em seus primórdios habitada por povos indígenas, a região recebeu, ao longo do tempo, grande atuação de missionários europeus, que além de difundir a religião católica, contribuíram também para a expansão do ideal civilizatório europeu.

Tal ideal subalternizou as culturas indígenas existentes, escravizou povos e transformou a paisagem, imprimindo novas formas que pretendiam trazer para a região

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/historico> (Acesso em 29/05/2020).

os padrões europeus de ocupação do espaço e construção de moradias. A urbanidade se apresentava assim como um elemento da civilidade; a construção e organização de vilas, algumas das quais se tornariam cidades posteriormente, são expressões dos interesses políticos, econômicos e militares ligados ao projeto colonial de ocupação da região amazônica.

As vilas foram constituídas com base a mostrar os dois principais poderes presentes no processo de colonização e consolidação do ideal civilizatório: o Estado e a Igreja que, unidos em determinados momentos e conflitantes em outros, foram cruciais no que diz respeito às mudanças nas formas de organização social pré-existentes na região e à produção do espaço das cidades da Amazônia.

A trajetória histórica da cidade de Tefé se reflete atualmente no modo de vida, no espaço e na cultura da população, mesclando nessa última, características introduzidas pelo europeu e também dos povos indígenas que habitavam a região. Assim, nas expressões culturais da população de Tefé, pode-se encontrar elementos que fazem alusão a processos históricos como a colonização – dança folclórica “O barqueiro” – e também elementos que remetem à ancestralidade indígena sob a qual se constituiu a cidade.

Não somente as manifestações imateriais são representações da trajetória histórica de Tefé, mas existem também manifestações materiais que são reflexo da mesma. Nesse sentido, no espaço urbano do município é possível encontrar construções que são marcas do passado histórico da cidade. Tais construções, além de testemunhos do passado, são também reflexo da atuação de determinadas instituições na região, que se estabeleceram e se fizeram importantes não somente na produção do espaço como também no âmbito da vida social da população.

A instituição cuja atuação está mais amplamente visível em Tefé, através das construções antigas, é a Igreja Católica. Sua atuação na região, desde o período de colonização até os dias atuais, é refletida nas edificações existentes no espaço urbano de Tefé – e fora dele -, e nas relações das pessoas para com essas construções.

Contudo, existem na cidade construções que não detém a mesma visibilidade que às referentes a atuação da Igreja e encontram-se em estado de agravante deterioração. A visibilidade de algumas construções, em relação a outras, pode dar-se justamente pela importância que as instituições ou eventos que elas representam ganharam ao longo do tempo dentro do município. Assim, aquelas que não representariam nenhuma instituição ou episódio em específico, vítimas do descaso e abandono, foram entregues à ação do

tempo e tornaram-se esquecidas pela população, não sendo entendidas como patrimônio da cidade.

O estudo da relação entre a cidade e o patrimônio pode trazer à tona questões que em um primeiro momento não se apresentam ao observador. Para tanto, é preciso considerar os diversos interesses que envolvem a questão patrimonial no espaço urbano da cidade, interesses estes que podem ser econômicos, culturais, políticos e sociais e que refletem a constituição da sociedade e do próprio espaço da cidade. O olhar da sociedade sobre o patrimônio representa o olhar que esta tem de si própria, portanto as ações destinadas aos bens materiais são ações que evidenciam as relações da sociedade com o seu próprio passado, que pode ser de reconhecimento e valorização, ou de esquecimento e tentativa de construção de uma nova memória.

Assim, no capítulo seguinte, buscaremos trazer à cena as edificações que são expressões do passado presentes no espaço urbano de Tefé e refletir sobre as memórias que eles representam, buscando também compreender as escolhas do que se considerar patrimônio e as possíveis consequências das mesmas, para posteriormente pensarmos as relações entre a produção do espaço urbano de Tefé e o patrimônio material.

CAPÍTULO 3: PATRIMÔNIO MATERIAL EDIFICADO EM TEFÉ/AM: INVENTÁRIO, MEMÓRIAS E REFLEXÕES

Como visto no capítulo anterior, a cidade de Tefé se constituiu a partir de um processo histórico cujo motor principal foi o desejo de domínio e colonização da região amazônica. Esse processo resultou na dissolução de antigos padrões de vida e na gradual mudança e adoção de novos padrões, baseados no modelo europeu. Para consolidação do projeto civilizatório, os Estados português e espanhol contaram especialmente com a ajuda da Igreja e mais tarde com instrumentos de administração dos próprios Estados.

Em Tefé, o Estado português agiu de forma a garantir sua soberania sobre o território do Solimões e a introduzir na região padrões de vila europeus, pensando a urbanidade como sinônimo de civilidade. A ação do Estado em conjunto com a Igreja modificou o espaço e produziu novas formas, refletindo atualmente nos modos de organização social da população e principalmente na sua cultura, que hoje contém elementos tanto indígenas como elementos que denotam a ação dessas instituições na região.

Nesse sentido, a cidade possui construções que são consideradas de valor histórico e social para a população e estão atrelados às suas memórias e identidade: Seminário São José, Igreja Matriz de Santa Tereza, Prédio da Rádio Educação Rural, Missão dos Espiritanos, Cemitério Catedral Saudade, prédio da Capitania dos Portos, Palácio Bertholletia Excelsa e Mercado Municipal. Além das construções, a cidade conta com festividades tradicionais que expressam a cultura local e que são realizadas anualmente, além da presença de vestígios arqueológicos que são identificados pela população como patrimônio e apontados como herança dos povos indígenas, figurando para eles uma comprovação de sua ancestralidade indígena (FERNANDO, 2018).

Além destes, outras construções antigas são representações do passado de Tefé, contudo, tem sofrido um processo de deterioração que é resultado do descaso público e de um esquecimento que se configura como decorrência de um processo maior: falta de ações que envolvam pessoas e objetos, desconhecimento da história contada através dos vestígios materiais, inexistência de atividades de educação patrimonial e preferência por determinados bens em detrimento dos demais.

Os objetos e manifestações culturais que são identificados pela população (FERNANDO, 2018; SILVA, 2016), o são não apenas pelo seu caráter de antiguidade, mas também pela sua importância social. Algumas construções antigas, por exemplo, são apontadas como patrimônio pelo papel social que as instituições representadas por essas edificações desenvolveram ou ainda desenvolvem na cidade (FERNANDO, 2018).

Ao longo do tempo, a cidade de Tefé tem passado por intensas transformações na sua paisagem urbana, apresentando problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço como falta de saneamento básico, criação de bairros através de invasão, especulação por uso dos espaços, dentre outros; processos em parte causados pela ausência, ao longo dos anos, de políticas sustentáveis para o desenvolvimento da cidade.

Nesse contexto, as antigas edificações têm lidado com alterações, descaso, abandono e até sido alvo de especulações sobre o espaço que ocupam, dado o processo de crescimento e modernização do espaço urbano que vem ocorrendo gradualmente na cidade, implicando em novas demandas que necessitam de ações para atendê-las.

Em decorrência da invisibilidade de ações do poder público ao longo dos anos para o trato com o patrimônio, moradores tem responsabilizado o poder público pelo fato de os bens considerados por eles como patrimônio cultural da cidade estarem em

condições de deterioração e as festividades tradicionais, como a Festa da Castanha¹¹, não ocorrerem mais anualmente, mas sim quando se diz poder haver financiamento para estas (FERNANDO, 2018).

Dessa forma, o interesse em preservar o patrimônio cultural, acaba entrando em conflito com outras questões que podem ser de cunho político, ideológico ou econômico. São essas questões que acabam refletindo nas escolhas do que preservar, cuidar ou destruir, levando a que determinadas construções sejam valorizadas e preservadas e outras esquecidas e destruídas. A preservação ou destruição do patrimônio carrega sentidos que em um primeiro momento pode-se não perceber; são tentativas de manutenção ou destruição de memórias e atendem também a interesses políticos, econômicos, ideológicos, culturais e sociais, que dentro do espaço urbano da cidade estão em constante conflito.

Além dessas questões, os novos projetos, que visam a modernização do espaço urbano das cidades, podem ser vistos como um dos fatores que influenciam na questão patrimonial. Antigas construções caídas no esquecimento e no desuso decorrente da falta de investimentos, podem ser alvos de especulações pelo uso do espaço que ocupam, levando a que sejam destruídas para que novas estruturas surjam em seu lugar.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo visa inventariar as construções e demais vestígios materiais que são expressões do passado de Tefé e que estão distribuídos pelo espaço urbano da cidade. Somado a isto, buscamos refletir sobre as memórias que os vestígios materiais inventariados representam, além de identificar seu atual estado de conservação, tentando compreender as escolhas do que se considerar patrimônio em Tefé e as possíveis consequências das mesmas.

3.1 Velhas memórias: o passado de Tefé a partir das edificações

O passado da cidade de Tefé, marcado pela atuação da Igreja Católica e do Estado, é visível através das edificações do século XIX que ainda resistem na paisagem urbana. São edificações cujas características são tipicamente de estilo colonial, visto que durante o processo de colonização, correntes estilísticas da Europa foram assimiladas e adaptas as realidades locais das colônias europeias.

¹¹A tradicional Festa da Castanha é realizada no município de Tefé e celebra a fartura da castanha no município, buscando retratar a realidade agrícola, plantio, preservação e colheita dessa fruta. Contudo, a realização da Festa da Castanha nem sempre ocorre anualmente, pois depende do financiamento do poder público, e em algumas ocasiões tal financiamento não ocorre.

As casas antigas, por exemplo, carregam os traços da arquitetura civil, com telhados e tijolos de barro, com porta e janela de acordo com a largura da construção e a maioria de apenas um pavimento, denotando o perfil econômico dos moradores dessas construções na Vila de Ega no século XVIII e XIX, pessoas mais abastadas, porém não o suficiente para possuírem uma casa com dois ou mais pavimentos, visto que apenas as construções mais nobres podiam ter um segundo pavimento em diante.

Das construções antigas, nenhuma sobrevive sem alterações, todas já passaram por alguma modificação em sua estrutura, seja visando garantir a preservação da mesma, seja visando uma nova estética ou acréscimos à estrutura original. A construção dessas edificações feitas de tijolos no espaço urbano da cidade de Tefé, a partir do século XIX, se realizou como um processo de modernização que se configurava graças a elevação à categoria de cidade.

A modernização das moradias no século XIX, pode ser encarada como o primeiro processo de modernização vivenciado pela cidade. Tal processo atingiu apenas os moradores abastados, compostos pela população branca local que passou a construir suas casas de tijolos ou alvenaria, deixando aos índios e mestiços as casas de barro cobertas por palha (SANTOS, 2016).

É oportuno lembrar que no final do século XIX se vivencia o período da Belle Époque, cujas influências atingem vários lugares do mundo, levando ideais de construção do meio urbano com base no embelezamento, higienização e racionalização do espaço (FOLLIS, 2004). A influência da Belle Époque não atingiu somente grandes centros urbanos; alcançou também as cidades interioranas, que, ainda que não passassem pela intervenção de grandes planos modernizadores, sofreram alterações graduais com vistas ao melhoramento do espaço urbano e à edificação de estruturas aos moldes europeus.

É fato que em regiões como a antiga Vila de Ega, a imitação dos moldes europeus de vida e de construção do espaço já acontecia desde o início do processo de colonização, porém as edificações de até meados do século XIX eram precárias (SANTOS, 2016), feitas de pau a pique e cobertas com palha, especialmente as que pertenciam a população não branca.

Podemos dizer que em Tefé há dois períodos distintos de modernização: o primeiro remonta a meados do século XVIII e início do XIX, no qual há a edificação de estruturas de tijolos e telhas de barro aos moldes europeus e a expansão do espaço urbano a partir da abertura de ruas e construção de espaços públicos. O segundo, mais recente, tem ganhado forma e se tornado mais intenso nos últimos cinco anos, alterando a

paisagem urbana e trazendo novas formas para compor o cenário da cidade, sendo algumas delas tentativas de construção de uma nova memória para a cidade.

Em contextos como o que se apresenta em Tefé, o estudioso do patrimônio pode correr o risco de cair na ilusão do *passadismo* - termo utilizado pelo antropólogo Felipe Veiga ao discutir a noção de patrimônio -, levando a crer que é preciso voltar às formas originais, à paisagem antiga, levando ao pé da letra o termo **preservação**. Entretanto, como aponta Veiga (2015), é preciso perceber que o patrimônio não está restrito ao passado, ele faz parte do presente, é algo vivo – vivo no sentido de que as pessoas do presente fazem dele uso e o (re)significam de acordo com suas vivências, atualizando-o para novos sentidos que podem nada ter a ver com o original.

Deste modo, olhando para a cidade de Tefé, percebemos velhas memórias imprimidas na paisagem urbana através de construções que resistem à ação natural e humana. Algumas passaram por modificações e reformas, outras caíram no desuso e no esquecimento, sofrendo mudanças estruturais em decorrência do processo de envelhecimento, que por sua vez, abre caminho para que novas formas possam surgir no lugar das antigas.

As velhas memórias, que se expressam através de um dos materiais da memória, que são os monumentos (LE GOFF, 2000) - em Tefé as edificações antigas -, e as novas que surgem como propostas de renovação do espaço, são especialmente visíveis no centro da cidade, onde o fluxo de pessoas é mais constante e onde está concentrada a maior parte do comércio local.

Assim, o centro da cidade configura um espaço marcado pela existência do velho e do novo, que podem coexistir ou entrar em conflito. Contudo, tanto as antigas edificações quanto as novas que surgem no espaço da cidade, são expressões físicas da história de um município marcado pela mistura de povos e de interesses por uso do espaço e da cultura material. Abaixo veremos como a história da cidade e das atuações de determinados grupos estão marcadas na paisagem material.

3.2 A Igreja atuante no Médio Solimões: Tefé como ponto de partida para outras regiões

Como visto no capítulo anterior, a Igreja Católica teve papel fundamental na constituição do espaço da cidade de Tefé, imprimindo nele expressões de um período em que a Igreja deteve grande importância na região do médio Solimões.

Sua atuação se expressa em construções que detém importância social e cultural para a cidade e seus habitantes, especialmente a população católica da cidade, que hoje é composta por 35.482 pessoas, segundo dados do censo IBGE (2010). Essas edificações estão localizadas no centro de Tefé, visto que em seus primórdios o município se restringia ao que hoje é o bairro chamado Centro. A seguir, a partir de um inventário realizado no centro da cidade, elencamos as edificações vinculadas a história da atuação da Igreja dentro do município de Tefé.

Catedral de Santa Tereza de Ávila

Figura 9: Catedral ou Igreja de Santa Tereza de Ávila.

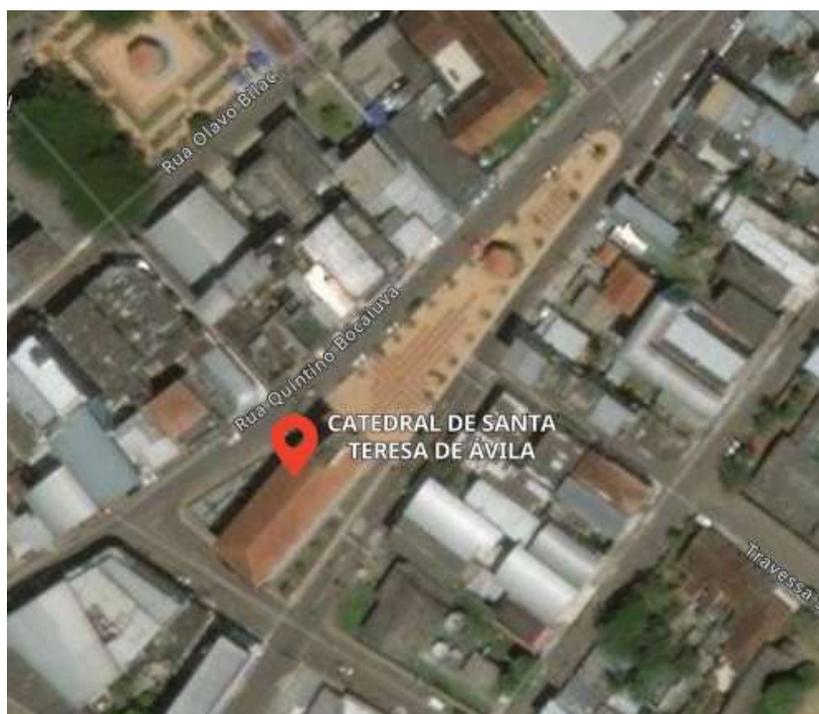


Foto: Verônica L. Fernando, 2020.

A Catedral de Santa Tereza D'ávila, popularmente conhecida em Tefé por Igreja da Matriz é um dos principais símbolos físicos da atuação da Igreja Católica na

constituição do espaço da cidade e na formação de seus cidadãos. Está localizada entre as ruas Quintino Bocaiuva e Benjamin Constant, centro da cidade. Atualmente medindo cerca de 14,38m de largura e 47,08 de comprimento e ocupando uma área de cerca de 694,93m², aproximadamente, sua primeira estrutura foi construída ainda no século XVIII, no centro da então Aldeia de Tefé, pelo missionário carmelita frei José de Santa Tereza Ribeiro (SANTOS, 2016).

Figura 10: Localização espacial da Catedral da Matriz.



Fonte: Google Earth

De acordo com Gruyters (1997, pag. 48) “Em 1775, Xavier Ribeiro do Sampaio, enviado do rei para inspecionar as aldeias promovidas a vilas, anotou que em Ega, a Igreja era nova, mas se acabamento e que a casa do vigário estava em ruínas.”. Assim, a primeira estrutura da Igreja de Santa Tereza era simples e precária, contudo, servia para reunir as pessoas em cerimônias religiosas e outros atos de religiosidade e de socialização.

Devido as suas condições de conservação, a igreja paroquial precisou passar por uma reforma o que culminou na construção de uma nova estrutura, como mostra o trecho abaixo, escrito pelo padre Antônio Gruyters graças as suas amplas pesquisas no Arquivo da Prelazia de Tefé:

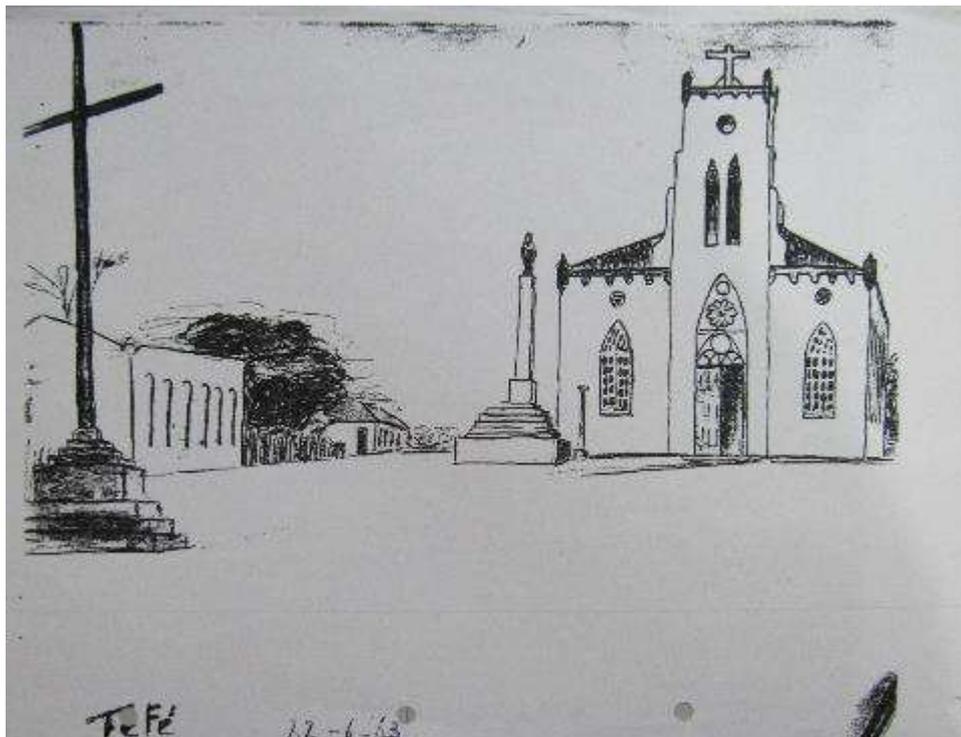
Em 1853 foram reservados 600 mil réis no orçamento do Culto Público da Província, para o conserto da matriz de Ega, o que mostra que esta estava em péssimas condições. O vigário daquele tempo, o Pe Luis Gonçalves de Sousa, usou este dinheiro para construir uma nova igreja paroquial no mesmo local onde hoje está a catedral (GRUYTERS, 1997, p. 48-49).

Ainda de acordo com o autor, a nova igreja não duraria muito tempo, sendo a versão final da mesma consagrada no ano de 1935 por Dom Basílio Pereira. Ao final da Igreja, no local onde é a Praça da Matriz, ergueu-se uma cruz, onde os fiéis acendiam velas e faziam suas preces.

Como visto no capítulo I, durante o século XVIII e ainda algum tempo depois a Igreja Católica detinha grande parte das terras na recente Vila de Ega e construiu paróquias e freguesias, se tornando, junto com o Estado, um dos principais transformadores do espaço.

A gravura abaixo (Figura 11), datada de 1963, mostra a Igreja da Matriz já em sua segunda forma, isto é, quando a precária construção de barro que reunia as pessoas, deu lugar a uma edificação majestosa, feita de tijolos e com adornos que traduzem a importância da Igreja em uma região marcada pela disputa colonial pelo território e exploração da mão de obra local para o enriquecimento das metrópoles.

Figura 11: Gravura representando a Igreja Matriz com cruz à frente, autor desconhecido.



Fonte: Acervo do Padre Antônio Gruyters, Arquivo da Prelazia de Tefé, gravura de 1963.

A cruz existente na praça da Igreja, foi modificada em uma das várias reformas que a área da igreja recebeu, não se sabe ao certo da data em que esta foi modificada, mas ganhou um novo design e uma estátua em bronze do Sagrado Coração de Jesus foi colocada no meio dela (Figura 12). As modificações realizadas da área, alteraram principalmente a Praça da Matriz, e foram realizadas pelos gestores políticos locais na primeira década dos anos 2000. Até então a praça possuía duas grandes árvores que foram retiradas do meio da mesma e a área ganhou um aspecto mais aberto, como se nota na Figura 13.

A Catedral de Santa Tereza D'ávila, era o centro da Vila de Ega, e se configurava como local de encontro, convívio, festividades e outras atividades que reuniam moradores e viajantes, tornando o espaço da Matriz importante não apenas pela beleza física, mas também pelo seu significado, carregando o sentido religioso e social que unia as pessoas no local.

Assim, conforme aponta Santos (2016), a Igreja Matriz e tornou-se a área de maior prestígio para a população da época, juntamente com o espaço que se configurou ao seu redor, hoje conhecido como Praça da Matriz, que dispõe de aproximadamente 99,24m de comprimento e uma área de 1,448m² em sua área frontal.

Figura 12: Cruz localizada na Matriz, com novo design.



Foto: Verônica L. Fernando, 2020.

Figura 13: Praça da Matriz, com igreja ao fundo, após reformas realizadas.



Foto: Verônica L. Fernando, 2020.

O espaço conhecido popularmente como Praça da Matriz, ainda hoje é utilizado para reunir pessoas em eventos realizados tanto pela Igreja como por outras entidades, se configurando como espaço de socialização, característica essa que já se apresentava desde o século XVIII, quando a igreja não passava de uma construção precária e de pequenas dimensões (SANTOS, 2016). Assim, o conjunto da Matriz (Igreja e Praça) representa para a população um espaço de fé e de socialização, onde diferentes gerações de sujeitos têm se reunido desde os primeiros momentos de existência dos mesmos na paisagem da então Vila de Ega e atual Tefé.

Figura 14: Evento cultural realizado na Praça da Matriz, ao fundo Edifício Dom Joaquim.



Foto: Verônica L. Fernando, 2020.

A área ainda detém um pouco do prestígio passado, contudo, o espaço da Praça hoje é menos frequentado, pois novos espaços de socialização surgiram na cidade, especialmente no centro com a revitalização de praças e espaços públicos possibilitando à população diferentes opções de locais para encontros, socialização e realização de festividades.

É importante mencionar que a revitalização dos espaços públicos no centro de Tefé levou a um processo de gentrificação, isto é, buscou-se eliminar a visível pobreza dos lugares eliminando os pobres que faziam uso do local; um processo que não se reduz a mudança da composição social dos lugares, mas se trata de uma questão social, econômica e espacial (RIBEIRO, 2008). Assim, em Tefé, um processo de limpeza e higienização levou à retirada de diversas barracas de comida e lanches em algumas áreas

e deram lugar a espaços amplos, iluminados e de certa forma, gourmetizados, hoje frequentados pela classe média/alta local.

Edifício Dom Joaquim

Figura 15: Edifício Dom Joaquim.



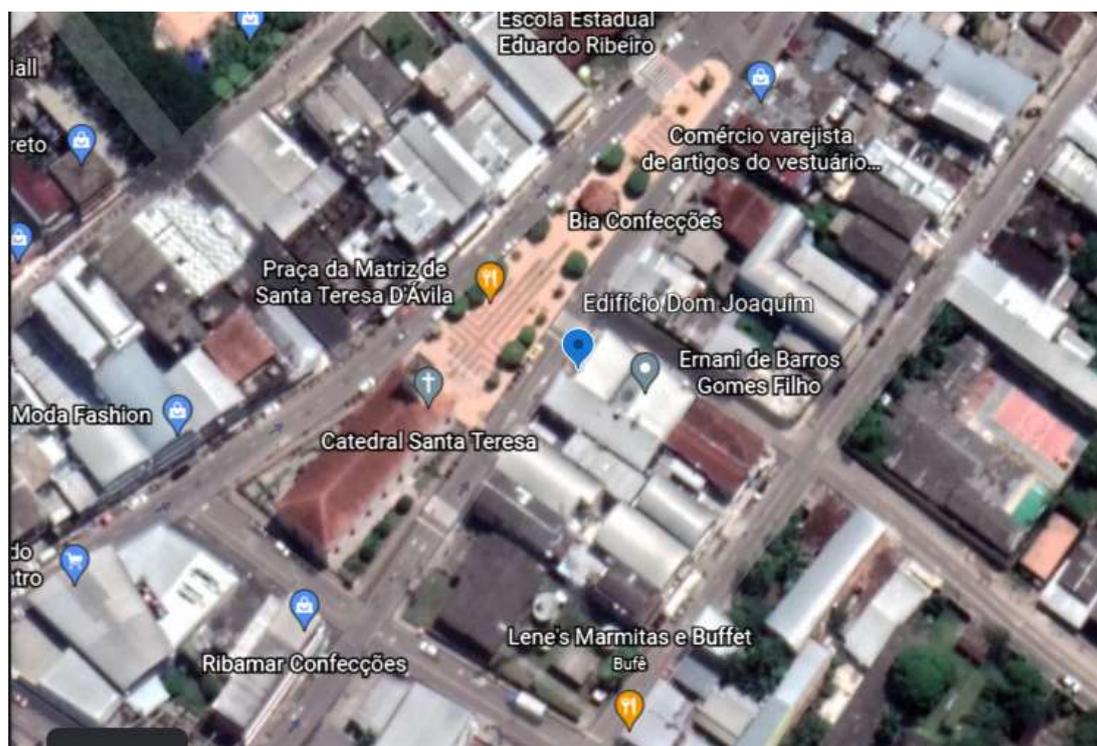
Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, 2018.

O Edifício Dom Joaquim é uma edificação da década de 1960 que foi construída com vistas a sediar a Rádio Educação Rural de Tefé, um meio de comunicação da Igreja que por muito tempo funcionou com o tripé: Educar – informar – divertir (SCHWAMBORN, 2013). Assim, a Rádio Rural foi utilizada especialmente para a educação formal, através do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo foco é a realização de ações de educação popular (FERNANDO, 2018).

O edifício se situa de esquina com a Travessa 7 de setembro e sua frente está voltada para a Praça da Matriz de Santa Tereza, separados pela rua Benjamin Constant.

O espaço ocupado pelo edifício soma uma área de cerca de 559.56 m², tendo o prédio cerca de 22.15m de largura e 24.73m de comprimento aproximadamente, se dividindo em duas partes: uma que abriga a área da Rádio Rural e seus componentes e outra que foi alugada para a Justiça Eleitoral.

Figura 16: Localização espacial do Edifício Dom Joaquim.



Fonte: Google Earth

A Rádio Educação Rural de Tefé pertence a Prelazia de Tefé que até 2013 abarcava cerca de 10 municípios do estado do Amazonas, isto significa que o alcance da rádio era razoavelmente grande no interior no estado desde os primeiros momentos de sua implantação.

A trajetória da Rádio Educação Rural de Tefé não começa com a construção do edifício que a sediaria, pelo contrário, o Edifício Dom Joaquim foi o resultado final de um projeto idealizado por aquele que deu nome ao prédio, Dom Joaquim de Langes. O religioso escreveu o projeto da rádio e o apresentou em uma reunião geral dos bispos da Amazônia, realizada em Belém em 1957, tendo sua ideia sido bem recebida pelo conclave (SCHWAMBORN, 2013).

De acordo com Schwamborn (2013, pág. 26), “Foi assinado um convênio no qual a Igreja se obrigou a cuidar da alfabetização das populações nas regiões mais abandonadas

do País, principalmente na Amazônia, através das escolas radiofônicas.”, o Estado entraria com a liberação de 5% do orçamento que pertencia a “Valorização da Amazônia”, desenhando, assim, uma nova parceria entre Igreja e Estado para intervenção na Amazônia.

É evidente que ambos tinham interesses diferenciados, através das escolas radiofônicas a Igreja conseguiria não somente educar, mas também cristianizar a população e o Estado teria uma forma de adentrar nos recantos de difícil acesso da região. Essa não seria a primeira vez que Estado e Igreja se uniram para concretização de seus objetivos, no Capítulo I, vimos que a constituição do espaço de Tefé, se deu principalmente mediante a ação conjunta desses dois órgãos.

Antes de funcionar a rádio de Tefé, a Rádio Educação Rural também foi implantada em Natal e em Santarém, funcionando finalmente em Tefé no ano de 1963, em estúdios provisórios localizados no Seminário São José, onde foram transmitidas as aulas do MEB (SCHWAMBORN, 2013).

As transmissões realizadas pela Rádio Educação Rural tiveram grande importância para população de Tefé, não somente por ser o primeiro meio de comunicação por rádio implantado na região, mas também pelo importante papel na formação educacional da população através do MEB. Essa característica faz com que a Rádio Rural até hoje tenha importância para a população enquanto patrimônio cultural da cidade, como mostram os trabalhos de Silva (2016) e Fernando (2018).

O prédio próprio da Rádio, o Edifício Dom Joaquim, pôde ser construído graças à Dom Joaquim de Langes que comprou um terreno na Praça da Matriz de Santa Tereza, ao lado direito para quem está de frente para o Lago Tefé. Nesse terreno já havia uma casa em ruínas que foi destruída para dar lugar ao prédio atual da Rádio Educação Rural de Tefé, sendo este inaugurado em 1966 (SCHWAMBORN, 2013).

De acordo com o autor, em sua fachada foi elaborado em emblema de D. Joaquim que acreditamos ser o letrário com o nome do religioso. Também na fachada do prédio está o logotipo da rádio, desenvolvido pelo padre Paulo para resumir as ações da rádio na região “[...] um livro aberto, furado no meio por uma terra, lançando ondas sonoras aos quatro cantos da Prelazia” (SCHWAMBORN, 2013, pag. 43).

Figura 17: À esquerda emblema de Dom Joaquim e à direita, logotipo da Rádio Educação Rural.



Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, 2018.

Atualmente, o Edifício Dom Joaquim não abriga somente a Rádio Educação Rural, mas também o Arquivo da Prelazia, um importante acervo de documentos históricos que relatam a atuação da Igreja na região, as transformações no espaço da cidade, além de diários de padres, pesquisadores e muitos outros documentos de estimada importância. O acervo se encontra em salas ao fundo do prédio e conta com uma pessoa para manuseio e cuidado com os documentos, contudo, estão sendo adaptadas salas no piso superior da construção, com melhor estrutura para receber o Arquivo.

A importância do Edifício Dom Joaquim está além de sua estrutura física, é preciso, como aponta Veiga (2015) considerar os usuários, valorizando uma paisagem que não é composta somente por objetos, mas também por sujeitos que fazem uso dos objetos, interagem, se acostumam, significam e os (re)significam, enxergam histórias, trajetórias e vivências cotidianas.

Dessa forma, seria imprudente encarar os objetos apenas pelo viés material, descartando a teia de vivências, relações e significados dos sujeitos para com eles. É aí que se faz necessário uma abordagem que encare objetos do passado e as relações do presente conjuntamente, sem dissociá-las, evitando cair nas ilusões do passadismo, onde se crê que os objetos devem permanecer inalterados, descartando as (re)significações que as pessoas do presente fazem dos mesmos.

Recentemente, o Edifício Dom Joaquim começou a passar por diversas alterações em sua estrutura. Tais alterações, segundo informações de funcionários da Prelazia, foram

realizadas com o objetivo de abrir espaço para o aluguel da área frontal do prédio, tendo em vista que havia a necessidade de angariar fundos para a manutenção da estrutura e das despesas com a mesma e com a Rádio. Até então, os fundos para manutenção não estavam sendo suficientes, e para conseguir manter o prédio foi preciso encontrar estratégias para melhorar a questão financeira da instituição:

“A princípio, essas alterações, esses comércios é justamente pra ter uma fonte né, de recursos pra rádio se manter. A gente sabe das dificuldades que a rádio financeiramente enfrenta todos os anos, então é um modo também de fazer aquele espaço que estava em desuso, aquele espaço já estava há algum tempo, quase oito meses sem uso e aí vendo que tem muito espaço ocioso dentro do prédio, aí então foi-se pensado pra construir, pra se fazer a questão de aluguéis [...]” (Entrevistado 02).

O entrevistado afirma que essas são alternativas encontradas pela Prelazia e reitera que não há nenhum tipo de auxílio financeiro de entidades privadas e nem do poder público, sendo as ofertas dos fiéis, e agora os aluguéis dos boxes, as formas de se conseguir verbas para a manutenção das estruturas. Aponta ainda que não imaginava que as alterações seriam tão significativas: “Não era isso que se tinha imaginado no início [...] perdeu a característica daquele prédio né [...], eu gostava mais do antigo” (Entrevistado 02), afirma o entrevistado, referindo-se as alterações que foram realizadas e lembrando como era a fachada antes das modificações. O prédio teve parte da área frontal alterada e foram abertos três boxes que estão alugados para comerciantes locais, como se observa na imagem abaixo:

Figura 18: Alterações na parte frontal do Edifício Dom Joaquim, realizadas em 2020.



Foto: Verônica L. Fernando, 2021.

Figura 19: Alterações na área lateral do Edifício Dom Joaquim.



Foto: Verônica L. Fernando, 2021.

A área lateral também sofreu modificações, como mostra a imagem acima, abrindo espaço também para boxes comerciais. Segundo funcionário da Prelazia, esta foi a única solução encontrada para que pudessem manter a estrutura e dar continuidade aos trabalhos nela desenvolvidos. A área que abriga o logo da Rádio Rural não sofreu alterações, permanecendo como foi desenvolvida pelo padre Paulo.

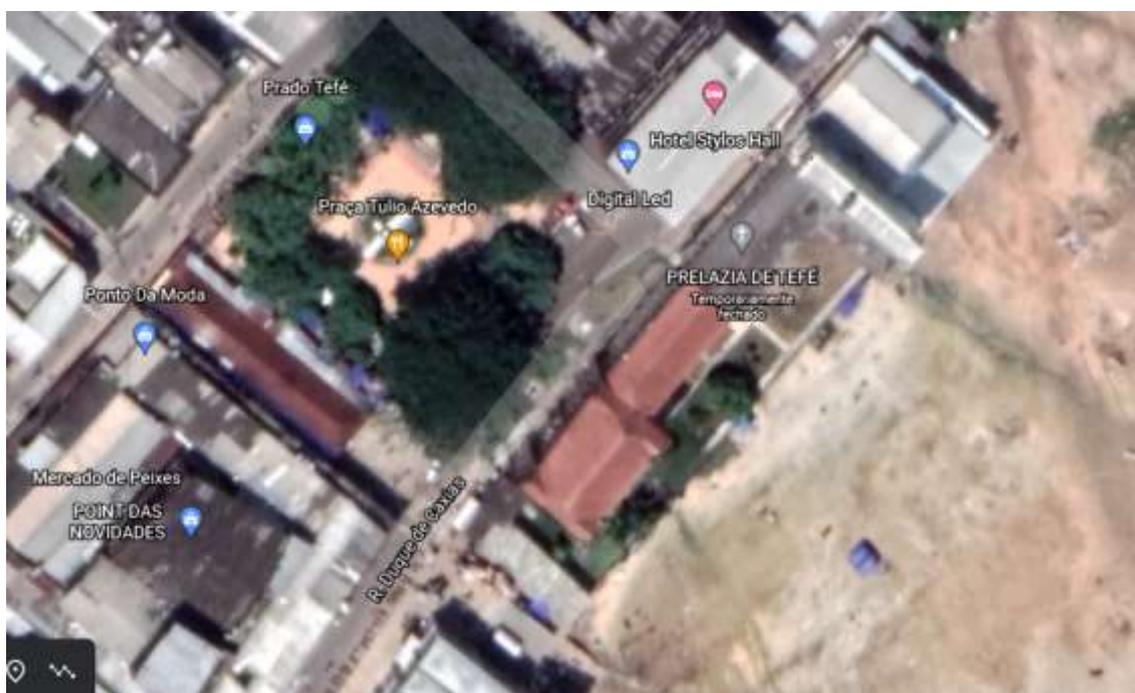
Estas alterações podem ser entendidas como mudanças estruturais, como aponta Santos (1988). Entendido como parte de uma paisagem, o Edifício Dom Joaquim sofre alterações em sua estrutura pois precisa atender uma demanda que se apresenta: a necessidade de verbas para a manutenção do prédio e das atividades nele desenvolvidas.

Santos (1988) afirma que a mudança estrutural da paisagem se dá através da mudança das formas que a compõem, que se alteram seja para atender novas demandas, seja em decorrência do processo de envelhecimento físico ou social. No caso da construção supracitada, as alterações se dão principalmente em decorrência das novas demandas da instituição e também pelo envelhecimento do edifício, que já apresentou diversos problemas estruturais, como rachaduras e deslocamentos, sendo necessárias intervenções para que não houvessem danos maiores.

Seminário São José

Dos reflexos materiais da atuação da Igreja Católica na região de Tefé, talvez o mais emblemático para a população seja o Seminário São José, uma construção de grande beleza arquitetônica e que carrega a história da atuação missionária Espiritana no Solimões, localizada na rua Duque de Caxias, tendo ao lado esquerdo a nova feira municipal Eduardo de Sá, com uma área de aproximadamente 547 m², sem contar a área externa com vistas para o Lago Tefé.

Figura 20: Localização espacial do Seminário São José, prédio sede da Prelazia de Tefé.



Fonte: Google Earth

Como visto no Capítulo I, até 1906 o pároco de Tefé era Mons. Dupuy, que no ano citado foi exonerado e retornou a França. Com sua partida, a congregação do Espírito Santo comprou três casas, sendo uma delas a casa paroquial (GRUYTERS, 2010). Em 1910, a Paróquia de Tefé tornou-se sede de uma Prefeitura Apostólica e no mesmo ano foi nomeado o francês Espiritano Mons. Alfredo Michael Barrat para Prefeito Apostólico de Tefé (GRUYTERS, 2010; SCHAEKEN, 1997). Como agora Tefé era uma Prefeitura Apostólica, era necessário erguer as estruturas da mesma e focando nessa nova demanda, os espiritanos abandonaram por algum tempo o trabalho de evangelização (GRUYTERS, 2010).

De acordo com Schaecken (1997) e Gruyters (1997), Monsenhor Barrat, durante sua estadia na comunidade da Missão, decidiu construir a casa da Prefeitura Apostólica na cidade de Tefé, onde era a casa do Cônego Dupuy, que havia sido comprada pela congregação. Assim, a construção de prédio de grande estrutura foi iniciada em 1913 e viria a ser concluída somente em 1919, sendo esta somente a primeira parte de um complexo composto por três partes. Iniciada a obra, a mesma ainda ficou parada por quase dois anos, sendo retomada somente no final de 1914. Alguns materiais utilizados, como o vigamento foi produzido na marcenaria da Missão, que obrigava algumas oficinas, como exposto no Capítulo I.

Figura 21: Palácio da Prefeitura Apostólica, primeira parte construída.

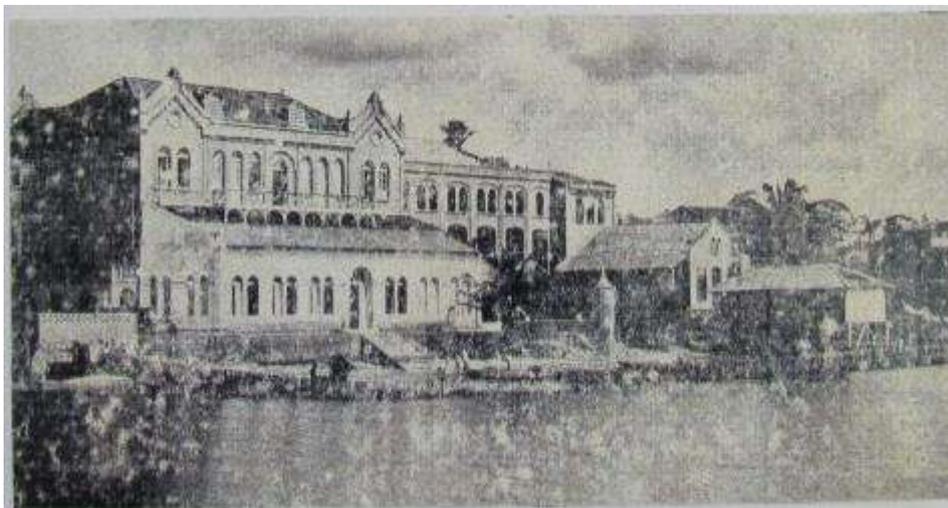


Fonte: Arquivo pessoal do padre Firmino Cachada, s.d.

A construção foi composta por tijolos de barro e vigas de madeira, mas as reformas realizadas acrescentaram ferro, visto que as antigas vigas apodreceram. A primeira parte construída foi denominada como Palácio Apostólico da Prefeitura Apostólica. Nesse espaço foi fundado uma área para a formação de sacerdotes em 1920, que ficou conhecido como Seminário, um local para a formação de padres cujo primeiro diretor foi o padre Manuel de Alencar. Contudo, era necessário um maior espaço para a formação dos seminaristas, assim, a segunda e terceira parte do complexo foi construída em 1932 ao

lado da Prefeitura Apostólica. A estrutura da Prefeitura Apostólica, com as partes posteriormente construídas ficaria conhecida popularmente como Seminário São José.

Figura 22: Seminário São José visto do Lago Tefé, fotografia de 1935.



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé.

O Seminário São José foi um dos pontos principais da ação dos Espiritanos na região de Tefé, representando um trabalho mais sistemático de evangelização, visto que a partir dele foram implantadas ações que tiveram importância no passado e refletem no presente de Tefé, como a criação da Rádio Educação Rural de Tefé e os atuais trabalhos comunitários realizados no espaço do Seminário, como mostra a fala de um dos usuários da edificação sobre a importância da estrutura para a cidade desde os primeiros momentos de sua existência:

“Por esse lado da educação, ele tem grande importância [...] não só esse lado de educação, mas como meio de comunicação [...], porque foi lá, nesse prédio que teve a primeira transmissão da chamada Rádio Educação rural de Tefé. Então lá que aconteceu a primeira transmissão. [...] o prédio teve grande importância nos acontecimentos pra região, pra essa região toda nossa, do médio Solimões, do Alto Solimões e também pra cidade de Tefé, porque lá teve a primeira instalação da Rádio Educação Rural de Tefé, a questão da escola também iniciou a questão dos internatos [...]” (Entrevistado 02).

Assim, o Seminário São José representa ações concretas realizadas pela Igreja Católica que tiveram impacto direto sobre a formação tanto crista quanto social de parte

da população da região. É importante frisar que o Seminário São José se localiza às margens do lago Tefé, proporcionando a quem vem pelos rios uma linda vista do local (Figura 23).

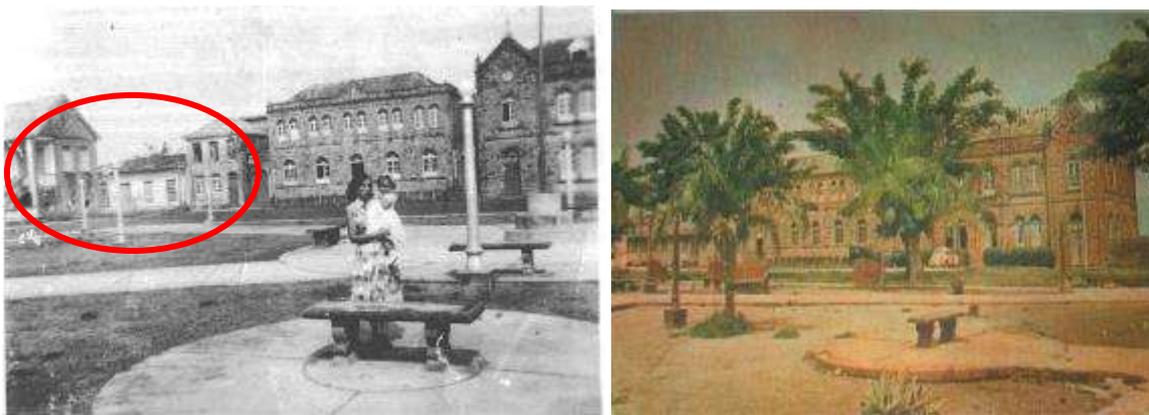
Figura 23: Vista do Seminário São José a partir do Lago Tefé.



Fonte: Foto de Anderson Oliveira, s.d.

Olhando as imagens do passado, pode-se dizer que o complexo do Seminário fazia parte de um conjunto antigo de estruturas que com o tempo foram modificadas ou varridas da paisagem urbana de Tefé. A fotografia abaixo (Figura 24), por exemplo, mostra a área frontal do Seminário São José aproximadamente na década de 1930, com uma praça em frente, que era conhecida como Praça do Seminário. A paisagem refletida nesta foto já não condiz com o contexto atual, das formas que aparecem na mesma, apenas o prédio do Seminário permanece, os demais sofreram alterações, como no caso da praça, que foi modificada inúmeras vezes e hoje é nomeada de Praça Tulio Azevedo em homenagem a um dos primeiros prefeitos da cidade.

Figura 24: À direita Praça do Seminário em foto da década de 1930- , circundado em vermelho estão construções que já não existem atualmente. À esquerda, Praça do Seminário em 1975.



Fonte: Arquivo Prelazia de Tefé

Atualmente, o Seminário São José funciona como ponto de ações que se estendem tanto à população de Tefé como das comunidades e cidades vizinhas. O prédio da Prefeitura Apostólica funciona como residência episcopal e a segunda e terceira parte do conjunto abriga pastorais que atendem a população em diversos âmbitos: saúde, área social, indígena, auxílio à dependentes químicos, dentre outros, além da própria área administrativa que utilizam do espaço do edifício para realização de suas atividades

Por ser um prédio das primeiras décadas do século XX, o Seminário São José já apresentou diversos problemas em sua estrutura. Em seu estudo, Silva (2016) constatou degradações significativas tanto no exterior como no interior da construção, levando a um sério risco de desabamento.

Tais problemas foram em parte solucionados graças a uma doação do Papa Francisco pelo Ano da Misericórdia - projeto em que se pretendia ajudar financeiramente alguma igreja da Amazônia -, onde a Prelazia de Tefé foi contemplada. Assim, deu-se início em 2016 a reforma do Seminário São José, com modificações na área externa e interna, reforço das estruturas das paredes e troca da antiga estrutura de madeira que compunha parte do edifício.

Figura 25: Reformas no Seminário São José



Fonte: Anderson Oliveira, s.d.

Das edificações antigas de Tefé, o Seminário São José é o único em processo de tombamento pelo IPHAN, constando na lista de bens tombados ou em processo de tombamento como Seminário de Tefé. Contudo, a edificação ainda se encontra em processo de instrução, isto é, em processo de análise técnica, jurídica e de valores do bem.

De acordo com o Governo Federal e com a Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986, do IPHAN, qualquer pessoa ou entidade pode solicitar o tombamento de um bem imóvel, e o processo de instrução constará de estudo minucioso do bem, incluindo descrição do mesmo e de seu entorno, apreciação do valor cultural e demais informações a respeito do mesmo. Nesse sentido, a etapa de instrução em que se encontra o processo referente ao tombamento do Seminário é que definirá se este é passível ou não de registro no Livro de Tombo pelo IPHAN.

No que diz respeito ao processo de tombamento, a opinião de usuários da construção se reflete na fala abaixo:

“A proposta que eles lançaram era que os padres deveriam deixar todo o prédio pra poder ser tombamento histórico, e a gente sabe

que um prédio onde ele não é habitado, ele sofre né, sofre com a estrutura dele, porque não vai ter ninguém vindo [...] se esse prédio ele não fosse habitado, ele já tinha caído. Com pessoas dentro, morando, há esse zelo de ver [...] então isso facilita com que esses reparos vão sendo feitos ao longo do ano. [...] Poderia ter esse tombamento histórico, mas que não deixasse de fazer uso do próprio prédio né, porque no prédio não habita só a residência do bispo mas tem outras pastorais com serviço social da Igreja que acontece nesse prédio as vezes as pessoas desconhecem todo esse serviço [...] A gente que faz uso tem essa consciência desse patrimônio histórico e também desse patrimônio social, que acaba sendo um patrimônio social pra toda a população porque ele tá correspondendo e atendendo a demanda, pelo menos uma pequena parcela dos necessitados aqui na cidade, que muitas vezes onde o poder público não chega e acaba que o poder público indica para as pessoas pedirem ajuda lá [...] Ele é um prédio pra formação, ele é um prédio pra acolhimento, de atendimento as pessoas, tem várias pastorais aí, nesse cunho social. Então eu não tenho nada contra a questão do tombamento mas desde que ele seja habitado, não que force os padres, force toda a Prelazia a deixar um prédio que ela cuidou há mais de cem anos, e se não fosse essa igreja, esse prédio acho que já teria caído [...]" (Entrevistado 02).

A fala acima mostra a preocupação com tombamento do Seminário São José, temendo que este seja excludente e interrompa relações a ações que se desenvolvem através dele ao longo de muitos anos e contribua ainda mais para a deterioração da construção. Mostra ainda a ligação entre o histórico e o social, a edificação não existe por si só, ela também carrega a importância social, das atividades nela realizadas, as diferentes pastorais que utilizam do espaço do prédio para execução de suas atividades e auxílio aos mais necessitados.

O receio de que o tombamento interrompa essas atividades, retirando os usuários e adote um sistema de preservação sem integração dos sujeitos, traz uma certa aversão e cautela em relação ao processo. Além disso, há a preocupação de que o prédio fique abandonado ou não receba vistoria constante, pois as reformas e ajustes na estrutura tem sido realizados pela própria Prelazia, na medida em que são necessários à manutenção da construção.

Os edifícios acima apresentados, fazem parte de um conjunto de construções ligadas diretamente a atuação da Igreja Católica na região do Solimões e dentro do contexto urbano e patrimonial de Tefé são as que mais se destacam. Os trabalhos de

Fernando (2016; 2018) e Silva (2016) mostram que, para parte da população da cidade, estas construções são as mais importantes para sua história e memória enquanto tefeenses.

Este é um fato interessante, pois segundo estatísticas fornecidas pelo IBGE sobre a cidade, grande parte da população é de matriz católica. Dessa forma, a maior valorização dessas estruturas pode se dar por alguns motivos: 1) São as maiores e mais antigas estruturas da cidade, tendo maior visibilidade no espaço urbano; 2) Como a maior parte da população é católica, a identificação com estruturas relacionadas a Igreja tende a ser maior; 3) A divulgação do poder público, dessas construções, em eventos da cidade, chama maior atenção para elas e conseqüentemente leva a uma maior interação dos sujeitos para com as referidas edificações.

É preciso ressaltar que a Igreja esteve presente em todo o processo histórico de constituição de Tefé enquanto espaço. Sendo assim, podemos dizer que esta constante atuação influenciou na composição da matriz religiosa atual da cidade, majoritariamente católica, o que leva a uma maior identificação com estruturas que contam e refletem a história da Igreja no município, uma história, vale frisar, que não está dissociada da própria história do município.

3.3 O passado além da Igreja Católica: edificações do passado, utilizações no presente

Além das edificações antigas ligadas a história da Igreja, Tefé possui outras construções que detém menor ou nenhuma visibilidade dentro do espaço urbano. Tais construções aparentemente não detém nada de especial, exceto pelo fato de que são a representação física do passado da cidade. Contudo, negligenciadas, algumas delas já estão em avançado processo de deterioração, sujeitas do envelhecimento físico, outras já deram lugar a novas estruturas que atendem demandas da modernização e da economia.

Catedral da Saudade

Figura 26: Catedral da Saudade com detalhe para a cruz.



Foto: Veronica L. Fernando, 2020.

A Catedral da Saudade abriga o cemitério da cidade de Tefé e foi inaugurada no ano de 1893, no final do século XIX, sendo a primeira estrutura erguida com o objetivo de abrigar os sepultamentos. A estrutura da fachada conta com duas torres e um portal gradeado entre as duas, à frente ergue-se uma cruz onde familiares dos falecidos fazem preces e acendem velas pelos seus mortos.

A Catedral atualmente está localizada entre as ruas Capitão Fabrício, Marechal Deodoro e São Pedro, no meio da cidade, porém à época de sua construção, esta ficava nos limites da cidade e havia sido construída com vistas a substituir o antigo local de sepultamento que ficava às margens do Lago Tefé (SILVA, 2016). Não há muitas informações sobre essa construção no Arquivo da Prelazia, assim como sobre as demais que não estão diretamente relacionadas com a atuação da Igreja na região.

Desde a edificação da Catedral da Saudade, o espaço urbano de Tefé se expandiu - das margens do Lago, onde surge a Vila de Ega, para mata adentro -, limpando-se novos terrenos para abertura de ruas e construção de residências, configuração que fez com que o cemitério hoje esteja situado no meio da área urbana.

Devido a super lotação do cemitério, e o contexto da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo no início de 2020, foi necessário abrir outro espaço para sepultamentos, contudo a antiga Catedral da Saudade não parou de funcionar para realização de cerimônias de enterros. Mesmo o contexto de pandemia, não impediu que os familiares de pessoas que descansam no local fizessem a tradicional visitação ao cemitério, realizada no dia 02 de novembro, o dia dos Finados. Todo ano, são acendidas velas sobre os túmulos e ao redor da cruz que se ergue em frente   Catedral da Saudade.

Figura 27: Ritual realizado no Dia dos Finados em frente   Catedral da Saudade.



Foto: Veronica L. Fernando, 2020.

Edifício da Capitania Fluvial de Tefé

Figura 28: Prédio onde hoje funciona a Capitania Fluvial.



Foto: Verônica L. Fernando, 2016.

O prédio onde funciona a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e Agência Fluvial de Tefé é um dos remanescentes prédios da história antiga de Tefé e assim como o Seminário São José e como a nova feira municipal, está situado na rua Duque de Caxias, no centro da cidade, formando com estes um conjunto de construções que refletem a história antiga e recente de Tefé. Fica localizado de frente para o Lago Tefé, sendo separado deste apenas pelo porto da cidade, inaugurado em junho de 2018. Outras formas próximas da antiga construção são a nova feira municipal e o Seminário São José, ambos localizados na mesma rua, formando um conjunto de velhas e novas edificações coexistindo no espaço urbano.

De acordo com Silva (2016) ali funcionava a capela de Bom Jesus de Tefé, construída por volta de 1884. Ali também funcionou o primeiro cemitério da Vila que, após a construção da Catedral da Saudade, perdeu a sua função e deu lugar a capela supra citada. Localizada as margens do Lago Tefé, a capela foi ampliada pelo padre Afonso Donnadieu, com vistas a servir de paróquia provisória – função que desempenhou até 1935 -, sendo concluída sua construção em cerca de 1907, 23 anos após ter sido iniciada, um período razoável tendo em vista as dificuldades financeiras e materiais da época.

Em 1989, o prédio da capela de Bom Jesus foi cedido para a Marinha do Brasil, que faz uso do mesmo até o presente momento (SANTOS, 2016), tendo feito pequenas alterações na estrutura original do prédio, ao menos na fachada do mesmo. Quanto à parte interna, não foi possível analisar devido às restrições impostas graças a pandemia de Covid-19.

Mercado Municipal

Figura 29: Mercado Municipal de Tefé/AM em 1983.



Fonte: Prefeitura de Tefé.

O prédio do Mercado Municipal de Tefé é uma das grandes estruturas mais antigas de Tefé. Inaugurado no início do século XX, até hoje abriga a venda de peixes e carnes em seu interior, e na parte externa, um complexo de boxes destinados ao comércio de vestuário. Localizado no centro da cidade, na rua Olavo Bilac com fundos para a Duque de Caxias e ao lado da Praça do Seminário, ou Praça Túlio Azevedo, a construção do Mercado Municipal faz, juntamente com o Seminário São José e a Praça, um complexo

de edificações construídas nas primeiras décadas do século XX que refletem parte do passado da cidade de Tefé.

Figura 30: Localização espacial do Mercado Municipal.



Fonte: Google Earth

Assim como outras construções antigas localizadas no espaço urbano de Tefé, o prédio do Mercado sofreu com a negligência e descaso com a manutenção do mesmo, o que levou a deterioração e desconfiguração de sua aparência original, tornando-o quase irreconhecível para quem compara a visão atual com uma fotografia do mesmo prédio nos anos 80.

Figura 31: Estrutura do Mercado Municipal de Tefé atualmente.



Foto: Verônica L. Fernando, 2016.

A presença de outdoors preencheu as áreas laterais da construção tornando impossível perceber os detalhes da mesma, especialmente no horário comercial, quando são colocadas lonas, manequins e outros aparatos nas áreas frontal e lateral do edifício. A deterioração do prédio já faz pensar em um possível desabamento, devido aos problemas existentes na sua estrutura, pois devido a antiguidade da construção esta não possui revestimento com cimento, exceto nas poucas partes onde os proprietários de boxes realizaram modificações, de restante, a estrutura de alvenaria conta com tijolos de barro unidos por um tipo de “argamassa” com areia, pequenas pedras e cal. Os pequenos reparos e manutenções têm sido realizados principalmente pelos próprios lojistas, muitos dos quais reformaram a parte interna de seus boxes, consertando rachaduras, piso, acrescentando cimento, cerâmicas e outros melhoramentos.

Apesar do envelhecimento de sua forma, o Mercado Municipal mantém sua função como prédio comercial mais antigo da cidade, sendo o principal ponto de comércio do município. O espaço que ocupa se configurou como espaço majoritário de comércio, fato que se observa pelo surgimento de diversos pontos destinados à venda de produtos variados em seus arredores, formando um complexo que torna o centro da cidade um bairro principalmente comercial.

Correa (1989) aponta que na cidade está concentrada a maior oferta de serviços e que esta comporta os mais variados fluxos e atividades humanas e por isso ela é o principal palco de conflitos de ordem social, ideológica, econômica, política ou cultural. O centro de Tefé é um ótimo exemplo dos fluxos de que fala o autor, pois nele transitam indivíduos com interesses diversos: trabalho, lazer, esporte, estudo, fazendo do espaço do centro um dos locais da cidade com maior circulação de pessoas.

Dessa forma, o centro da cidade é utilizado para atender interesses diversos, o que em certa medida acarreta em conflitos, especialmente quando se trata da abertura de novos espaços e de quem poderá usufruir dos mesmos, como será exposto à frente. São relações e conflitos sociais de que apontam Magalhães (2013) e Correa (1989), que trazem a cidade como espaço geográfico que reflete as formas de ocupação, sistemas de produção, oferta de serviços e comportamento cultural.

Nesse sentido, é no centro de Tefé que os conflitos por uso do espaço são mais visíveis ou ganham mais destaque no cenário urbano. Dessa forma, as construções

antigas, que refletem o passado de Tefé e as velhas memórias a elas relacionadas, se colocam no meio das relações e conflitos que se configuram no espaço urbano – parte dos conflitos sendo por utilização do espaço e das formas que nele existem.

As relações diferenciadas e os conflitos em torno das formas urbanas e da memória material podem levar a diferentes resultados, isto é, em um contexto em que há a expansão do urbano e sua modernização, como se apresenta em Tefé, a produção de novas formas se dá sem que as antigas tenham deixado de existir, levando a uma contradição entre o velho e o novo que pode acarretar no triplo movimento de que fala Carlos (2007): preservação/degradação/transformação.

Este triplo movimento pode ser aplicado além do espaço em si; quando falamos de construções antigas, por exemplo, podemos perceber claramente esse tripé, especialmente no contexto de modernização das formas da cidade. Novas construções vão surgindo sem que as antigas tenham desaparecido e nem sempre a coexistência entre o novo e o velho se dá sem tensões.

O sentimento de perda do antigo, por aqueles que com ele se identificam pode levar ao esforço para sua manutenção através de discursos como o de preservação dos objetos antigos como afirmam Fernando (2018) e Knack (2007), ou movimentos em prol da destruição do que se considera velho, ultrapassado e desatualizado. Dessa forma, os conflitos entre o novo e o antigo envolvem identificações, significados, interesses e relações entre os sujeitos e os objetos e que se exteriorizam em ações diretas ou indiretas sobre os mesmos.

Os interesses que circundam os espaços e as formas que o compõem - como por exemplo os patrimônios materiais edificados -, contribuem para delimitar o uso dos mesmos, isto é, tem importante papel na definição dos fins de uso e o público que se beneficiará destes. Deste modo, os interesses pelo uso dos espaços e do patrimônio estão constantemente influenciando nas escolhas dos locais que devem ser preservados, modificados e aqueles que devem dar lugar a novas formas. Um exemplo disso está na construção conhecida como Palácio Bertholletia Excelsa, prédio onde funciona a Prefeitura de Tefé desde sua edificação (Figura 32).

Palácio Bertholletia Excelsa

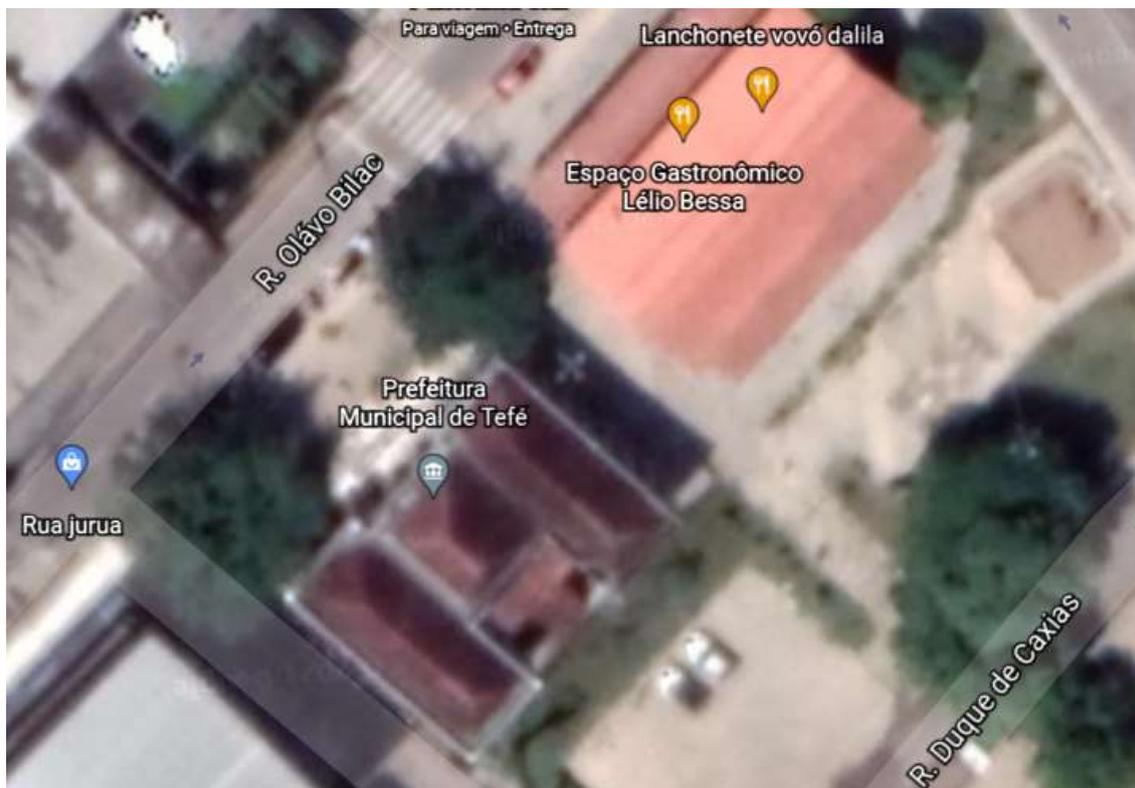
Figura 32: Palácio Bertholletia Excelsa, sede da Câmara dos Vereadores, atualmente.



Fonte: Prefeitura de Tefé, s.d.

O Palácio Bertholletia Excelsa é uma das poucas construções não ligadas a Igreja que se apresenta em boas condições de conservação. Seu estado de conservação pode estar relacionado ao fato dessa construção ser o maior símbolo do poder municipal de Tefé, sendo ocupada pelos poderes Legislativo e Executivo. Localizado na rua Olavo Bilac, ao lado do novo Espaço Gastronômico Lélío Bessa e com fundos para a rua Duque de Caxias, o prédio possui cerca de 16m de comprimento e 21,3m de largura e aproximadamente 341,1 m² de área.

Figura 33: Localização espacial do Palácio Bertholletia Excelsa, prédio da Prefeitura Municipal, ao lado direito o novo espaço gastronômico da cidade.



Fonte: Google Earth

Externamente a construção não sofreu grandes alterações, e a cada gestão municipal o prédio recebe pinturas novas que agregam mudanças de caráter estético, como pintura da edificação e acréscimo de vidro às janelas laterais (Figura 34).

O prédio carrega em sua história um episódio marcante que é lembrado pelos moradores de Tefé. Narrativas locais descrevem que um político local, insatisfeito com o resultado de uma eleição municipal, forneceu dinheiro para que o prédio fosse incendiado como forma de protesto contra o resultado das urnas. Tal fato se deu no início dos anos 2000, levando à perda de inúmeros documentos que eram guardados no acervo do prédio.

Felizmente, o prédio não sofreu grandes danos físicos, sendo necessário pequenos reparos na estrutura de madeira interna. Ao se configurar como uma importante representação do poder político, a fachada do prédio foi constantemente alterada, de acordo com o grupo político no poder, a cor atual da edificação foi definida pelo grupo que governou a cidade de 2017 a 2020.

Figura 34: Vista lateral do Palácio Bertholletia Excelsa.



Foto: Veronica L. Fernando, 2021.

Abaixo, podemos observar uma fotografia do Palácio à época de sua construção, na década de 90. Se comparado com uma imagem atual do prédio, notamos que as modificações externas são mínimas, tanto na área frontal como lateral da edificação. Percebe-se que houve o cuidado com a manutenção da estrutura original, fato que pouco se observa em outras construções antigas que não estão relacionadas à atuação da Igreja no município.

Figura 35: Palácio Bertholletia Excelsa, em foto da década de 90.



Fonte: Prefeitura de Tefé

O Palácio Bertholletia Excelsa, assim como as demais construções antigas que existem no centro de Tefé, carrega histórias e vivências. Pode-se afirmar que são estruturas que influem na identificação dos moradores com a cidade pois são “[...] lugares de memória que possuem importante significado por fazerem parte de uma memória coletiva de um passado remoto [...]” (CORREA et al, 2016), permitindo aos sujeitos relembrar os fatos vividos nesses locais, despertando sentimentos e sensações relacionados à sua própria história e da sua cidade, como por exemplo o incêndio de parte do Palácio Bertholletia Excelsa, fato compartilhado por alguns moradores e que suscita uma memória em comum.

A história antiga de Tefé, representada nas construções que datam do final do século XIX e início do XX, tem recebido pouca atenção. Com exceção das edificações ligadas à história da Igreja Católica na região e aquelas que representam o poder municipal, ao exemplo do Palácio Bertholletia Excelsa, as demais estão entregues a ação deteriorante do tempo, ao envelhecimento físico e social, e outras já deram lugar a novas formas surgidas do contexto de modernização e da necessidade de atendimento a demandas que surgem no espaço da cidade, levando a tensões entre o novo e o antigo e à especulações por uso dos espaços e das formas que nele existem, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4: NOVAS MEMÓRIAS PARA A CIDADE: O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO URBANO E PATRIMONIAL DE TEFÉ

Apresentadas as construções históricas existentes no centro de Tefé, salvo aquelas que existiram, mas já não fazem parte do contexto atual, convém adentrarmos na questão da transformação do espaço urbano da cidade e como essa transformação dialoga ou exclui as antigas formas, inclusive o patrimônio cultural edificado.

Atualmente, a produção do espaço em Tefé, se dá principalmente através da atuação política do Estado, com a abertura de novas áreas dentro do espaço urbano e revitalização de áreas pré-existentes. Das revitalizações e dos novos espaços inaugurados, mais da metade se encontram localizados no centro da cidade e em seu entorno, e tem ligação direta com o comércio, as demais, situadas distantes da região central da cidade, são obras de construção de Unidades Básicas de Saúde, creches e escolas de ensino primário.

Dessa forma, é possível observar que o interesse econômico tem sido o principal motor das mudanças estruturais no espaço de Tefé. Os projetos de revitalização das praças por exemplo, foram feitos pensando na higienização dos espaços e utilização das praças como espaço de rentabilidade econômica. Contudo, nesse processo, os antigos usuários das praças perderam seu espaço de trabalho, e este foi ocupado por grupos que já possuem estabelecimentos em outras áreas do município.

É importante ressaltar que a economia da cidade gira em torno principalmente do setor terciário, a maior parte do qual está concentrada no centro da cidade. Somente recentemente, os grandes comércios começaram a se deslocar para outras regiões que não o centro de Tefé, iniciando um processo de descentralização e abrindo novas áreas comerciais.

Desde sua formação, a cidade de Tefé passou por diversas transformações em seu espaço, sendo os anos de 2017 a 2020 os mais expressivos em termos de construção de novas formas para a cidade. Somente entre os anos de 2018 a 2020, foram inauguradas cerca de nove obras públicas¹² no espaço urbano, algumas de maiores proporções, que vão desde revitalizações de antigos espaços e abertura de novos, representando para Tefé

¹² Informações retiradas de <https://www.tefe.am.gov.br> (Acesso em 01/01/2021)

o período em que mais se realizou obras dentro do espaço urbano, isto sem elencarmos as obras realizadas pela iniciativa privada. Nesse sentido, indagamos: Como se posiciona o patrimônio cultural edificado dentro desse contexto de transformação do espaço? Que interesses movem essas transformações? Pode o antigo coexistir com o novo? Tais questões podem ser respondidas através da análise das transformações do espaço urbano de Tefé e dos grupos que se beneficiam destas.

Podemos iniciar a elucidação destas questões com um caso emblemático da cidade: a destruição da construção onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé – ALCAT. Uma construção de aparência simples, mas que à época em que foi construída, em meados do século XX, representava uma das melhores construções que uma pequena cidade poderia ter. A construção fazia parte de um complexo de estruturas antigas formado pelo Seminário São José, Praça do Seminário (hoje Túlio Azevedo) e Mercado Municipal e ficava situada de esquina e paralela à área frontal do Seminário.

Nas imagens abaixo temos a construção onde funcionava a ALCAT em dois tempos distintos, antes da construção do complexo do Seminário São José e da praça e após a edificação dos mesmos respectivamente.

Figura 36: Prédio da ALCAT aproximadamente no final do século XIX e na década de 30, respectivamente.



Fonte: Arquivo da Prelazia de Tefé e Biblioteca Virtual do Amazonas.

Não foi possível encontrar informações sobre o ano de construção da casa ou a quem ela pertencia, contudo, verificando as duas imagens, a nível de comparação, podemos notar que, na primeira, a última parte do Seminário São José não havia sido construída completamente e nem a Praça, sendo ainda coberta por baixa vegetação, e tendo em vista que a edificação do complexo do Seminário São José se inicia nos primeiros anos da década de 10 do século XX, podemos afirmar que a construção do

prédio da ALCAT está situada temporalmente entre finais do século XIX até aproximadamente a década de 30.

Pela estrutura da casa, é possível que pertencesse a um religioso, ou um representante do Estado, pois como aponta Santos (2016) e Spix e Martius (2019), o tipo de técnica predominante para construção de moradias, pelo menos até o final da primeira metade do século XIX, era a taipa, isto é, construções feitas a maior parte de barro e cobertas por palha. A partir da segunda metade do século XIX, como visto no Capítulo I, houve a introdução de novas formas de construir, surgindo no espaço as construções de tijolos cobertas por telhas, como era o caso da ALCAT, porém estas pertenciam somente aos brancos, ficando os índios e mestiços com as casas de madeira, taipa e cobertas por palhas (SANTOS, 2016).

Apesar das várias modificações no espaço urbano de Tefé, e da chegada do século XXI com a promessa de mudança e de um mundo conectado, a construção a qual nos referimos sobreviveu ao tempo e abrigou a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé - ALCAT, um órgão ligado à prefeitura da cidade, que fornecia cursos gratuitos, como informática básica, avançada, aulas direcionadas ao estudo das artes, para a população em vulnerabilidade socioeconômica (Figura 37).

Figura 37: Detalhe da antiga construção onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé.



Fonte: Portal Tefé News, s.d.

Apesar da trajetória histórica e da importância social da construção, deu-se início a um processo de especulação por uso do espaço em que estava situado o prédio, culminando em sua demolição no ano de 2013 (SILVA, 2016). De acordo com a autora, houve a mobilização por parte de uma pequena parcela da população tefeense para a preservação da construção, contudo, a mobilização não surtiu o efeito desejado, e após a demolição da construção deu-se início a edificação de um novo prédio, com vistas a atender demandas comerciais. Nesse sentido, apesar de a construção ser considerada importante para os moradores, não só histórica como socialmente (FERNANDO, 2018), não foi o suficiente para que esta continuasse existindo no espaço urbano de Tefé.

A desvalorização da estrutura começou com a desvalorização das atividades nela realizadas. A falta de investimento e de constância no pagamento de funcionários e na manutenção da estrutura, levou à insalubridade na execução do trabalho, como mostra uma matéria publicado no jornal virtual da cidade em 2011 (Figura 38). Diante disso, a ALCAT foi levada a fechar suas portas e anos depois o prédio viria a ser destruído para construção de uma nova estrutura.

Figura 38: Publicação realizada em setembro de 2011 em Jornal online da cidade a respeito da ALCAT.



Início » Destaque » Falta de pagamento da Prefeitura de Tefé fecha academia de letras

Destaque

Falta de pagamento da Prefeitura de Tefé fecha academia de letras

Por **Redação** - setembro 2, 2011

A Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé – ALCAT amanheceu hoje (02/09) com as portas fechadas. A academia foi inaugurada em 2003 e não tem fins lucrativos.

Agrega cerca de vinte membros entre artistas, professores e intelectuais, e oferece a população vários cursos como informática básica, avançada e design. Por ano os cursos da entidade formam mais de quinhentos jovens que são lançados no mercado de trabalho. Seis professores de informática e dois serviços gerais integram o quadro de funcionários e segundo eles estão com sete meses de atraso nos seus pagamentos, deixando-os sem condições de trabalhar e sustentar suas famílias. O presidente da ALCAT prof^o Protázio Lopes pessoa informou que há seis meses tenta resolver a situação com o [redacted], e ainda no mês de Março foi assinado um convênio entre a prefeitura e ALCAT que nunca foi cumprido: "Acho que fomos lá umas cinquenta vezes, e nada". O professor ressaltou que na época da administração anterior, quando foi feita a parceria, a Prefeitura repassava o pagamento religiosamente: "Quando era o [redacted] a prefeitura pagava corretamente, agora as coisas vão ficando sempre pra depois e não se resolve nada! Disse o Presidente da entidade. No final da tarde houve uma reunião com os pais dos alunos para explicar a situação e propor o pagamento dos salários dos funcionários para que os cursos possam continuar. Alguns professores disseram não entender como se gasta tantos milhões em uma festa de poucos dias, e não se paga os funcionários de uma instituição que promove cultura e cidadania. A reportagem do **Portal de Notícias TeféNews** tentou contato com a assessoria da prefeitura, mas até agora não obteve resposta.

Fonte: Retirado da página do jornal online Tefé News.

Importante ressaltar que, do ponto de vista financeiro o prédio fornecia retorno econômico para o município ao qualificar mão de obra. Mas mais importante era o retorno

social pois era um auxílio a quem não tinha meios financeiros para custear cursos básicos de formação complementar. Entretanto, o interesse econômico se sobrepôs ao interesse social, tanto é que após a demolição do prédio, a ALCAT deixou de existir no município. No local onde estava a casa centenária, foi erigido um prédio que funciona como hotel e galeria comercial, o Hotel e Galeria Stylo's Hall (Figura 39).

Figura 39: Hotel e Galeria Stylo's Hall, construído onde ficava uma das construções mais antigas de Tefé.



Fonte: <tripcarta.com> Acesso em 28/08/2018.

Assim como em outras regiões da América Latina, os contextos urbanos são diferenciados e as cidades têm especificidades históricas e culturais que acarretam em relações diferenciadas para com os objetos culturais. Em Tefé, por exemplo, a longa história da Igreja na região, leva a que as construções relacionadas à sua trajetória sejam mais reconhecidas e valorizadas que as demais construções (FERNANDO, 2018; SILVA; 2016).

Nesse sentido, as histórias e memórias relacionadas as construções sem ligação com a Igreja vão se perdendo e no espaço urbano vão surgindo novas edificações e novas formas, algumas com o objetivo de atender determinadas demandas, como foi o caso do Hotel Stylo's Hall, outras visando a criação de novas memórias para a cidade.

O atendimento das novas demandas, que surgem no contexto urbano, necessita de políticas alternativas que alteram o espaço, como afirmam Souza e Bastos (2011). Assim, para o atendimento das demandas, que podem ser de inclusão, moradia, lazer, econômicas dentre outras, pode-se excluir e incluir formas no espaço urbano. Nesse cenário, edificações e outras formas antigas da cidade, principalmente aquelas que sofrem do envelhecimento físico e social de que fala Santos (1988), podem ser destruídas para que outras sejam erigidas em seu lugar.

Dessa forma, se encaradas como um entrave ao progresso econômico, as velhas edificações podem acabar destruídas para dar lugar a novas construções que atendam as demandas da cidade, processo que envolve conflitos entre os que fazem uso das instalações, se beneficiam destas, interagem e aqueles que desejam a utilização do espaço para outros fins.

A transformação do espaço e das formas que nele existem se dá tanto pelo anseio do novo como pela necessidade de atender demandas. Assim, o processo de modernização dos espaços produz modificações no espaço urbano e influência direta ou indiretamente na preservação do patrimônio material. Em Tefé, por exemplo, as novas imagens para a cidade, evidenciam uma tensão entre o velho e o novo, dado as novas possibilidades de identificação que vão surgindo no cenário urbano, trazendo à tona conflitos entre o novo e o antigo que se refletem nas ações voltadas ao patrimônio e a cidade.

As transformações voltadas para a modernização do espaço urbano das cidades, acarretam em interesses e conflitos entre o antigo e o novo, que se manifestam através de discursos e ações relacionados ao patrimônio, especialmente às construções e edificações históricas. O antigo pode coexistir com o novo, ou entrar em conflito com este. Quando não há a possibilidade de coexistência, e sente-se fortemente a perda do antigo por aqueles que com ele se identificavam, pode haver um grande esforço para a manutenção deste, utilizando-se por exemplo, de discursos como o de preservação das manifestações culturais antigas (FERNANDO, 2018; KNACK, 2007).

Há também a possibilidade contrária, a de não identificação com o antigo e o sentimento de que este deve dar espaço ao que é novo e moderno, acarretando em movimentos em prol da destruição do que se considera velho, ultrapassado, inutilizado e desatualizado. Nesse sentido, os conflitos entre o novo e o antigo envolvem identificações, significados, interesses e relações entre os sujeitos e as manifestações culturais que se exteriorizam em ações diretas ou indiretas sobre os mesmos.

No contexto de globalização, onde há quase sempre uma busca pelo novo, as políticas urbanas e o patrimônio cultural estão sujeitos à racionalidade econômica (BORTOLOZZI, 2008). Assim, as demandas da cidade, principalmente as demandas econômicas, tem influenciado diretamente o olhar da sociedade sobre o patrimônio. A negligência e desvalorização para com o mesmo, movido pela ideia de bens estáticos e manifestações ultrapassadas, leva à especulação por diferentes frentes, que passam a ver, em relação ao patrimônio material, as edificações como possíveis de “[...] ser demolidos e ceder lugar a construções mais modernas e com outra arquitetura, e quem sabe, mais úteis ao desenvolvimento da cidade” (CORREA, et.al, 2016, p. 139). Assim,

No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver (CANCLINI, 1997, p. 301).

São dinâmicas como estas existentes no espaço da cidade, e que comportam interesses variados – históricos, econômicos, de moradia, lazer, comunicação, entre outros –, que produzem alterações constantes na paisagem urbana e conseqüentemente nos objetos e manifestações da cultura que nela se situam e nas relações estabelecidas para com estas.

As negligências em relação as construções históricas tem levado à desvalorização, deterioração e até completa destruição das mesmas (FERNANDO, 2018; CORREA, et al., 2016; MAGALHÃES, 2013), como demonstra o caso do prédio em que funcionava a ALCAT. A utilização dos objetos com vistas a atender demandas econômicas, tem transformado as construções em meros artigos de contemplação, especialmente pelo setor turístico, sem levar em consideração os significados dos objetos e edificações para a população local e as relações estabelecidas para com estes.

A ausência de políticas públicas de valorização patrimonial, ou ao menos políticas efetivas de preservação e valorização do patrimônio material como verificado por Correa, et. al., (2016) e Fernando (2018), se mostra como outro ponto favorável à desvalorização e destruição de construções que carregam a história antiga da cidade. Analisando dados orçamentários da prefeitura da cidade, verificamos que no ano de 2016 por exemplo, na área da educação dedicada à difusão cultural, dos R\$ 33.791,24 dotados, nenhum recurso

foi usado¹³ para difundir a cultura através de ações educacionais, segundo mostra o Relatório resumido da execução orçamentária do ano de 2016.

Da dotação da própria pasta de cultura, no mesmo ano, foram gastos R\$ 1.235.474,69, dos R\$ 1.743.586,03 destinados, valor que inclui não somente a difusão cultural, mas também a administração geral da Secretaria de Cultura. Por difusão cultural, observamos nos relatórios, gastos destinados a realização de festas e eventos culturais no município, contudo estes não são especificados nos referidos relatórios. Dessa forma, não podemos afirmar se as ações desenvolvidas de fato contribuíram para a promoção da cultura da cidade.

Nos relatórios de execução orçamentária, e nas Leis Orçamentárias Anuais as quais foi possível ter acesso, foi verificado que os gastos em relação à cultura, não contemplam ações de valorização e preservação das antigas edificações, nem mesmo daquelas que detém maior visibilidade dentro do espaço urbano. A LOA de 2017, por exemplo, previa para a Secretaria de Cultura gastos com difusão cultural através de ações educativas, e promoção cultural através de festas e eventos culturais como a Festa da Castanha, como demonstra o quadro abaixo, retirado do Programa de Trabalho do Governo referente a Lei Orçamentária Anual de 2017.

Figura 40: Trecho retirado do Programa de despesas por função do ano de 2016.

Unidade: 02.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
12	Educação		168.956,13
12.392	Difusão Cultural		168.956,13
12.392.0071	PROMOÇÃO CULTURAL		168.956,13
12.392.0071.1.005	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DO PRÉDIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL		168.956,13
13	Cultura		2.282.371,26
13.122	Administração Geral		454.418,10
13.122.0011	APOIO ADMINISTRATIVO		454.418,10
13.122.0011.2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA		454.418,10
13.392	Difusão Cultural		1.827.953,16
13.392.0014	PRÉDIOS PÚBLICOS		424.661,71
13.392.0014.1.006	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE CONVENÇÕES		424.661,71
13.392.0071	PROMOÇÃO CULTURAL		1.403.291,45
13.392.0071.2.021	REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO		1.403.291,45

Fonte: Portal da transparência do município de Tefé.

O demonstrativo acima também mostra verbas destinadas a prédios públicos, mais especificamente a construção de um centro de convenções que teria como objetivo a difusão da cultura no município. Contudo, desde sua concepção até o ano de 2020 o

¹³ Dados analisados do Demonstrativo das Despesas por Função/Subfunção, do ano de 2016.

projeto não havia saído do papel. Dessa forma, os gastos do poder público com a cultura se limitaram a pagamento de servidores e promoção de festas e eventos culturais, com exceção da aquisição de um espaço para a Biblioteca Pública Municipal que, vale ressaltar, foi alugado, e a compra de equipamentos para a montagem da biblioteca, que foi realizada com sucesso.

O mesmo acontece com os anos seguintes, onde os gastos dotados pelo poder público para a cultura não contemplam as antigas edificações, nem mesmo o Palácio Bertollethia Excelsa, enquanto ponto cultural do município e sede do governo local, é contemplado com verbas para sua manutenção ou para desenvolvimento de ações de valorização, ou ao menos esta não aparece nos demonstrativos de gastos públicos.

Os quadros abaixo (Figura 41 e Figura 42), mostram a dotação dos gastos previstos pelo poder público do município para os anos de 2018 e 2019 com a pasta da Cultura. No ano de 2018, houve uma diminuição considerável de dotações para a Secretaria de Cultura, especialmente no quesito de promoção cultural através de eventos culturais, se compararmos o quadro de 2016 com o quadro abaixo.

Figura 41: Dotação de despesas para o ano de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	712.146,33
CONSTRUÇÃO DA CASA DO ARTE SAO	56.400,00
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DO TURISTA	38.700,00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	192.085,35
REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS CULTURAIS DO MUNICIPIO	424.960,98

Fonte: Portal da transparência do município de Tefé.

Já para o ano de 2019, a Lei Orçamentária Anual previu um valor consideravelmente maior para gastos com ações relacionada a pasta cultural. Somente para a manutenção da Secretaria de Cultura, foi previsto um valor muito maior que no ano anterior (Figura 41), onde a dotação para manutenção foi de R\$192.085,35. Essa diferença pode se dar por motivos de previsão de gastos com eventos excepcionais,

aquisição de materiais ou mesmos gastos previstos com atrações para eventos como a Festa da Castanha ou aniversário da cidade.

Figura 42: Dotação de valor para gastos com a pasta da Cultura para o ano de 2019.

Cultura	2.217.490,00
Administração Geral	1.289.020,00
APOIO ADMINISTRATIVO	1.159.020,00
PRÉDIOS PÚBLICOS	130.000,00
Difusão Cultural	828.470,00
PROMOÇÕES CULTURAIS	88.900,00
PRÉDIOS PÚBLICOS	150.000,00
PROMOÇÃO CULTURAL	689.570,00

Fonte: Portal da transparência do município de Tefé.

Esses dados mostram a discrepância de valores anuais para a manutenção tanto da Secretaria de Cultura como das atividades por ela realizadas. É importante ressaltar que as imagens supracitadas correspondem a dotações, isto é, valores previstos para gastos pela referida Secretaria, não foi possível encontrar relatórios que demonstrassem se tais valores foram liquidados de fato, ou se houve a não utilização de algum orçamento destinado, exceto pelo ano de 2016, o qual foi possível encontrar os gastos de fato liquidados. Em relação ao auxílio financeiro às estruturas antigas, afirma um ator social em contato direto com as construções antigas: “Pelo poder público a gente vê que não tem muito esse cuidado [...] não recebe nenhuma ajuda do poder público municipal, nem estadual” (Entrevistado 02).

O fato de antigas construções não estarem contempladas pelo orçamento público, em ações que visem sua manutenção, pode estar relacionado com a ausência de registro oficial dessas construções enquanto patrimônio cultural da cidade. Tal ausência retira do poder público a responsabilidade pelo cuidado com as antigas edificações, direcionando para as entidades ou grupos que delas fazem uso, o encargo com a manutenção dessas estruturas.

O principal problema disso, é que construções que não estão ligadas a outras instituições acabam sujeitas à ação deteriorante do tempo e correm o risco de serem destruídas tanto pela ação natural como humana, tornando-se mais sujeitas à substituição por novas formas. As estruturas ligadas a instituições como a Igreja por exemplo, recebem daí o recurso necessário para sua manutenção (CORREA et. al., 2016; FERNANDO,

2018), ainda que seja preciso utilizar de estratégias diferenciadas para manter a estrutura e as atividades nelas desenvolvidas, como é o caso do Edifício Dom Joaquim.

Assim, tensões entre o velho e novo são cada vez mais visíveis no espaço urbano de Tefé, especialmente graças ao contexto de modernização desse espaço através da higienização e da construção de novas formas para cidade. No triênio 2017 -2019, o poder público disponibilizou verbas para construção de novos imóveis, ampliação e reforma de prédios públicos, urbanização, restauração e pavimentação de vias, revitalização da orla da cidade, reforma e construção de cemitérios, reforma e construção de áreas públicas (LOA, 2017; LOA, 2018; LOA 2019), transformando o espaço urbano e proporcionando uma nova imagem de cidade através, em alguns casos, da eliminação de velhas formas.

Esse processo evidenciou as tensões no espaço urbano, especialmente por uso do espaço público e de seus componentes. Como aponta Follis (2004), o processo de modernização urbana se caracteriza especialmente pela melhoria do espaço urbano, através da racionalização, higienização e embelezamento, e nessa atuação por vezes há a exclusão de determinadas camadas sociais e suas representações.

Partindo de ideologias, como por exemplo o progresso econômico, são realizadas escolhas do que manter e do que destruir para que os objetivos pensados sejam alcançados. No processo de modernização que vive o espaço urbano de Tefé, nota-se a prevalência da ideologia de progresso econômico, externalizada na construção e abertura de espaços destinados ao comércio como a Praça Alcindo Luiz Roberto, localizada na rua Olavo Bilac, ao lado do prédio da prefeitura municipal.

Inaugurada em 14 de junho de 2019, a nova praça figura uma ressignificação de um espaço que antes era utilizado por vendedores ambulantes e local de encontro de uma parcela da população menos favorecida economicamente. O projeto da Praça Alcindo Luiz Roberto, pretendia executar um processo de higienização do espaço, transformando-o em um espaço gastronômico que traria recursos para o município, de acordo com publicações da prefeitura de Tefé, em seu portal oficial.

Dessa forma, o antigo espaço foi reformulado e inaugurado sob novas diretrizes, o que levou a um processo de gentrificação, isto é, remodelação de uma área que era periférica, transformando-a em ponto nobre e comercial. Não houve a realocação dos antigos usuários da praça, e os boxes construídos foram alugados à grandes comerciantes

locais. Nesse sentido, a nova forma construída, com oferta de produtos com valor mais elevado, selecionou os novos frequentadores do espaço, tornando-o mais elitizado.

Figura 43: À direita detalhe dos boxes de venda e da área livre da Praça Alcindo Roberto, à esquerda detalhe do Palácio Bertholletia Excelsa.



Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, s.d.

Figura 44: Detalhe da Praça Alcindo Roberto à noite, vista de cima.



Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, s.d.

De acordo com Ribeiro (2018), o termo gentrificação tem sido utilizado de forma indiscriminada e muitas vezes como “sinônimos” de elitização dos espaços e remoção de moradores para ações de embelezamento, sem se levar em consideração as peculiaridades de cada área afetada pelo processo. Assim, a autora aponta que o termo vai além de questões de elitização e remoção, a palavra traduz um conceito que trata de um processo que é tanto social, como econômico e espacial e que não se reduz a reforma de espaços físicos.

Ribeiro (2018) aponta que o processo de gentrificação está intimamente relacionado com as necessidades do capital, pois o excedente de produção necessita de esferas rentáveis para sua absorção. Nesse sentido, o urbano aparece como espaço por excelência para absorção de excedentes, seja através de melhorias e transformações no espaço citadino, seja através de processos de redesenvolvimento urbano.

Os movimentos de renovação ou revitalização de áreas específicas nas cidades [...] bem como o desenvolvimento de infraestrutura urbana, têm por consequência, em geral, de forma desejada ou não, o desalojamento de população, seja de forma direta, por meio de desapropriações e remoções, seja de forma indireta, pelas mudanças de padrão de moradia e consumo nestas áreas com a nova forma de urbanização [...] (RIBEIRO, 2018, p. 04).

Assim, em Tefé, a consequência do processo de transformação do espaço se mostra especialmente de forma indireta, como no caso da Praça Alcindo Roberto, onde a transformação física levou a alteração nos padrões de consumo e de público frequentador do ambiente. Nesse sentido, mudou-se não somente a estrutura do local, mas também a composição social e econômica, de forma que esta pudesse trazer maior rentabilidade para o município através das atividades desenvolvidas na praça. Tal fato também se verifica nas alterações realizadas em outra praça, a antiga Praça do Seminário, hoje Praça

Tulio Azevedo. Esta sofreu intervenções que a modificaram e inseriram novas formas que visavam a criação de novas memórias.

Figura 45: Praça Tulio Azevedo, 2019.



Fonte: Foto de Fredson Cavalcante.

A inserção de um avião no lugar onde ficava o coreto da praça, geralmente ocupado por pessoas embriagadas e sem tetos, buscava homenagear Antônio Picão proprietário da Empresa de aviação Amazonaves Táxi Aéreo, vítima de um acidente com sua aeronave que o levou a óbito e também sua família. O discurso utilizado pelo poder público era o incentivo ao empreendedorismo, daí a homenagem realizada, pois Antônio Picão teria sido um dos primeiros empreendedores da cidade.

Assim, feitas as alterações, a Praça Tulio Azevedo foi reinaugurada em 2019, como o que foi chamado pela então gestão de “Espaço do Empreendedor”, isto é, o espaço da praça servia para incentivar e fomentar o comércio local através do apoio aos vendedores ambulantes. Assim, novamente é possível ver o projeto higienizador em ação, pois com a retirada do coreto, os sem teto principalmente, se viram sem lugar para abrigo, tendo que retirar-se do local à procura de novas áreas.

Além disso, a homenagem feita a Antônio Picão, se implantava como uma nova forma que pretendia criar novas memórias para a cidade, uma memória voltada ao

empreendedorismo e ao comércio. Alvo de embates entre a população, isto é, entre os que acolheram o projeto e os que não viam sentido nele, o hoje popularmente chamado de “avião do Picão” permanece na praça. Porém o projeto higienizador durou pouco tempo, pois os antigos ocupantes da Praça aos poucos foram retornando e ainda que não houvesse mais o coreto, estes ocupam os bancos e demais espaços da praça, resistindo à um projeto que visivelmente pretendia transformar a paisagem através da mudança das formas e da composição social da mesma.

Este contexto de transformação não está desligado do patrimônio cultural manifesto em forma de antigas construções. Parte das novas formas que surgem no espaço urbano estão situadas fisicamente próximo às antigas edificações históricas, formando um complexo estrutural composto por velhas e novas formas que se inserem na dinâmica da vida urbana e são sujeitos de processos que envolvem questões sociais, econômicas e até políticas.

Dessa forma, a mudança na composição social afeta também o patrimônio, visto que contará com a mudança do público que frequentava seus arredores e que trazem novas percepções sobre espaço e sobre a cultura material. As novas percepções, influenciadas por ideologias que podem ser econômicas, sociais, políticas ou culturais, fazem com que a memória coletiva expressada nas antigas construções se transforme.

Canclini (1995) aponta que até as lembranças mais sólidas do patrimônio podem sofrer alterações dentro do contexto das cidades, visto que interagem com a dinâmica da mesma, com os movimentos, com as novas formas, com o próprio crescimento urbano, possibilitando que as iconografias do passado ganhem novos significados, que fazem sentido para aqueles que interagem com as edificações. De acordo com Carlos (2007),

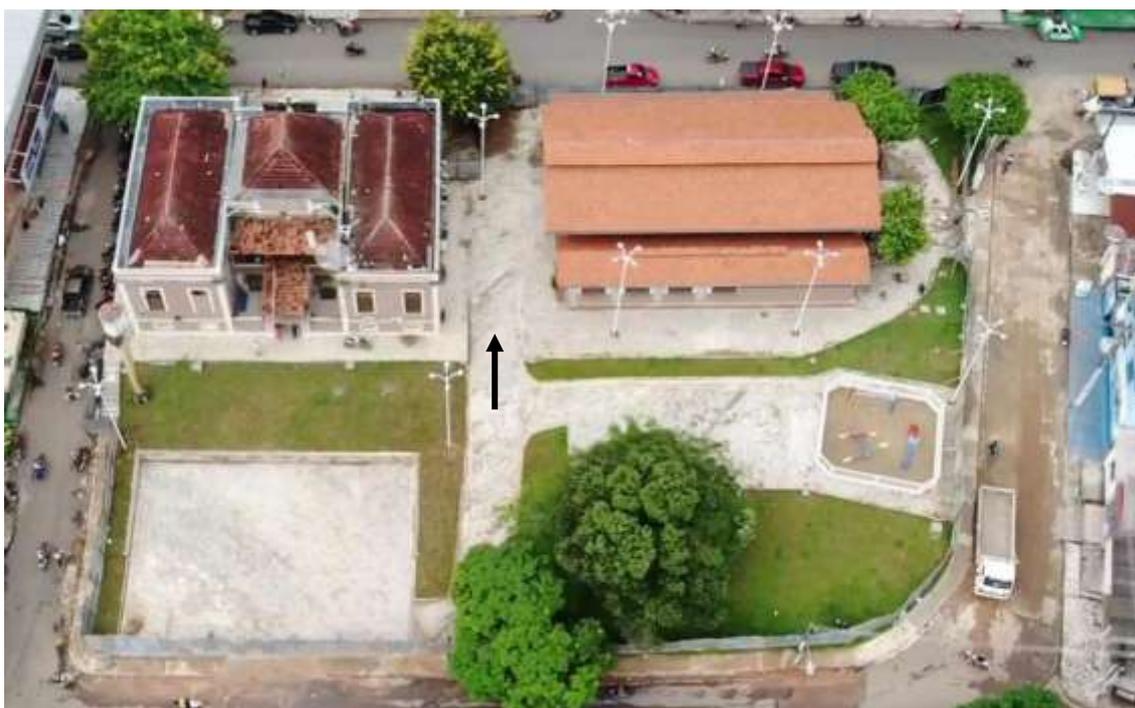
As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente [...] estão impressas tanto na paisagem como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade (CARLOS, 2007, p. 87).

Nesse contexto, as antigas edificações se atualizam, mantêm ou ganham novos significados, coexistem ou são substituídas por novas formas dentro do espaço urbano. Na cidade de Tefé, podemos notar especialmente a coexistência entre o velho e o novo e

a substituição de antigas formas por novas que atendam as demandas da cidade, especialmente aquelas que tratam de questões relacionadas à rentabilidade do espaço urbano através de atividades econômicas.

As novas imagens constroem novas histórias para a cidade e coexistem com a história antiga de Tefé, formando complexos em que o contraste entre o velho e o novo é evidente, como é exemplo o complexo que abriga o Palácio Bertholletia Excelsa e a Praça Alcindo Roberto, ou situações em que o novo substitui de vez o que é considerado ultrapassado, como foi o caso do prédio em que funcionava a ALCAT. Nas imagens abaixo podemos ver essa coexistência de formas, ao mesmo tempo distantes temporalmente, mas perto fisicamente.

Figura 46: À esquerda, Palácio Bertholletia Excelsa, à direita Praça de alimentação Alcindo Roberto, vistos de cima.



Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, s.d.

Acima, quadra que abriga o Palácio Bertholletia Excelsa e a praça de alimentação Alcindo Roberto, duas formas de temporalidades diferentes coexistindo em um mesmo espaço, a área da seta corresponde a uma rua que separava o prédio da prefeitura da antiga praça. Com o projeto de reabilitação da área, esta rua foi fechada, ligando o prédio antigo à nova forma que surgiu, em uma única quadra. O projeto possibilitou a junção do velho

e do novo, aproximando as pessoas de ambas as temporalidades, tornando possível a coexistência de diferentes histórias, vivências e memórias.

Essa mesma coexistência de temporalidades pode ser observada em relação ao Seminário São José e a Feira Municipal Eduardo de Sá (Figura 47), inaugurada em 2019. O projeto moderno da feira contrasta com a antiguidade da estrutura do Seminário e ambos os projetos se mostram imponentes na paisagem, um remetendo à uma época em que a Igreja detinha grande influência na região, outro aos tempos atuais, demonstrando a forte atuação do Estado no espaço e na vida pública.

Figura 47: Contraste entre o novo e o velho: À esquerda, Seminário São José e à direita, estrutura da nova feira municipal Eduardo Sá.



Foto: Verônica L. Fernando, (2021).

As novas formas possibilitam novas identificações para a população, talvez até uma história mais próxima da mesma, palpável, assim como as antigas edificações, mas diferentes pela vivência do momento em que foram construídas e inauguradas. Se até então o cartão postal de Tefé era o Seminário São José, hoje ele divide espaço com a moderna Feira Municipal Eduardo Nunes de Sá que transformou radicalmente a visão

frontal da cidade através de um projeto de caráter especialmente higienizador e estético (Figura 48).

Figura 48: Antes e depois do projeto de revitalização da área frontal da cidade em 2019.



Fonte: Portal da Prefeitura de Tefé, s.d.

O choque da mudança entre as duas imagens acima, mostra que nem todo processo de mudança pode ser encarado de forma negativa. Ainda que uma bela fachada esconda contextos não tão belos assim, a revitalização da área frontal da cidade foi importante não

só para melhoria estética do lugar, mas para oferecer melhores condições de trabalho para as pessoas que utilizavam os locais adjacentes.

As novas formas que surgem no espaço urbano de Tefé, em contraste com as antigas, fazem questionar a situação das velhas formas frente aos novos projetos modernizadores. Evitando cair na ilusão do *passadismo*, é preciso perceber que assim como a vida cotidiana, o patrimônio é dinâmico e está sujeito a mudanças, sejam elas físicas ou não. Ele pode ser (re)significado, reinterpretado e reinventado. São os sujeitos que os definem e os escolhem como símbolo de determinadas atuações, acontecimentos e memórias. Assim, o patrimônio não se restringe ao passado, mas faz parte também do presente visto que os sujeitos de hoje fazem uso das formas culturais e as (re)significam segundo suas vivências.

Nesse sentido as velhas construções são expressões de histórias e memórias, podendo passar por modificações ou cair no desuso e no esquecimento, sofrendo mudanças estruturais ou funcionais, dando lugar a novas formas ou coexistindo com estas. Dessa forma, o velho e o novo podem coexistir ou entrar em conflito. A possibilidade dessa coexistência pode ser notada na fala abaixo, que deixa evidente o anseio pela proteção das memórias expressas no patrimônio cultural material, mas sem se prender ao passado:

“Eu acredito que a história e a tecnologia devem andar de forma juntas né [...] eu vejo que o patrimônio, a história, ela jamais deve ser esquecida pra dar espaço para o futuro, são coisas que devem andar de mãos dadas [...] a gente deve deixar valorizado, protegido o que resguarda a nossa história, claro, sem abrir mão do futuro.” (Entrevistado 01).

O contraste entre o novo e o velho, expresso nas formas materiais existentes no espaço urbano, denota a existência de diferentes memórias a respeito da história da cidade; memórias do passado e novas memórias que se consolidam no presente, impostas ou não. Assim, as formas do passado e as do presente são a expressão material de temporalidades diferentes que se entrecruzam no espaço urbano em um jogo de significados, relações e ideologias.

Algumas podem se manter em papel de prestígio, como o Seminário São José, a Matriz de Santa Tereza e o Palácio Bertholletia Excelsa, outras podem lutar para continuar existindo como o Edifício Dom Joaquim e outras podem envelhecer

socialmente/estruturalmente e sucumbir à interesses que demandam a sua destruição para que outra forma surja em seu lugar e atenda aos interesses em jogo.

A falta de ações efetivas relacionadas à cultura material, especialmente ações que visem a manutenção física das estruturas contribuem para que as mesmas sofram um processo de envelhecimento físico mais acelerado, tornando-se passível de serem substituídas por novas formas. Aliado a isso, o envelhecimento social, que trata do desuso e da desvalorização pela preferência social a outras formas (SANTOS, 1988), pode colocar as antigas construções em um embate com os novos projetos, suscitando conflitos entre grupos com interesses diferenciados em relação ao uso dos espaços e das formas nele existentes.

Como portador de mensagens, não apenas testemunho, mas como ressonância e portador de valor de referência para a população, o patrimônio cultural material possui uma pluralidade de sentidos e significados, e, portanto, estabelece relações diferenciadas de acordo com o grupo social ou o indivíduo que com ele interage, não podendo ser encarado como singularidade.

Uma construção pode ser valorizada por um grupo e desprezada por outro segundo suas ideologias, as memórias e histórias que ambos carregam. São estas ideologias, memórias e histórias, vividas e compartilhadas que definem o que é considerado importante de ser preservado, guardado ou o que deve ser modificado ou excluído para dar lugar a uma nova história que se pretende construir.

Assim, a memória coletiva expressada nas antigas edificações está sujeita as constantes lutas por domínio da história, que definem o que sobrevive e o que se torna obsoleto e é esquecido/destruído. De acordo com Le Goff, (2000), “[...] a memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, por sobreviver e por progredir.” (LE GOFF, 2000, p. 57). Nesse sentido, as lutas sociais travadas no âmbito do espaço urbano influenciam nas escolhas de qual história sobrevive e qual é obliterada em prol de determinados ideais.

É importante ressaltar que o Estado também detém papel importante na definição da história a ser contada através da cultura material. Como organizador do espaço público,

ele pode excluir, modificar ou acrescentar formas de acordo com a mensagem que se pretende perpetuar. De acordo com Canclini (1997),

As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver (CANCLINI, 1997, p. 301).

Isto é, são conflitos que visam o monopólio da memória presente nos patrimônios culturais e da história a ser contada através das formas presentes no espaço urbano, tanto as velhas como as novas possibilitadas pelo processo de modernização. Dessa forma, o velho e o novo coexistem em Tefé, nem sempre pacificamente, mas são exemplos de como o patrimônio não pode ser entendido como entrave ao progresso econômico ou aos projetos de modernização da cidade.

Modernização e preservação patrimonial podem sim andar juntas, pois o patrimônio também contribui para o progresso da cidade, mas deve ser pensando e encarado como questão essencial ao desenvolvimento sustentável da cidade e contemplado pelo orçamento público, além de ser colocado em pauta quando se trata de planejamento urbano. Encarado como aliado e não como entrave, o patrimônio cultural, na forma das antigas construções pode se tornar um importante ponto de rentabilidade para o município, através por exemplo do turismo cultural.

Não se pode negar que a questão turística é um fator importante que contribui para a valorização do patrimônio, visto que muitas vezes este é valorizado e preservado pelas instituições da cidade somente por seu valor de uso, ou seja, a utilidade que possui para o homem para satisfação de uma necessidade, no caso, uma necessidade econômica. Entretanto, sob essa perspectiva, o turismo se desenvolve de forma que não integra os sujeitos e suas percepções sobre os bens culturais e que não contribui para o desenvolvimento econômico da cidade de forma sustentável.

É importante lembrar que o valor de uso do patrimônio não se refere somente à questão econômica. Os bens culturais também são utilizados pelos sujeitos como referência histórica e identitária. Assim,

A proteção do patrimônio cultural assim como a cidade na qual ele se localiza fisicamente, deve ser pensada e construída com base no valor de uso [...] a fim de que as ideias de referência, ressonância e testemunho não percam seu sentido e evite que esses bens tornem-se simples objetos de consumo da indústria do turismo (MAGALHÃES, 2013, p. 59).

Nesse sentido, uma forma de sanar essa questão seria o diálogo entre turismo e educação patrimonial, que é um processo sistemático de trabalho educativo que parte do patrimônio cultural em suas amplas formas (GRUMBERG, 2007). Tal diálogo possibilita que o patrimônio deixe de ser apenas objeto de contemplação e passe a ser promovedor de conhecimento e descobertas.

O turismo cultural com um viés educativo se apresenta como um caminho para a valorização não só da cultura material, mas dos significados que ela carrega e possui para os sujeitos que representa, se tornando mediador no processo de socialização e apropriação dos bens patrimoniais, (MELO e CARDOZO, 2015). É preciso não somente encarar o patrimônio como aliado da questão urbana, mas também desenvolver ações que visem o melhor aproveitamento do mesmo, tendo em mente o patrimônio como herança que faz parte da formação humana e que possui valor que vai além da questão econômica.

CONSIDERAÇÕES

A relação entre espaço urbano e patrimônio cultural é um tema pouco explorado e que se mostra cada vez mais necessário de ser compreendido. O contexto dinâmico das cidades, que dispõe de relações diferenciadas no que diz respeito ao uso dos espaços e das formas que o compõe, torna o urbano palco de interesses e conflitos que se externalizam em discursos e ações sobre o espaço. Tal fato é possível verificar na cidade de Tefé/AM, onde interesses econômicos contrastam com interesses sociais e influenciam os olhares e as ações sobre o espaço e as diferentes formas nele dispostas.

Assim, as formas antigas que dizem respeito ao patrimônio cultural da cidade, estão sujeitas a racionalidade econômica, podendo ser alvo de ações que as descaracterizem ou as eliminem para que novas formas surjam em seu lugar e atendam a interesses econômicos. Contudo, em Tefé, apesar de algumas exceções, pode-se verificar uma certa coexistência pacífica entre as velhas formas e as novas que surgem em decorrência do processo de modernização do espaço urbano; processo este que se move especialmente pelo ideal de higienização e embelezamento, levando a mudança na composição social dos lugares.

Dessa forma, formando complexos visíveis do contraste entre o velho e o novo, o que poderá ser considerado patrimônio para a população? Terão as novas formas maior representatividade para a sociedade tefeense por fazerem parte de uma história atual? Que papel terão as velhas construções em um contexto urbano em que o novo e moderno é cada vez mais desejado? Levando em consideração o caráter dinâmico do patrimônio, a pesquisa possibilitou entrever uma nova composição patrimonial para a cidade de Tefé, composição esta que engloba tanto a antiga história do município como a nova história que se escreve.

Sem correr o risco de cair no *passadismo*, deve-se encarar o patrimônio como algo não estático no tempo, mas objeto passível de mudanças que estão relacionadas às histórias, memórias e identificações dos atores sociais para com as formas. Nesse sentido, é possível que novas formas se estabeleçam como base importante da sociedade tefeense e passem a ser encaradas como patrimônio da cidade. Além disso, é preciso pensar nas memórias impostas, isto é, novas formas que surgem no espaço com o objetivo de contar novas histórias e que suscitem conflitos sociais dentro do espaço urbano em relação à que

histórias são contadas e por quem são divulgadas e posta, como importantes de serem lembradas.

A pesquisa mostrou também a carência de investimento e realização de ações em relação a valorização, manutenção e preservação das antigas estruturas que refletem a história de Tefé. Aquelas relacionadas à atuação da Igreja na região, contam com ações da instituição para sua manutenção, porém o poder público parece ausente quando se trata da preservação das antigas estruturas.

Tal fato tem levado algumas construções ao desgaste físico decorrente da ação natural e humana, abrindo espaço para que novos projetos as substituam. Tais projetos estão ligados principalmente à necessidade de atendimento de demandas econômicas, como se visualiza no caso da estrutura que abrigava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé – ALCAT. A necessidade de tornar o espaço urbano rentável se apresenta também nos projetos de revitalização de áreas do centro da cidade, onde praças sofreram a intervenção de projetos que higienizaram e embelezaram os locais e conseqüentemente levaram a mudança na composição social dos que utilizavam dos espaços públicos.

A revitalização dos espaços e a construção de novas formas possibilitou o surgimento de complexos compostos por velhas e novas formas, preenchendo o centro da cidade com imagens que são reflexo da história antiga e da história presente de Tefé. A mudança na composição social dos frequentadores locais pode trazer novas percepções e interações com tais complexos, levando a diferentes identificações e ações relacionados ao uso dos espaços e do patrimônio cultural.

Apresentados esses pontos, cabe frisar que este é o contexto de uma cidade do interior do Amazonas, com especificidades históricas e espaciais. Os contextos não são homogêneos e em outras cidades pode-se apresentar contextos similares ou totalmente diferentes. Nesse sentido, as ações sobre o patrimônio devem levar em consideração os diferentes interesses, conflitos, usos do espaço e da cultura que se apresentam nas cidades, pensando nas especificidades da mesma e tendo em vista o caráter dinâmico do patrimônio.

Ainda que o patrimônio cultural material e imaterial tenha o caráter de testemunho, esteja vinculado às memórias e identidades dos sujeitos e tenha um papel na economia e desenvolvimento social através do turismo, não necessariamente haverá interesse pela continuidade de sua existência. Os contextos não são homogêneos, as cidades e os espaços têm suas especificidades que acarretam em relações, interesses e conflitos diferenciados com relação ao patrimônio cultural.

Um olhar sobre o patrimônio, que não leve em consideração sua relação com a cidade, não é capaz de entender a complexidade que envolve a questão patrimonial. As manifestações da cultura têm diferentes significados e comportam diferentes identificações, dependendo de quem interage com eles. Portanto, são também objeto de interesses variados que buscam atender as diversas demandas existentes na cidade, sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas.

REFERÊNCIAS

- Acervo Fotográfico de Tefé Antigamente. Publicado em 2018. Disponível em: <tefe.am.gov.br>. Acesso em: 10/10/2020.
- BEZERRA, Márcia. **“As moedas dos índios” um estudo de caso sobre significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.
- Biblioteca virtual do Amazonas. Publicado em 2012. Disponível em: <www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municípios>. Acesso em: 10/07/2020.
- BORTOLOZZI, Arlêude. **Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial.** In: X Coloquio Internacional de Geocrítica: Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona. 2008.
- BRASIL. Art. 2016, Seção II. Dispõe sobre a cultura e o patrimônio cultural e dá outras providências. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Ed. EDUSP, 1997.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. 6ª Ed. – São Paulo. Ed. UNESP, 2017.
- CORREA, *et al.* **Gestão para Conservação e Manutenção dos Patrimônios Culturais na comunidade da Missão em Tefé/Am.** Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM. Vol. 10 - Nº 2 – dezembro, 2016.
- CORREA, Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FERNANDO, V.L; TAMANAHA, E. K; SILVA; M. A.; LIMA, S. C. **As relações e os significados do patrimônio arqueológico na cidade de Tefé, AM.** Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2017.
- FERNANDO, Verônica Lima. **Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico.** Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas, Manaus: [s.n], 2018.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FLORÊNCIO, *et al.* **Educação Patrimonial: inventários participativos.** Manual de aplicação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) - Brasília, 2016.
- GOMES, J.; Santos, R.B.C.; Costa, B.L.S. **Arqueologia comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico.** Amazôn., Rev. Antropol. 6 (2): 385-417, 2014.

GRUYTERS, Antônio Henrique Maria. **Cronologia**. Cartilha da Prelazia de Tefé. Tefé, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 1. Ed, Lamparina, 2014.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=1304203> Acesso em 13/10/2018.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS**. Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2007.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão – Campinas: Edições 70 Editora, 2000.

LINS, Eugênio. **Patrimônio cultural: questões para um debate**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). Políticas culturais para as cidades. – Salvador: EDUFBA, 2010.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. **O Patrimônio Cultural e a Cidade: Uma análise dos conflitos relacionados ao tombamento do Centro Antigo e do Centro Histórico de Manaus**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. - Ed. Valer. Manaus, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

Província do Grão Pará. S/D. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 16/05/2020.

Província do Amazonas. S/D. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 16/05/2020.

Portal Tefé News. Publicado em 2019. Disponível em: <www.tefenews.com.br>. Acesso em: 10/08/2020.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A formação histórica do território tefeense**. 1.ed. Curitiba: CRV, 2014.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil / Gentrification: conceptual and practical aspects of its verification in Brazil. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 1334-1356, ago. 2018.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Patrimônio, espaço urbano e qualidade de vida: uma antiga busca**. Dossiê Patrimônio Cultural ibero-americano. Oculumens. Campinas, 14 (2), p. 349-366, 2017.

SILVA, L. W. F; TAMANAHA, E. K; SILVA; M. A. **Preservação do patrimônio em Tefé – AM: diferentes visões e agentes**. Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2016.

SILVA, Álvaro Ferreira da; MATOS, Ana Cardoso de. **Urbanismo e modernização das cidades: o “embellazamento” como ideal, Lisboa, 1858-1891**. Scripta Nova, revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales da Universidade de Barcelona; nº 69, 2000.

SANTOS, Sandrielle Pessoa dos. **Tempo e espaço na Amazônia Colonial: da Vila de Ega a cidade de Tefé século XVIII e XIX.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. 113 f, Manaus, 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Hucitec: São Paulo, 1988.

SCHAWAMBORN, Thomas. **Rádio educação rural de Tefé: evangelizando e comunicando.** Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Tefé, 2013.

SCHAEKEN, Raimunda Gil. **Centenário da presença espiritana na Prelazia de Tefé-AM.** Manaus, 1997.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil.** 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2019.

Tombamento. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/iniciar-processo-de-tombamento-de-bens-culturais-de-natureza-material>>. Publicado em 31/07/2019. Acesso em: 13/01/2021.

VEIGA, Felipe Berocan. **Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como modo de reconhecer e fazer conhecer a cidade.** Revista Antropolítica, n. 38, Niterói, p.169-206, 1. sem. 2015.

ROTEIRO DE ENTREVISTA 01

- 1 – O que você considera como patrimônio cultural em Tefé?
- 2 – Qual sua opinião sobre o patrimônio de Tefé?
- 3 – Como você considera o patrimônio para a economia?
- 4 – O que tem se realizado em relação ao patrimônio material da cidade?
- 5 – Qual sua visão sobre o processo de modernização do espaço público em Tefé?
- 6 – Como você enxerga o patrimônio dentro desse processo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 02

- 1 – Há quanto tempo você trabalha na Prelazia?
- 2 – Qual a importância de construções como o Seminário e o Edifício Dom Joaquim para Tefé?
- 3 – Essas construções recebem algum auxílio financeiro para sua manutenção?
- 4 – Que estratégias foram encontradas para manter essas estruturas e as atividades nelas realizadas?
- 5 – Você considera que essas estruturas tem sido valorizadas pelo poder público ao longo dos anos?
- 6 – Como você e os demais usuários dessas construções enxergam o processo de tombamento?